

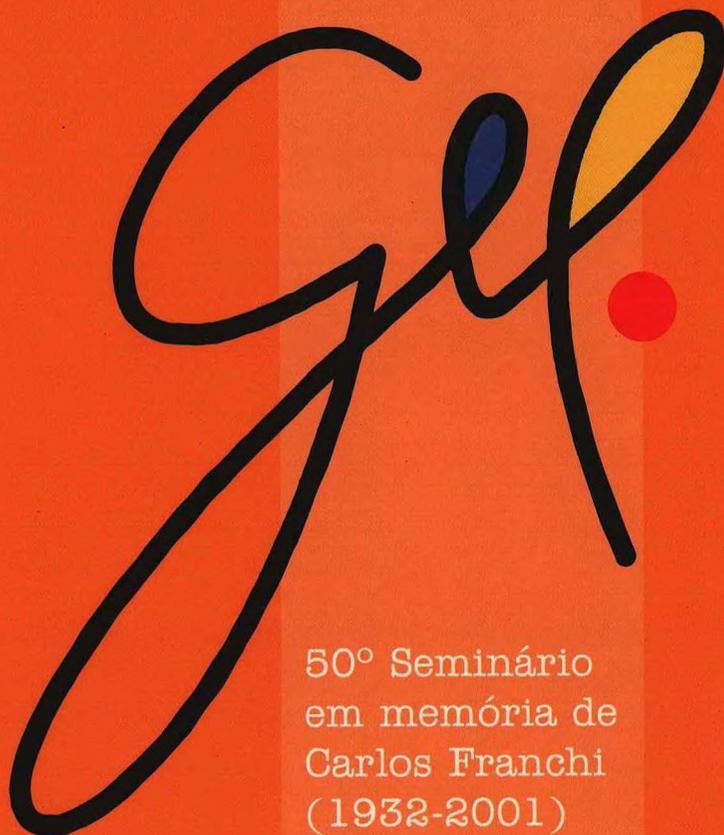
número especial

50º Seminário em memória de Carlos Franchi (1932-2001)

gel

revista do

revista do



50º Seminário
em memória de
Carlos Franchi
(1932-2001)

número
especial

Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo

USP


CEDOCH-DL/USP

CEDAE-IESL
UNICAMP

EDITORA
CONTEXTO

REVISTA DO GEL
GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO

50° SEMINÁRIO
'EM MEMÓRIA DE CARLOS FRANCHI
(1932 - 2001)'

REVISTA DO GEL
GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Nº. especial, 2002

50º SEMINÁRIO – ‘EM MEMÓRIA DE CARLOS FRANCHI (1932 – 2001)’

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DIRETORIA 2001-2003

Presidente: Cristina Altman

Vice-presidente: Ângela Rodrigues

Tesoureiro: Anna Grammatico Carmagnani

Secretário: Cristina Casadei Pietraróia

Auxiliares: Érica Montrezol, Guilherme Stutz, Vânia Parada

Coordenação de Edição: Cristina Altman

Co-editores: Cristina Altman, Evani Viotti, Mercedes Hackerott

Assistentes editoriais: Aline Cruz, Beatriz Christino, Olga Coelho

Colaboradores: Rodolfo Ilari, Jaime Pinsky

Diagramação: Aline Cruz / Selma Mª. Consoli Jacintho

Revisão: Ronaldo Batista, Olga Coelho e Cristina Altman

Capa: Antonio Kehl

Apoio: EDITORA CONTEXTO, CEDOCH-DL/USP, CEDAE-IEL/Unicamp, DL/FFLCH-USP, IEL/Unicamp

Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Revista do GEL: Grupo de estudos lingüísticos do Estado de São Paulo / Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo – nº 0 (2002), São Paulo: Contexto, 2002.

Número Especial em Memória de Carlos Franchi (1932-2001)

1. Lingüística (Teoria e Análise) 2. Lingüística Aplicada 3. Literatura I. Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo

CDD 410

2002

Endereço para correspondência: Redação (Biênio 2001-2003)

Depto. de Lingüística – FFLCH-USP

Av. Prof. Luciano Gualberto, 403 – 05508-900 – São Paulo – SP

TELEFAX: (11) 3031-6392 – flil@edu.usp.br

EDITORA CONTEXTO (Editora Pinsky Ltda.)

Rua Acopiara, 199 - Alto da Lapa – 05083-110 – São Paulo – SP

PABX: (011) 3832 5838 – FAX: 3832 1043

contexto@editoracontexto.com.br – www.editoracontexto.com.br

50. Seminário do GEL
Em memória de Carlos Franchi (1932-2001)

Sumário

<i>Apresentação</i>	7
---------------------------	---

CARLOS FRANCHI, POR CARLOS FRANCHI

Cristina Altman e Mercedes Hacherott <i>GEL & Franchi: 30 anos juntos</i>	11
--	----

Cristina Altman <i>Depoimento em 'primeira pessoa do singular'</i>	23
---	----

Carlos Franchi <i>Linguagem – atividade constitutiva</i>	37
---	----

O LINGÜISTA, O PROFESSOR E O AMIGO

Ataliba T. de Castilho <i>Carlos Franchi (1932-2001)</i>	77
---	----

Rodolfo Ilari <i>Humildade na pesquisa para construir o futuro</i>	83
---	----

Esmeralda V. Negrão <i>A atuação de Carlos Franchi no Departamento de Lingüística da USP</i>	87
---	----

FRANCHI: O ORIENTADOR À REVELIA

Márcia Cançado <i>Uma aplicação da teoria generalizada dos papéis temáticos: Verbos psicológicos</i>	93
---	----

Evani Viotti <i>Sobre o efeito de definitude nas sentenças existenciais</i>	129
--	-----

O ADVOGADO DO DIABO

Mary Kato

The reanalysis of unaccusative constructions as existentials in

Brazilian Portuguese 157

Esmeralda V. Negrão

Distributividade e genericidade nos sintagmas introduzidos por

cada e todo 187

Apresentação

Com este número especial, dedicado a Carlos Franchi, a comunidade do GEL inaugura, paralelamente aos tradicionais *Estudos lingüísticos—Anais dos Seminários do GEL* (São Paulo, 2002), mais um canal de divulgação periódica da sua produção acadêmica: a *Revista do GEL*.

Ao lançar seu número-piloto neste 50º. seminário, a atual Diretoria reafirma a vocação democrática que caracterizou o GEL desde sua fundação, na certeza de que a *Revista* encontrará o justo espaço que lhe cabe, ao lado das outras publicações associadas às comunidades supra-regionais de Letras e Lingüística do país, recentemente criadas: A *Revista da ANPOLL* (*Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Lingüística*. ANO I, 1996, corrente) e a *Revista da ABRALIN* (*Associação Brasileira de Lingüística*. ANO I, 2002, em preparação).

A comunidade que se formou e cresceu em torno do GEL cuidou para que não se traísse o espírito que o inaugurou. Através das várias Diretorias que nos antecederam, o GEL garantiu espaço para todas as vozes, orientações teóricas, nuances metodológicas, ou posições acadêmicas, e serviu de balão de ensaio para muitos outros planos e iniciativas.

Até hoje, realizados 50 seminários, reunimos este ano, entre professores, pós-graduandos e graduandos, cerca de 1500 pesquisadores de mais de uma centena de instituições diferentes. A maior parte desta vasta produção está registrada nos *Anais*, publicados ininterruptamente desde 1978. Apostamos que estamos maduros o bastante para dar um passo além, e veicular uma parte desse imenso universo de conhecimento que fomos capazes de reunir em um único evento, em uma publicação periódica própria que testemunhe, não apenas a quantidade da nossa produtividade em matéria de estudos lingüísticos, mas também a sua qualidade.

Além dos colegas que contribuíram com seus textos para este volume especial: Rodolfo Ilari, Ataliba Teixeira de Castilho, Esmeralda V. Negrão, Márcia Cançado, Evani Viotti, Mary Kato, Mercedes Hackerott, esta Diretoria é devedora dos préstimos dos pesquisadores do CEDAE-IEL/UNICAMP, dos pesquisadores do CEDOCH-DL/USP, do Departamento de Lingüística da Universidade de São Paulo,

da Diretoria do IEL, da Diretoria da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da USP, da Editora Contexto e, se me permitem, da colaboração inestimável dos alunos da Pós-Graduação em Linguística da Universidade de São Paulo, meus orientandos, Aline Cruz, Beatriz Protti Christino, Ronaldo Batista, e Olga Coelho, que dividiram comigo o hercúleo desafio de levantar dados, organizá-los, digitá-los, diagramá-los, ilustrá-los, e revisá-los em tempo recorde. Da mesma maneira, gostaria de fazer constar que o volume não teria se concretizado sem o coleguismo das Dras. Mercedes Hackerott e Evani Viotti, que assinam comigo a presente edição e da diagramadora da Editora Humanitas: Selma M^a. Consoli Jacintho.

Em nome de toda a Diretoria – Ângela Rodrigues, Cristina Casadei Pietraróia, Anna Carmagnani e eu – nossos agradecimentos a Carlos Franchi, a Eglê Franchi e a toda a comunidade do Gel.

Cristina Altman

Universidade de São Paulo, maio de 2002

CARLOS FRANCHI, POR CARLOS FRANCHI



CARLOS FRANCHI (1932-2001)

GEL & FRANCHI: 30 anos juntos

Cristina Altman e Mercedes Hackerott
(CEDOCH/DL-USP)

Caro Alceu. .

Convite do GEL nunca atrapalha. Afinal a gente deve alguma obrigação ao Grupo. E além da obrigação está uma amizade boa e compensadora. Embora não tenha entendido bem qual a forma de minha participação, o convite está escrito.

Se pudesse, pediria para esclarecer-me (pois não estive nas últimas reuniões) como o grupo está vendo o tema - Linguística e orientação oficial do ensino do português - Que pontos objetivos se esperam atingir? Que pontos deveríamos abordar? Como os colegas desejariam dividir o tema?

Vocês estão contando comigo para uma das exposições? ou somente para os debates?

Como você achar melhor - de acordo com o que vocês tem planejado - estou à disposição. Mesmo que não possa ficar aí os dois dias.

Desculpa-me o bilhete. A gente, em maio, põe em dia as informações e gasta o papo longo.

Franchi:

Vistos de hoje, os jovens professores que se reuniram com alguns alunos no *I Seminário do GEL*, em 1969, em Araraquara - Ataliba Teixeira de Castilho

* Reprodução fotográfica de correspondência inédita de Carlos Franchi a Alceu Dias Lima (Presidente do GEL no biênio 1975-1977). CEDAE-IEL/UNICAMP, S2 Doc. 234.

(Marília), Cidmar Teodoro Pais (USP), Francisco da Silva Borba (Araraquara), Ignácio Assis da Silva (São José do Rio Preto) e João de Almeida (Assis) – podem parecer heróis visionários.¹ Amparados pelo velho mestre, Isaac Nicolau Salum, o grupo pretendia abrir um espaço de discussão, ainda que informal, que propiciasse o intercâmbio de idéias entre professores e alunos que viviam circunscritos aos seus respectivos centros acadêmicos, ilhados na imensidão do Estado de São Paulo.² Os riscos da ousadia de discutir em conjunto os rumos a seguir no ensino secundário e universitário e as dificuldades que teriam que enfrentar não eram óbvios para todos naquele momento. Não se pode esquecer de que estávamos no final dos conturbados anos sessenta, em um período de violentas transformações sociais, políticas, e intelectuais, que reverteriam de vez nossos pacatos valores estabelecidos, inclusive os acadêmicos.

O clima de opinião entre os universitários brasileiros do momento era, de maneira geral, de extrema insatisfação. Insatisfação com o caráter (pseudo-) profissionalizante que haviam assumido as Faculdades de Filosofia, em detrimento das atividades de pesquisa; insatisfação com a implantação tardia e descontínua da disciplina Lingüística nos cursos de Letras e, principalmente, insatisfação com a maneira como se definiam os currículos, tanto os da chamada escola secundária, quanto os do ensino superior: por resoluções federais, sem que se levassem em conta, muitas vezes, a diversidade social e lingüística do país e as especificidades regionais.

Some-se a isso o violento processo de crescimento e agravamento dos desajustes econômicos e sociais por que passava a sociedade brasileira – aí inclusa a expansão desordenada das redes de ensino de 1º. e 2º. graus – e se tem uma pálida idéia

¹ O tema de Pais era sobre ‘o tratamento estatístico em Lingüística’; Borba sobre ‘seleção e tratamento do *corpus*’; Ataliba e João de Almeida sobre o ‘Projeto NURC’, de Ignácio Assis da Silva, sobre ‘análise estratificacional’ e de Salum: ‘métodos de investigação histórica’.

² Até o início da década de noventa, a produção do GEL é essencialmente paulista, i.e., ligada ao contexto das Universidades Estaduais, das Universidades Católicas e de Faculdades Isoladas do Estado de São Paulo. Encontramos participação de pesquisadores de Universidades de outros Estados (principalmente das Federais: ES, FF, MG, MT, PE, PR, RS, RJ, Uberlândia, Viçosa; Estaduais: Bahia e Londrina), mas não se pode dizer que essa participação seja representativa da produção dessas outras Universidades. Elas são estatisticamente não significantes e resultado do aumento da participação de alunos de pós, professores visitantes, colaboradores, que, em algum momento do seu percurso, estiveram ligados a uma das grandes Universidades paulistas.

do clima reformista dos debates acadêmicos naquela década. Debatiam-se a autonomia universitária, a democratização da carreira docente, a democratização do acesso ao ensino, a necessidade de implantação de cursos de pós-graduação, os conteúdos curriculares e a atividade político-partidária nas universidades.

Advogado estabelecido, também formado em Letras Clássicas, professor de Latim e Português nos tempos de Jundiá, Franchi jamais conseguiu separar suas reflexões teóricas e sua postura didática das questões sociais e políticas que o incomodavam. Leia-se ‘políticas’, neste contexto, literalmente. Franchi fora vereador, candidato a prefeito, uma das lideranças do Partido Democrata Cristão de Jundiá, e ativo defensor dos presos políticos do regime militar de 1964, antes de sair do país para completar sua formação acadêmica em Besançon.

Embora a estada em Besançon tivesse aberto para Franchi outros universos intelectuais, os problemas ligados ao ensino mantiveram-se muito tempo como uma temática importante do seu trabalho. Tanto é que logo vieram à baila na entrevista que concedeu ao ex-aluno, colega, e amigo, Rodolfo Ilari, em 2001: “*Dei aula durante longo tempo. Eu era uma voz absolutamente isolada em São Paulo. Você se lembra quando dirigiu o primeiro Guia Curricular? A Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, o Jornal do Brasil entraram de pau em cima.*” (cf. *Jornal da Unicamp*, uni-hoje-ju166-tema08.htm, p. 4, 20/4/02).

Não por acaso, pois, é que podemos interpretar como inevitavelmente engajada sua participação nas sessões plenárias e mesas-redondas dos seminários do GEL na década de setenta (V. *Quadro-Resumo* das suas participações, ao final do texto). São temas recorrentes na sua reflexão as relações entre o conhecimento lingüístico que se produzia na universidade e o ensino do português, sua aplicação em sala de aula, e sua utilidade na elaboração de material didático.

Era preciso mudar.

Boa parte dos textos debatidos em mesas-redondas, conferências e simpósios, antes do *XIX Seminário*, realizado em Mogi das Cruzes, em 1978, quando se começaram a publicar os *Estudos Lingüísticos. Anais dos Seminários do GEL*, é hoje irrecuperável. Muito do seu conteúdo e teor, entretanto, podem ser resgatados pela correspondência arquivada, manuscritos, bilhetes, anotações, atas, fichas de inscrição, aos cuidados hoje do *Centro de Documentação Alexandre Eulálio* (CEDAE-IEL/UNICAMP).

O bilhete de Franchi a Alceu Dias Lima, no contexto do *XV Seminário do GEL*, em 1976, que abre esta seção, testemunha o esforço que fazia para abrir espaço

em uma agenda atribulada, para participar do GEL, fosse no início, para tratar de questões de ensino; fosse, a partir dos anos oitenta, para tratar de problemas descritivos do português, ou de questões teóricas.

Mais esclarecedora, talvez, dos problemas em evidência na comunidade dos professores paulistas dos anos setenta, tenha sido a resposta ao bilhete que reproduziremos a seguir. Ressaltem-se os comentários sobre o conteúdo proposto pelos 'Guias Curriculares', em contraposição a uma orientação lingüística 'moderna', e sobre a necessidade do profissional esclarecido alertar as autoridades competentes, essas sim, aparentemente, as verdadeiras detentoras do poder de resolver os descontentamentos.

G E L - GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Sociedade Civil reg. sob nº 11.882 de 07 Reg. de Tit. e Doc. - São Paulo

São José do Rio Preto, 5 de maio de 1976.

Prof. Carlos Franchi
UNICAMP - Campinas

PREZADO PROFESSOR:

Antes de tudo, agradeço-lhe em nome do G. . .
sua disposição em colaborar no XV Seminário a realizar-se em São
José do Rio Preto, de 20 a 22 de maio.

Como o tempo é curto, respondo sinteticamente
às suas dúvidas:

1º - Seria desejável que se entrasse na discussão da validade e pertinência dos chamados "Planes Curriculares", em relação ao ensino de Português (Liles contém os dois elementos envolvidos no tema da mesa-redonda: orientação oficial e pretensa orientação de Linguística moderna).

2º - Como objetivo da mesa-redonda teríamos a possível determinação de fatores negativos contidos nessa orientação oficial e a possibilidade de ~~resumir~~^{reunir} elementos para alertar as autoridades competentes, sobre as possíveis consequências desastrosas da aplicação obrigatória de um modelo curricular que vem sendo duramente criticado.

3º - Não há em princípio, a essas alturas, condições de dividir o tema. Cada um dar a sua contribuição em forma de exposição pessoal (e não integrada).

proviuto o ensejo para reiterar agradecimentos e cordiais saudações.

Atenciosamente,

Pela Presidência / Prof. Nildemir Ferreira de Carvalho
- Secretário do G E L -

* Resposta do Prof. Nildemir Ferreira de Carvalho (Secretário do GEL - no biênio 1975-1977). CEDAE-IEL/Unicamp, S2 Doc, 235.

Os percursos individuais que levaram os profissionais paulistas à fundação do GEL em 1969 e a tomada de consciência de que seriam necessários *fora* coletiva de discussão, para sanar as insatisfações que os acometiam, não foram totalmente casuais. O ‘colégio invisível’ em que Franchi dava vazão à sua inegável vocação para a polêmica se revela aqui e ali através dos temas que o motivavam a comparecer ao GEL; entre seus interlocutores mais constantes faziam parte Ataliba de Castilho, Rafael Hoyos, Rodolfo Ilari, Sírio Possenti, Leila Bárbara, Mary Kato, Cláudia Lemos e Esmeralda Negrão.

Aryon Rodrigues, em colóquios informais, chamou nossa atenção para o fato de que neste mesmo ano se promovia, em São Paulo, o *II Instituto Brasileiro de Linguística*, que coincidia com o *III Interamericano do PILEI (Programa Interamericano de Linguística e Ensino de Línguas)*; o *II Congresso da ALFAL (Associação de Linguística e Filologia da América Latina)*, cujo Presidente era Joaquim Mattoso Câmara Jr., e se criava a primeira sociedade formal de lingüistas brasileiros, de caráter nacional, a ABRALIN, de que o próprio Aryon seria eleito o primeiro Presidente.

Arriscado ou não, era um momento favorável às novas idéias em matéria de ensino e pesquisa lingüísticos, que começavam a adentrar o país. Nada mais natural, portanto, que Franchi, afastado à revelia do cenário político paulista entre 1968 e 1970, se associasse, em sua volta de Besançon, aos projetos desses jovens professores universitários que se propunham a repensar os caminhos de ensino e pesquisa lingüística diante da nova ‘realidade’ nacional.

Pelos manuscritos da geração fundadora do GEL que chegaram a nós, nos damos conta de que se tratava de um projeto essencialmente prático. Tentativamente, procurava-se articular as novas metodologias de análise lingüística – transcrição fonética e classificação de morfemas – à proposta de uma programação unificada de ensino de teoria lingüística para os cursos das Faculdades paulistas de Letras.

Para isso, esboçaram-se no contexto dos primeiros seminários do GEL dois projetos coletivos: a edição de uma coletânea de textos ‘modernos’ de Linguística e de Língua Portuguesa, elaborada pelos próprios associados, e a coleta de dados para a descrição da ‘norma urbana culta’ de São Paulo, ramificação paulista do Projeto NURC (cf. CEDAE-IEL/UNICAMP, D.01).

Nos manuscritos que preservaram essas metas do grupo, lêem-se claramente os temas que preocupavam a comunidade acadêmica paulista como um todo (*idem*, D.02). Do ponto de vista institucional, centravam-se na reivindicação de modernização do ensino universitário e de redução do excessivo número de alunos em sala de aula; na deficiência das bibliotecas; na dificuldade de manter um bom ensino calcado

apenas em exposições orais; na pouca participação dos estudantes em seminários e grupos de estudo; na pulverização do ensino da disciplina em apostilas improvisadas e heterogêneas.

Do ponto de vista do conteúdo, os interesses pendiam nitidamente para o estudo sincrônico de textos do português contemporâneo, na sua modalidade não-literária; na revisão da tradição gramatical de estudo da sintaxe e da morfossintaxe do português, com uma forte retórica de ruptura com as tradições lingüístico-pedagógico anteriores; para o estudo da variação e uso do léxico de comunidades especiais, urbanas, e para a descrição do uso do português oral, em sua modalidade coloquial, dita culta. Observe-se, a título de exemplo, o plano de trabalho proposto no *VIII Seminário do GEL*:

Projeto Coletânea de textos de Lingüística (VIII Seminário, 1972, Araçatuba):

Vol. I *Noções básicas*

Vol. II *Fonética e Fonologia*

Vol. III *Morfossintaxe*

Vol. IV *Lexicologia e Semântica*

Um exame das propostas que teriam constituído o Vol. I aponta nitidamente para uma recepção de autores da chamada 'Lingüística estrutural funcionalista' (que chegava até nós através de publicações francesas), em intersecção com uma Semiologia estrutural. Ainda que venha a optar por outros caminhos, Franchi conhecia muito bem o alcance e os limites desta literatura: Mattoso Câmara, Saussure, Hjelmslev, Malmberg, Martinet, Coseriu, Benveniste, Barthes. Em fonética e fonologia, recomendavam-se Trubetzkoy, Jakobson, Mounin, mas não só. Incluíram-se textos de Bloomfield, Ullman, Lyons e Ruwet.³ (V. '*Depoimento em Primeira Pessoa do Singular*' a seguir).

Em outras palavras, o português contemporâneo, desvinculado do seu contexto românico (histórico), latino-americano, e mesmo do seu contexto brasileiro

³ Assinam as traduções deste Vol. I, nunca publicado, Rafael E. Hoyos-Andrade, Erasmo D'Almeida Magalhães, Maria Lúcia Pinheiro Sampaio, Alceu Dias Lima, Jesus Antonio Durigan, Salvatore D'Onofrio, Carlos de Assis Pereira, Vandersi Santana, Pedro Caruso, Ignácio Assis da Silva, Maria Ângela Abud, Telmo Correa Arrais, Zilda Zapparoli, Idméia Semeghini, José de Almeida Prado, Assuer Quadri Prestes.

(em relação a outras línguas minoritariamente faladas no país) é que ocupou o centro dos interesses da comunidade que apresentou seus trabalhos no GEL. Não que se tenha pensado em excluir da associação – neste sentido é interessante comparar a ata de fundação do GEL com a ata de fundação da ABRALIN – professores de Linguística Românica (Comparativa), de Língua Latina, Línguas Estrangeiras, Línguas Indígenas, mas trabalhos sobre essas especialidades foram sempre raros, se comparados à atenção que se dedicava ao português.

Dito de outra maneira: a correspondência entre Franchi, Ilari e outros que com eles compartilharam as gestões na direção do GEL deixa patente essa vocação pluralista. Não houve, na formação e desenvolvimento do GEL, uma política de exclusão, quer pela orientação teórica, quer pelo objeto estudado. Por isso mesmo, o fato de se haver registrado um número muito pequeno de trabalhos sobre outras línguas brasileiras que não o português, ou mesmo sobre o estudo histórico-comparativo, passa a ser relevante. O lugar para divulgação dessas áreas existia virtualmente no momento de formação do GEL. O fato de ele não ter sido ocupado dá uma medida significativa do desinteresse dessa ‘nova’ geração por manter as tradições de estudo nas quais se formaram. A hora era de mudanças.

No contexto do Gel, o programa de investigação reconhecido, hoje, como *da Linguística*, está inegavelmente ligado ao *estruturalismo* de Mattoso Câmara (mais do que o de Aryon Rodrigues, por sinal. O interesse pelo ensino do português explica em parte essa preferência). Neste sentido, uma das mais importantes mudanças detectadas nos estudos linguísticos do Brasil, com o desenvolvimento do programa da *Linguística*, foi a procura de um embasamento teórico e metodológico em outros referenciais que não aqueles advindos da tradição filológica portuguesa. A busca de autonomia da *Linguística* em relação à tradição entendida como *Filologia* pode ser interpretada, portanto, a partir dos anos setenta, não só como uma ruptura sócio-institucional, mas também como uma ruptura com o conhecimento produzido por ela anteriormente. Embora o programa da Linguística nos anos sessenta fosse ainda para muitos uma vaga promessa (a implantação da disciplina foi descontínua e tardia em relação a outros centros), essa primeira geração de pesquisadores brasileiros sabia muito bem o que não queria fazer – não queria mais o estudo da história da gramática do português e/ou a edição crítica de textos literários.

O clima de opinião da época, intensamente reformista, propiciou o surgimento de novas lideranças intelectuais e organizacionais. Franchi, sem dúvida, foi um dos líderes organizacionais desta geração.

Teorização como Ideal de Cientificidade

A resolução de 1962 que constituiu a Lingüística como disciplina obrigatória para todos os alunos de Letras não foi suficiente para que a disciplina se solidificasse institucionalmente a ponto de definir um campo específico de atuação profissional. A Lingüística Brasileira, até o final dos anos setenta, foi uma lingüística de indivíduos. Levaria mais alguns anos para que saíssem de nossas Universidades alunos formados em Cursos de *Lingüística*, que reivindicassem objetivos que não se resumissem somente à atuação no magistério secundário, mas também em pesquisa.

Até meados da década de sessenta, portanto, a possibilidade de continuidade de estudos e de aperfeiçoamento dependia, ou da contratação de professores estrangeiros, ou da ida dos alunos para o exterior. Além, evidentemente, daqueles que, autodidaticamente, procuravam acompanhar as publicações estrangeiras, cujo acesso exigia basicamente recursos individuais de importação, já que não havia bibliotecas que pudessem ser consideradas especializadas, ou mercado editorial interessado. Tal contexto contribuiu, inegavelmente, para a propalada imagem de *receptividade* da Lingüística Brasileira durante a década de sessenta e de suas relações, no mínimo assimétricas, com os então considerados mais importantes centros acadêmicos ocidentais.

Do ponto de vista das inovações metateóricas, entretanto, teria sido necessário (talvez?) um pouco mais de cautela. A obsolescência das teorias lingüísticas que bombardeavam a ainda frágil comunidade universitária era muito mais rápida do que a capacidade dos lingüistas brasileiros de absorvê-las. O cruzamento quase simultâneo de tendências e orientações teóricas divergentes contribuiu para separar, nos termos de Ataliba de Castilho, ‘conservadores’ e ‘inovadores’ em matéria de estudo da linguagem. Observe, neste sentido, os temas teóricos de cuja discussão Franchi participou a partir do *XIX Seminário*, de 1978 (cf. ainda *Quadro-Resumo* ao final do texto): ‘estruturalismo e gerativismo’; ‘saldos e perspectivas da lingüística,’ ‘a lingüística contemporânea,’ ‘gramática e discurso,’ ‘formalismo e funcionalismo.’ Essas divisões estão na origem da nossa formação enquanto grupo profissional e das relações ambíguas que ora nos aproximam, ora nos afastam das outras áreas de Letras.

A Lingüística Brasileira dos anos setenta reivindicou para si – e para mais ninguém – o estatuto de cientificidade em matéria de linguagem, em nome dos aspectos quantitativo, formal e rigoroso que dizia (e procurava) imprimir aos seus procedimentos. Neste ponto, Franchi e os co-fundadores do IEL não faziam con-

cessão. Dividiram-se dicotomicamente os estudos sobre a linguagem em ‘ciência’ e ‘não-ciência’, o que sempre esteve na origem de certos desconfortos da Lingüística em relação às outras disciplinas dos cursos de Letras e, principalmente, de certos preconceitos em relação a ela.

Trinta e poucos anos depois, é fácil avaliarmos o que deu certo e o que não se concretizou dos anseios dessa geração pioneira à qual pertenceu Franchi. Difícil é preservá-los em nossa análise e reflexão contemporâneas. O que é inegável é que as propostas que circulavam, sem censura, entre os participantes do GEL (não sem polêmicas internas, com certeza) transformaram a língua falada e suas gramáticas, os dialetos urbanos, o calão, as metáforas políticas, o ensino de línguas estrangeiras, enfim, a realidade brasileira em ebulição, em legítimos objetos de debate acadêmico, o que nem sempre parecia sensato promover nos estreitos (em qualquer sentido) limites de uma sala de aula.

Se nem tudo deu certo, o fato é que o GEL garantiu espaço para todas as vozes, orientações teóricas, nuances metodológicas, ou posições acadêmicas, e motivou outros planos e iniciativas, por cujos resultados, certamente, seremos cobrados. Se tivermos sorte (engenho e arte), nossa historiografia nos incluirá igualmente no legado de Franchi.

Apêndice

Tabela I – Quadro-Resumo da Participação de Carlos Franchi no GEL (1973-2000)

	X Seminário (outubro de 1973) FFCL – Avaré
CURSO	"Linguística II: Problemas diversos" Wilson Joia Pereira, José Luís Casagrande, Ignácio Assis da Silva, Dino Preti, Yara Frateschi Vieira, Izidoro Blickstein e Carlos Franchi
	XI Seminário (junho de 1974) FFCL - Tupã
MESA REDONDA	"A Linguística moderna e o livro didático" Geraldo Matos, Carlos Franchi e Dino Preti
	XIV Seminário (outubro de 1975) FFCL - Araraquara
4ª DIRETORIA DO GEL	Presidente: Alceu Dias Lima. Vice-Presidente: Carlos Franchi. Secretário: Nildemir Ferreira de Carvalho. Tesoureira: Maria Tereza de Camargo Biderman
	XV Seminário (maio de 1976) FFCL - São José do Rio Preto / UNESP
4ª DIRETORIA DO GEL	Vice-Presidente: Carlos Franchi
MESA REDONDA	"A linguística e a orientação oficial do ensino de Português" Carlos Franchi, Dino Fioravanti Preti e Ignácio Assis da Silva
	XVI Seminário (outubro de 1976) FFCL - Marília
4ª DIRETORIA DO GEL	Vice-Presidente: Carlos Franchi
	XVII Seminário (junho de 1977) Faculdade de Artes e Comunicações da Fundação Educacional de Bauru
4ª DIRETORIA DO GEL	Vice-Presidente: Carlos Franchi
	XVIII Seminário (outubro de 1977) FFCL "José Olympio" - Batatais
5ª DIRETORIA DO GEL	Presidente: Rodolfo Ilari. Vice-Presidente: Onosor Fonseca. Secretário: Ataliba Teixeira de Castilho. Tesoureiro: Carlos Franchi
	XIX Seminário (junho de 1978) Universidade de Mogi das Cruzes
MESA REDONDA	"Estruturalismo e Gramática Gerativa: duas maneiras de fazer ciência?" Rafael E. Hoyos-Andrade, Sírio Possenti, Carlos Franchi, Leila Bárbara
	XXI Seminário (setembro de 1979) FFLCH - USP
DEBATE	"Vinte anos de linguística e de linguistas no Estado de São Paulo: saldos e perspectivas" Leila Bárbara, Francisco da Silva Borba, Carlos Franchi, Cidmar Teodoro Pals
	XXIV Seminário (outubro de 1981) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
CONFERÊNCIA	"Perspectivas da Linguística hoje" Carlos Franchi
	XXV Seminário (maio de 1982) Pontifícia Universidade Católica de Campinas
MESA REDONDA	"Sintaxe, semântica e pragmática ou pragmática, semântica e sintaxe ou ..." Carlos Vogt, Mary A. Kato, Carlos Franchi, Cláudia Lemos
	XXVIII Seminário (outubro de 1984) FFCL "José Olympio" – Batatais
CONFERÊNCIA	"Além da Gramática, o Discurso" Carlos Franchi
	XXX Seminário (novembro de 1985) Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto
GRUPO DE TRABALHO	"Funcionalismo" Rafael Hoyos-Andrade, Carlos Franchi, Hildo Honório do Couto, Ermínio Rodrigues
	XXXI Seminário (maio de 1986) FFCL "Auxílium" - Lins
GRUPO DE TRABALHO	"O funcionalismo linguístico: noções intuitivas comuns aos diferentes modelos" Rafael Hoyos-Andrade, Carlos Franchi, Izidoro Blickstein, Rodolfo Ilari
	XXXVI Seminário (maio de 1989) FFLCH / USP
GRUPO DE TRABALHO	"Advérbios: uma classe de palavras?" Rodolfo Ilari (coord.), Ataliba de Castilho, Célia M. de Castilho, Carlos Franchi, Margareth S. Elias, Maria Helena Moura Neves, Sírio Possenti
	XXXVII Seminário (outubro de 1989) Faculdades Integradas "Teresa D'Ávila" - Lorena
GRUPO DE TRABALHO	"Questões sobre a anáfora em Português" Carlos Franchi, Antônio Suárez Abreu, Ana Müller, Esmeralda Negrão
COMUNICAÇÃO	"O papel dos 'papéis' temáticos na teoria Linguística" Carlos Franchi
	XLII Seminário (maio de 1994) FFLCH - USP
CONFERÊNCIA	"Pluralismo em Linguística: a tematização das diferenças" Carlos Franchi
	XLVIII Seminário (maio de 2000) UNESP- Assis
CONFERÊNCIA	"Perspectivas da linguística contemporânea" Carlos Franchi

Depoimento em ‘primeira pessoa do singular’*

Descaminhos

Quando me formei em Letras, em Campinas, em 1954, não se falava em Lingüística. Havia apenas um professor muito bom, muito famoso, Francisco Ribeiro Sampaio, bom gramático, bom filólogo. Foi professor da Cláudia Lemos também, e de muitos outros que depois seguiram a carreira acadêmica. Não publicou nada de importante, e praticava conosco em aula uma análise técnico-gramatical, geralmente sobre os textos de Camões. Talvez falasse alguma coisa sobre lingüística, mas era a ‘Lingüística Comparativa’ de Meillet, Bally, dos que se formaram em torno de Saussure ou o antecederam.

* Este texto, tal e qual outros agregados ao nosso acervo de historiografia lingüística brasileira, narrado em *Primeira Pessoa do Singular* – projeto coletivo do *Centro de Documentação em Historiografia Lingüística* do Departamento de Lingüística da USP (CEDOCH) – resulta de duas entrevistas informais, não estruturadas, concedidas a mim por Carlos Franchi, em 1992. Infelizmente delas não temos gravação, apenas meus manuscritos taquigrafados. Tal e qual as edições precedentes do *Primeira Pessoa* – projeto que visa à preservação da história dos processos de institucionalização e de desenvolvimento da pesquisa lingüística no Brasil, tal como vista e vivenciada por aqueles que deles participaram – o presente texto omite as perguntas, inverte a ordem de certos assuntos, evita as repetições e digressões naturais da fala, embora procure não trair o teor dos comentários, nem a espontaneidade e o ponto de vista do entrevistado. Franchi nos deixou muito antes que nos ocorresse a urgência de editar suas entrevistas, regravá-las e submetê-las à sua apreciação. Apesar de ter investido todos meus esforços em resgatar termos, expressões e referências originais, o presente texto segue, pois, sem a revisão do autor. Os erros, omissões, imprecisões são, portanto, unicamente de minha responsabilidade. Cristina Altman.

Até 1969, nunca ouvi falar de Lingüística, nem sabia o que era. Eu era professor de língua portuguesa no Colégio de Aplicação, em Jundiá, e, tal e qual outros interessados em linguagem, estava totalmente à margem do que já acontecia na 'Lingüística Brasileira'. Ouvi falar de Lingüística com um professor de francês, no Departamento de Pedagogia do Instituto de Lingüística Aplicada. Esse contato me levou à descoberta de outros autores de origem francesa. Comecei a ler Saussure, Troubetzkoy, mas não entendia nada. Só vim a compreendê-los depois. Naquela época, estávamos preocupados em resolver problemas imediatos de ensino do português.

A Lingüística entrou na minha vida também por caminhos indiretos, quando fui fazer Pós-Graduação em Teoria Literária, entre 1967 e 1969, com o Antonio Candido. O ponto central do curso era a análise de poemas. Candido promovia seminários, discussões com autores da literatura francesa, em que a Lingüística aparecia via [Tzvetan] Todorov (n. 1939), [Sebastian] Šaumjan (n.1916), nos textos de [Julia] Kristeva. A lingüística estrutural era a última palavra do assunto no momento: [Roland] Barthes (1915-1980), [Jacques] Derrida (n. 1930), Todorov, [Claude] Lévi Strauss (n.1908), todos autores da 'linha sociológica', interpretativa, de Paul Ricoeur.

A primeira disciplina que fiz em Lingüística, foi com o [Izidoro] Blikstein. Alguns textos que ele me passou, eu já tinha. A Livraria Francesa era a fonte para o acesso bibliográfico da época: foi através dela que tive acesso a [Eric] Buysens (n. 1900-?), [Nicolas] Ruwet. Não entendi nada quando li Ruwet (v. Ruwet 1973). Este grupo de estudos de São Paulo era um grupo privilegiado de professores secundários, que ganhavam bem, tinham biblioteca, se correspondiam com [Isaac Nicolau] Salum. Nós, no interior, não tínhamos acesso ao que se passava na academia. Nossa leitura era formada em cima de textos que ganhavam proeminência em outros textos. As pessoas da USP já recomendavam textos que não conhecíamos.

A primeira vez que ouvi falar em Semântica foi durante uma discussão sobre as razões que levaram Lévi-Strauss a introduzir a Lingüística na Antropologia, via Fonologia. Chamou-se a atenção para a Semântica, via Ricoeur. Não se falava nada de Semântica Formal – isso era 'coisa' da Filosofia. O primeiro livro de Semântica que me caiu nas mãos foi o *Message et Signaux, de Prieto* (v. Prieto 1973). A Lingüística entrava para mim, portanto, pelo seu caminho mais 'fraco': uso metafórico, interpretação de textos, esquemas da antropologia e da sociologia.

Se fosse para dar aula, eu queria era ser professor de Teoria Literária, mas tive minha contratação barrada na USP, por razões políticas. Já havia o PILEI em São Paulo,¹ mas também não consegui entrar. Conseqüentemente, eu era mais vinculado ao Programa do Rio, e vivia meio à margem do sistema acadêmico de São Paulo. Tanto é que foi o texto de [Miriam] Lemle, na *Tempo Brasileiro*, que me levou a ler Chomsky (v. Lemle 1973). Essa revista publicava muita coisa do estruturalismo. Lia livros de Lingüística, mas os interpretava de um outro contexto, o da leitura de textos e do ensino de língua. Nada a ver com pesquisa.

Lingüística-Matemática como a ciência piloto das ciências humanas

O projeto de um curso de Lingüística da UNICAMP nasceu da fantasia de Fausto Castilho. Filósofo de formação francesa, trouxe [Jean Paul] Sartre para Araraquara, e foi na França que conheceu Yves Gentilhomme. Quando voltou para dirigir o primeiro Centro em Campinas – era um centro de economistas, de atendimento a pequenas e médias empresas – teve a idéia de transformar esse núcleo em um Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Mas não era a vocação inicial da UNICAMP. A UNICAMP foi criada para ser uma grande universidade tecnológica em torno de um núcleo de economistas, como uma espécie de ponto de ligação entre empresas e Universidade. Mas Castilho teve a idéia de partir desse núcleo para formar um verdadeiro Instituto de Filosofia.

Na montagem do Instituto, incorporou também o já existente Centro de Lingüística Aplicada que, na verdade, era bem anterior ao Departamento de Lingüística. O objetivo do Centro era simplesmente auxiliar alunos das áreas médicas e técnicas no uso instrumental das línguas. Era constituído de professores da região, sem formação universitária.

¹ O PILEI, oficialmente fundado em 1963, por Donald Solá, em Cartagena de Indias, Colômbia, foi criado com o objetivo principal de "... estabelecer um mecanismo de cooperação estável para o intercâmbio entre filólogos e lingüistas dos Estados Unidos, da América Hispânica e da Europa ..." (Castilho 1984:16).

Com essa idéia de fazer um centro avançado de sociologia e antropologia, Fausto Castilho conseguiu formar um Instituto de Ciências Humanas, que previa a criação de um Departamento de Lingüística. Este projeto partia de pressupostos equivocados, mas que funcionaram muito bem na ocasião aos propósitos de Castilho.

Primeiro, partia-se do princípio de que era a Lingüística a disciplina capaz de superar a distância entre Ciências Humanas e Ciências Exatas. Segundo, o de que a Lingüística era a 'ciência piloto' das Ciências Humanas. Junto a ela, Sociologia, Antropologia e História poderiam se beneficiar dos seus avanços. Veja que nem sempre os equívocos iniciais dão errado no fim. Neste contexto, ao contrário, foram mais produtivos do que a verdade: aquela lexicologia 'matematizante' de Gentilhomme parecia se encaixar perfeitamente nesses dois anseios, e foi assim que a Lingüística da UNICAMP emergiu como a mais importante das ciências humanas, a ser incorporada por um Instituto de Ciência Humanas e não por uma Faculdade de Letras.

Foi com esses argumentos que Castilho 'vendeu' a idéia da necessidade de um Instituto de Ciências Humanas para Zeferino Vaz, pilotado pela Lingüística, que, ao mesmo tempo que serviria de modelo para as demais, construiria a ponte entre estas e as Ciências Exatas. Tanto é verdade que, mais tarde, Zeferino deu uma entrevista a um jovem que divulgou a grande novidade da UNICAMP: a criação de um Departamento de Matemática (!). Foi aí que se veiculou a idéia da Lingüística como uma disciplina formal, e de prestígio.

Parte deste Projeto-Piloto era mandar para a França cientistas da área de Humanas para estudar Lingüística. Os primeiros quatro a irem para Besançon, para serem orientados por Gentilhomme, foram um antropólogo, um sociólogo, um matemático e um filósofo. Respectivamente: Antonio Augusto Arantes, Andre Maria Pompeo Villalobos, Ângelo Barone e Luiz Benedito Lacerda Orlandi. Na raiz do projeto estava, na verdade, uma rebelião contra o 'modelo-Letras'. Não se queria nada que se assemelhasse às faculdades de Letras existentes no país. Tanto é que não foi difícil convencer a direção da UNICAMP a incorporar a Lingüística como um Departamento do Instituto de Ciências Humanas, e não de Letras. O contexto da época era formar mão-de-obra especializada e técnica para o projeto militar de um 'Brasil grande'. Para isso, nada mais conveniente do que uma Lingüística 'vestida' de Matemática.

Como filósofo, Fausto tinha uma estreita relação com o estudo da linguagem, portanto, nada mais natural encarregar um grupo interdisciplinar para fazer

emergir uma Lingüística ligada à Filosofia e orientada para as Ciências Humanas. Este primeiro grupo quase destruiu o projeto. Logo todos se aperceberam da dificuldade de estabelecer uma ponte imediata dos seus interesses com a Lingüística. Fizeram um curso rápido de Lingüística, e cada um logo se voltou para seus interesses exclusivos. Da confluência das suas especialidades, não emergiu Lingüística nenhuma.

Outro equívoco do Fausto foi obrigar os quatro pesquisadores a fazerem o curso de Lingüística em Besançon, para depois permitir que se mestrassem cada um em sua própria área. Esses equívocos ficaram visíveis pelos resultados. Os colegas que voltaram da França não estavam nem preparados, nem motivados a enfrentar a pesquisa em Lingüística e, muito menos, seu ensino.

Os Novos Mosqueteiros

A segunda tentativa de organizar um curso de Lingüística na UNICAMP resultou exatamente da tomada de consciência da ineficiência das estratégias utilizadas na formação do primeiro grupo. Era necessário agir rápido: já havia projetos para um vestibular em Lingüística, e era preciso, para isso, formar lingüistas. A necessidade gera ousadias que levam as pessoas a corrigirem a rota e a buscarem novos caminhos.

Este segundo grupo se deparou com algumas dificuldades, dados os poucos resultados do investimento feito com o primeiro grupo. Antonio Candido foi quem avalizou a indicação junto à FAPESP. Conversou com [Isaac Nicolau] Salum e [Theodoro Henrique, Jr.] Maurer sobre esse projeto. Foi extremamente discreto sobre os critérios que o conduziram na seleção dos indicados para participarem deste segundo grupo. Foram indicados Haquira Osakabe, Rodolfo Ilari e Carlos Vogt, todos da USP.

Os três eram estrelas na Pós da USP. Ilari era da área de francês, extremamente respeitado por [Albert] Audubert e preparava um trabalho em Teoria Literária; Haquira fazia um curso brilhante e Vogt estudava com Antonio Candido. No meu caso, acho que fui indicado pelos problemas políticos que eu estava enfrentando. De certa maneira, entrei na carreira acadêmica por acidente. Eu já era um advogado bem-sucedido, e fazia pós em Teoria Literária porque gostava. Mas estava tendo problemas em Jundiaí, desde 1964, por advogar para presos políticos. A partir de 1968 a coisa começou a ficar pior. Daí foi que Antonio Candido propôs para mim uma solução confortável e segura para a família toda.

– Olha, Franchi, eu tenho a solução. Só que você não vai fazer Teoria Literária, vai fazer Lingüística.

Falou do Projeto e sugeriu minha entrada para o grupo. Duas horas e meia depois de conversa, começava minha mudança radical de vida. Ir para Besançon, me formar em Lingüística e ajudar a realizar o projeto de criação da Lingüística da UNICAMP. Candido foi extremamente correto, descreveu o projeto, fez sua avaliação pessoal, positiva. Como minha análise era 'gramatical', eu deveria me dar bem.

Tive que sair em seguida. O Projeto implicava a mesma obrigação de fazer o curso de Lingüística com Gentilhomme, em Besançon. Ninguém naquelas alturas tinha informação exata do que era Lingüística. Não se falava em Lingüística Americana, Chomsky, então, nem pensar. Éramos absolutamente ignorantes na matéria. E praticávamos uma leitura intertextual perigosa. Reinterpretávamos os textos da Lingüística à nossa moda.

Chegando em Besançon, de Lingüística mesmo, nada. Nossa única vantagem era estar em um lugar onde o acesso a informações vindas de Paris era mais fácil. Em Besançon, o curso mais relevante era o de Estilística, com [Jean] Peytard. Peytard era bem formado, tinha uma tradição de estudo gramatical, mas não era em Lingüística. Gentilhomme não ensinava quase nada. Eram exercícios ingênuos, interseções formais, montagem de gráficos, diagramas de análise sintática e formal. Foi Mme. Fischer, uma argentina exilada, que dava cursos sobre Chomsky, quem discutiu conosco os prolegômenos da teoria chomskiana, mas era só.

Uma coisa foi boa. Tomamos consciência da loucura do projeto em que tínhamos nos metido e de que, em Besançon, não iríamos aprender Lingüística – e não aprendemos mesmo. Nunca tive tanta consciência da ignorância que tinha em Lingüística e do que se passava em termos de Lingüística no mundo.

Procuramos contato com outros grupos. Encontrei o grupo do [Antoine] Culioli. Outra vertente que acabei conhecendo (e que depois passou a ter importância) foi Pêcheux. Era interessante esse grupo lógico de Neuchatel, assim como o de Grenoble. Visavam à construção de uma teoria formal mais abrangente do que a chomskiana.

Pêcheux, assim como [Catherine] Fuchs e [Oswald] Ducrot, foi incorporado pelos que se interessaram pela Análise do Discurso, como o Haquira. Mas também pelos que se interessavam pelas teorias formalistas, como eu, reforçado por Culioli. Todo mundo, menos eu, acabou indo para Paris.

Ilari no início se interessou pela análise do discurso de [M.A.K.] Halliday, mas, quando voltou, acabou se dedicando a uma orientação mais formal, porque se ligou a outros filósofos na UNICAMP.

Vogt defendia a idéia de que a Semântica não era cientificamente tratada. Em Paris, trabalhou com Ducrot. Era uma Semântica associada ao contexto da enunciação, como uma semântica formal. Vogt depois foi o responsável pela vinda de Ducrot para Campinas, onde deu vários cursos de Pós. Eu tive dificuldades de ir para Paris. Conseguia informações de lá com o Haquira, via [Michel] Lahud. Fui para Aix en Provence.

Pensando no que iria fazer na UNICAMP quando voltasse, afinal, responderíamos por um curso completo de Lingüística – pensamos em ficar mais na Europa para nos aperfeiçoar e fazer um Doutorado. Não conseguimos. Talvez porque ele mesmo, Fausto, não tivesse Doutorado. A contra-ordem foi que completássemos o Mestrado imediatamente, e voltássemos.

Eu e Vogt queríamos fazer Semântica; Ilari e Haquira, Análise do Discurso. Não sobrava ninguém para Sintaxe. Tomei então uma decisão complementar, de caráter prático:

– Não havendo ninguém para Sintaxe, fico eu.

Fui estudar com Blanche Benveniste, que seguia [Maurice] Gross (1934-2002), na época ligado a Zellig Harris (1909-1992). Blanche deu um bom curso de análise distribucional, embora tivesse idéias próprias: uma visão da sintaxe por um *approach* pronominal. Havia mais cursos na área de Lingüística em Aix, mas eu não suportava [Georges] Mounin (1910-1993), uma espécie de arauto do [André] Martinet. Não se podia falar em Chomsky. A obrigação era ler Martinet e falar Martinet:

– Quería ver se Chomsky dava conta disso...

Fui procurar uma saída. [Jean] Stéfanini (1917-1985), do Departamento de Língua Francesa, que promovia seminários sobre Chomsky, me acolheu. Stéfanini era um guillaumista. Quería estudar Chomsky para mostrar que Guillaume tinha feito Chomsky antes de Chomsky. O que me colocou em contato direto com os *Aspects*

(Chomsky 1965). Tive acesso ao texto já na tradução francesa. Chomsky era um importante contraponto à lingüística francesa da época, e começava a entrar na França por causa dos limites do distribucionalismo. Em epistemologia, tive contato com [Gilles-Gaston] Granger (n.1920): um dos tópicos do seu curso era linguagem. Foi nesse curso que li Halliday e que 'peguei' a preocupação com os fundamentos de uma análise.

De certa forma, nos preparávamos para voltar para a UNICAMP com algumas áreas cobertas. A Graduação já estava no segundo ano. O primeiro ano era um curso geral, em que o aluno estudava Epistemologia, Sociologia, Antropologia etc., e, quando entramos para dar Lingüística na Graduação, já estavam também abertas as inscrições para o Curso de Pós, até então coordenado por Gentilhomme.

Gentilhomme saiu repentinamente do país, por razões de natureza pessoal, o que, de certa maneira, nos deixou 'na mão'. Mas éramos quatro, e tínhamos condições de montar um projeto nosso: Vogt conseguiu convencer Ducrot a vir e a trabalhar em Semântica. Fausto caiu, eu me tornei o Chefe do Departamento. Era 1972, e acontecia o GEL de Bauru. Associamo-nos a [Mary] Kato, que tinha um bom contato com a lingüística norte-americana; Leila Bárbara e John Schmitz. Esse pessoal se revezava para dar aula de Sintaxe. Foi assim que introduzimos na UNICAMP a Semântica Gerativa (Lakoff, Perlmutter) e tivemos contato com outra bibliografia até então desconhecida. Vogt não tinha problemas: afinal, Ducrot já estava lá. Haquira voltara-se de vez para a Análise do Discurso.

Resolvido emergencialmente o problema dos cursos, se colocou o problema grave da nossa formação.

Em 1972, houve a famosa polêmica entre Afrânio Coutinho, Portella, o grupo de Letras da UFRJ e o Programa de Lingüística do Museu Nacional. Foi aí que fui ao Rio conversar com o Aryon [Rodrigues], que coordenava uma turma muito boa, titulada, e que não estava a fim de se transferir do Museu para o Curso de Letras da UFRJ. Inevitavelmente, a decisão que tomei de trazê-los para a UNICAMP provocou polêmica. Era ainda a velha idéia da Cátedra, que transformava a titulação em obstáculo: essa era a tendência dos uspianos. Não contratavam gente titulada, mas, sim, gente inexperiente, para irem formando escola.

Mesmo não aprovando a idéia, foi Vogt quem voltou ao Rio uma segunda vez para fazer o segundo contato com o Programa do Aryon. Voltou mal impressionado com o [Antônio] Quicoli (o melhor gerativista de então). Mas

além do Quícoli, o grupo do Rio era constituído pelo [Bryan] Head, de Sociolinguística; pelo próprio Aryon, de Linguística Geral e Indígena, e Lúcia Lobato, que se dedicava à Semântica. [John]Martin já estava na UNICAMP, de onde saiu como entrou, à força.

Exceto Lobato, cujo diploma francês não foi imediatamente aceito por Zeferino Vaz, e foi para Brasília, vieram todos do Programa do Rio, no segundo semestre de 1972. Equivocamo-nos com o Brian. Quícoli teve um efeito positivo na Sintaxe. Aryon foi fundamental para a formação da Pós, embora fosse visto por muitos como um tanto controlador. Claro que a entrada do grupo foi uma fonte de conflitos. Mas, para todos, o objetivo principal era desenvolver um projeto diferente, de criar um departamento onde várias tendências teóricas pudessem conviver e trocar informações: Quícoli com a Gerativa, Aryon com a Tagmêmica e Bryan, com a Sócio. Apesar das divergências teóricas, todos éramos desfavoráveis à idéia de qualquer associação com Letras. Mas é claro que essa multiplicidade teórica provocava embaraços e favorecia, a médio prazo, uma divisão interna sobre a política a ser seguida pelo Departamento.

Restava-nos, assim, obter titulação, e ganharmos força política para manter nosso projeto de ser um departamento de Ciências Humanas. Primeiro saíram Vogt e Ilari, que voltaram do exterior com a tese pronta e a defenderam aqui. Em 1975, eu saí para fazer o Doutorado. De uma certa maneira, foi sempre a dificuldade de encontrar recursos que gerou a necessidade de buscarmos uma solução criativa para garantir a manutenção do nosso projeto inicial.

As áreas foram crescendo. Em Psicolinguística, Karel Sthol, indicada por Aryon, promoveu um curso muito bom, financiado pela FAPESP. Maria Cecília Perroni Simões, formada por ele, criou a necessidade de manter a área aberta; Cláudia de Lemos, aluna brilhante de Letras Clássicas na USP, trabalhando na PUC-SP, teve contato com Psicolinguística e foi para a Inglaterra. Voltou Doutora e a contratamos.

Mal ou bem, Head abriu o campo da Sociolinguística. De repente, passamos a ter na área gente como [Fernando] Tarallo, [Tânia] Alkimin e Marco Antônio de Oliveira. Quícoli saiu. Mas deixou na gerativa Pizzini, e depois entrou a Charlotte [Galves]. Todas as áreas que temos hoje resultaram, de certa maneira, daquele tempo. Gerativa, Sociolinguística, Linguística Indígena, Semântica Argumentativa, Introdução à Lógica e Semântica Formal – preenchida depois pelo [Marcelo] Dascal. Mazei e [Edson] Françaoso também tiveram imersão em cursos interdisciplinares: o grupo de fora atribuía à Linguística uma vocação inter-

disciplinar. Tudo nasceu de um projeto circunstancial que Haquira e eu montamos. [Osvaldo] Porchat formou o Centro de Epistemologia e Filosofia das Ciências. A vocação interdisciplinar das Ciências Humanas permitiu a interação e a circulação rápida de um projeto comum entre alguns do Programa do Rio, e outros de São Paulo.

Até 1975, ano em que Vogt entrou para a Chefia, foi nossa luta para criação desse espaço. Os mestrandos já começavam a aparecer. Dos antigos sobraram poucos, mas ainda estão por aí: Rosa Attié Figueira, que seguiu a linha de Vogt e Ducrot; Cagliari, que seguiu Fonética com Brian, e depois foi para Edimburgo. Marco Antônio foi para os Estados Unidos fazer Sociolinguística com bolsa da FAPESP e do CNPq. A UNICAMP facilitava contratar o pesquisador antes, para eles poderem sair, se formarem no exterior, e depois voltarem e se dedicarem em tempo integral ao Departamento. Era a política do Zeferino Vaz. Sem ele, nada disso teria existido.

O grupo de Teoria Literária, por exemplo, foi contratado sem aula alguma, só para fazer o projeto: Suzi Sperber, Berta Waldman, Lafetá, Wisnik, Adélia Bezerra, Lucia Dal Faria, Roberto Schwartz, Caroni. E foi a entrada do pessoal da literatura no Departamento que provocou de vez nossa ruptura com o Instituto de Ciências Humanas e deu origem à formação do IEL.

Havia, na verdade, duas pressões políticas: uma, vinda dos economistas da própria Instituição, que dominavam a política acadêmica, e outra, vinda do Conselho Federal de Educação, que queria montar um Instituto de Letras em Campinas.

Mais uma vez Antonio Candido foi a peça chave para a manutenção do Projeto. O Instituto de Estudos da Linguagem, o IEL, se ergueria sobre dois pilares: um, a Linguística; o outro, a Teoria Literária. Pouco a pouco, as áreas iriam se diversificando e o Instituto iria se construindo por módulos: era a mesma política de criar a necessidade, fomentar recursos e solidificar a área. O novo Instituto se constituiria de Linguística, Teoria Literária e Estudos Latino-Americanos. Era algo novo, que fazia falta nas Letras Brasileiras. Ganhava força, pois, a segunda corrente, o que colocava nosso projeto inicial em risco, principalmente depois que o pessoal de Linguística Aplicada também passou a reivindicar seu espaço próprio dentro de um Instituto de Letras. Isso alteraria totalmente o perfil do Departamento, do Instituto e tudo o mais. Letras era outra coisa.

Não foi difícil convencer Vaz da inviabilidade de um Projeto de Letras. Vogt, ainda na Chefia do Departamento, convenceu Antonio Candido a ficar e a dirigir o novo Instituto, o IEL.

Essa segunda fase da Lingüística da UNICAMP, a do IEL, foi mais fácil. Vaz apoiava o projeto, Candido dirigia o Instituto e eu cuidava da parte administrativa. Aliás, o único voto contra a separação da Lingüística do Instituto de Ciências Humanas foi o meu. Foi, aliás, um grande equívoco, pois o IEL abriu as portas a recursos fantásticos. Já tínhamos gente boa, com o IEL adquirimos prestígio acadêmico e espaço institucional – embora os físicos e os matemáticos ainda nos olhassem um pouco de lado.

O IEL

Zeferino Vaz investiu mesmo no IEL, que manteve o projeto original, com algumas pequenas mudanças. A idéia inicial de manter os vários grupos equilibrados no jogo de forças do Departamento, e a busca de qualidade na formação do pessoal, entretanto, sempre se manteve. Cagliari sustentou a Fonética; de Lemos, a Psicolingüística; Alkimin e Tarallo, a Sociolingüística. Perdemos um pouco da nossa vocação inicial com a saída de Dascal, que tinha aberto a linha da Semântica Formal, assim como com a saída do [Daniel] Everett, na área da Teoria Gramatical. Enquanto a Semântica Formal se manteve com o Ilari, a Semântica Argumentativa, inaugurada pelo Vogt e pelo [Kanavilil] Rajan, também conseguiu se manter, mas não com o mesmo nível. A Análise do Discurso, embora diferente da que o Haquira pretendia, se manteve com Eni Orlandi. Na Sintaxe, não foi nada fácil abrir novas frentes, mas tivemos a Charlotte, a Mary Kato e o Daniel Everett. Mas eles nunca tiveram uma função administrativa no Departamento. Lemos, sim, teve força, mas não porque foi Chefe, porque orientou projetos coletivos e criou gente. A Análise do Discurso se reforçou pelo poder político, dado que não tiveram o mesmo tipo de formação acadêmica. Aryon não criou novas vertentes.

Depois da formação do IEL, o currículo mudara muito. Reduziu-se muito a ênfase inicial nas gramáticas formais. Alguns erros iniciais se corrigiram, mas, aos poucos, a Teoria Literária acabou construindo seu próprio feudo, e, de certa maneira, o Departamento de Lingüística Aplicada, também.

Os *Cadernos de Lingüística Aplicada (CEL)* nasceram depois da minha saída. A formação de uma revista era um velho desejo. Mas nenhum de nós tinha habilidade para fazer isso. O único pesquisador que tinha mais experiência nessa área era o Ataliba [de Castilho]. Foi assim que o contratamos. Aliás, sua contratação tinha dois objetivos: o primeiro, equilibrar nossas pequenas crises com o pessoal do Rio. O

segundo, a idéia de recuperar a boa vizinhança com a Filologia e a Lingüística Aplicada. Para isso, o Ilari, que tinha uma boa formação clássica, era fundamental. Mas também precisávamos do Ataliba, que conheci em um GEL.

A titulação de um e outro grupo estava freqüentemente no cerne da questão: quem era o grupo que estava melhor titulado, quem era melhor preparado. O projeto da turma do Rio era muito possessivo e não nos interessava muito. Contratar pessoas que não viessem de nenhum dos dois grupos parecia uma boa forma de buscar o equilíbrio: foi assim que colocamos o Ataliba no meio do jogo.

Outro mediador importante foi de Lemos. Abaurre era muito independente, criou seu espaço próprio. De repente, vimos que havia, de forma equilibrada, um espaço para todos, embora outros tivessem levado mais tempo para amadurecer, o que inevitavelmente acaba formando pequenos grupos, a prática de auto-elogios etc. Muitos, como eu, retardaram a atividade acadêmica, embora tivessem toda a vocação para isso, porque foram engolidos pela Administração.

Eu não tinha nada, não sabia nada quando entrei. A consciência do nosso pequeno grupo inicial era vencer essa barreira e não tapar o sol com a peneira. Ser um grande leitor vem daí. Eu não sabia nada. De repente, tínhamos que assimilar uma vasta literatura desconhecida até então. Sempre reservei tempo para ir à Biblioteca. Mas a administração é um suicídio acadêmico, não dá para manter as duas coisas. Cada um contribuiu para o crescimento do IEL como pôde.

Ataliba não conseguiu levar a idéia da revista para adiante. Quem criou e tocou os CEL foi, sem dúvida, o Wanderlei Geraldi, com sua capacidade de organização. A Chefia neste momento era do Ilari, e Geraldi levou várias pessoas a escrever sobre a questão de abrir novas universidades, sobre Ensino, o que o aproximou muito do pessoal de Lingüística Aplicada. A tendência, hoje, é diversificar e ampliar mais ainda todos os espaços, internacionalizar a revista, aumentar o intercâmbio internacional. Temos infra-estrutura, bons equipamentos, boas máquinas, bom fichário, nosso volume de permutas é alto.

– Está tudo aí, agora, é só não deixar morrer.

Referências

- CASTILHO, Ataliba T. de, org. 1986. "Apresentação". *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo. Materiais para seu estudo. Vol. I Elocuções formais*, org. por Ataliba Teixeira de Castilho e Dino Preti, 1-14. São Paulo: T. A Queiroz.
- CHOMSKY, Noam. 1965. *Aspects of the theory of Syntax*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Lemle, Miriam. 1973. "O novo Estruturalismo em Linguística: Chomsky." *Tempo Brasileiro* 15/ 16:55-69. (1ª ed., 1967.)
- PRIETO, Luis J. 1973. *Mensagens e Sinais*. [Trad. de Anne Arnichand e Álvaro Lorencini]. São Paulo: Cultrix/EDUSP.
- RUWET, Nicolas. 1975. *Introdução à Gramática Gerativa*. [Trad. de Carlos Vogt]. São Paulo: Perspectiva.

Linguagem – atividade constitutiva*

Carlos Franchi

Nota preliminar

Este artigo se construiu como colagem de excertos da introdução de uma tese de doutoramento – “Hipóteses para uma teoria funcional da linguagem”. Reforçamos alguns contornos, enchemos alguns espaços brancos a fim de dar ao texto uma certa autonomia e unidade. Fica, sempre, uma peça discursiva extraída de seu contexto.

Vale, por isso, advertir que essa introdução, redigida à moda de ensaio, visava a evitar que entendêssemos como reduzidas a um esforço de formalização, empreendido como objetivo imediato da tese, as múltiplas possibilidades de aproximação compreensiva do fenômeno da linguagem. Quisemos deixar presente que, sob a neutralidade dos modelos teóricos, sob o formalismo reduzido e enxugado, sob a regularidade dos esquemas de derivação das fórmulas sucessivas na dedução, disfarça-se apenas uma reflexão prévia, condicionada histórica e culturalmente, assistemática. Nesta, busca-se caracterizar a natureza do objeto a explicar, determina-se um ‘ponto-de-vista’ privilegiando aspectos particulares da linguagem, de modo a orientar as escolhas das noções de base, a fixar o domínio de investigação, a escolher os instrumentos de análise e síntese. Este artigo resume, pois, um discurso e reflexão sem data e muitas vezes retornado, em que se fixaram as hipóteses – pouso datado e provisório – determinantes de certas opções teóricas. Discurso prévio, pré-científico, parale-

* Este texto foi publicado pela primeira vez em *Almanaque* 5: 9-27, 1977. Uma segunda versão, revista, foi publicada nos *Cadernos de Estudos Lingüísticos* da própria UNICAMP, 22: 9-40, 1992. A presente reprodução, autorizada, foi digitada por Beatriz Christino (CEDOCH-DL/USP). Salvo pequenas alterações na grafia e pontuação, o texto segue a versão de 1992 (N. Ed.)

lo a inúmeros discursos compossíveis, repositório dos resultados e sujeito às condições de inúmeros discursos antecedentes.

É, sabemos, hábito silenciar essas ‘origens’ da elaboração teórica (cf. Moles, 1957: 67 e ss.), ignorá-las mesmo, pela consciência da disparidade entre a provocação e a resposta, da relatividade sob a perfeição aparente, da violência e ruptura entre a reflexão irregular que informa e relaciona precariamente experiências e contexto, que contrapõe os propósitos às exigências do discurso científico. Corremos, aqui, o risco de evidenciar essas fontes espontâneas, em uma exposição intuitiva de pressupostos, fixando uma certa concepção de linguagem e indicando nosso posto particular de observação.

Tal concepção de linguagem, atividade construtiva, apresentada agora independentemente das outras partes da tese (uma resenha crítica de teorias lingüísticas e contribuições para a construção de um modelo formal) pode levar a um mal-entendido inverso: na medida em que se reafirma o caráter histórico e o condicionamento contextual das línguas naturais, a irreducibilidade de seus processos expressivos a um sistema formal, pode-se estimular uma atitude epistemológica ingênua de imediata recusa da formalização. E, ao contrário, nos parece que o que se deve esperar é que os modelos formais se elaborem a um nível bem maior de abstração. Gostaríamos de recordar, nesse sentido, a complementaridade desses ‘momentos’ – nunca termos, mas instantes de um processo cíclico intermitente: reflexão filosófica, investigação experimental, elaboração teórica. Que todos supõem não uma concepção estreita do objeto a descrever, no caso a linguagem, mas uma consciência clara de sua complexidade.

1

Convém inicialmente destacar alguns traços de diferentes concepções de linguagem, não necessariamente incompatíveis, vistas sempre aqui como transparecem de teorias lingüísticas contemporâneas.

Deixemos logo à margem o fato de que o homem se comporta diante da linguagem como diante de uma instituição. A atitude certamente contribui, entre outras condições de produção do discurso, para restringir o conjunto das formas – dentre as muitas disponíveis no sistema de uma língua dada – sobre o qual o sujeito efetua suas opções lingüísticas expressivas. Tomar, porém, a linguagem por essa via não permite ao estudioso ultrapassar as regularidades condicionadas por certas convenções e submetidas a um normativismo exterior. A concepção institucional da linguagem, em Saussure por exemplo, conduz a um esvaziamento da própria ‘lingua-

gem' e a um privilégio da noção de 'língua' como o "conjunto das convenções necessárias adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa 'faculdade' pelos indivíduos": a linguagem, ao contrário da língua (que constitui um princípio de ordenação e de classificação), não tem por si nenhuma propriedade que a determine, que se reflita no resultado mesmo a que se dispõe – a elaboração de sistemas de símbolos. Acrescente-se este a outros paradoxos de seu 'curso de lingüística' (cf. Saussure 1915: 23 e ss.; 40 e ss.).

Recusemos, em seguida, considerar a linguagem uma entidade teórica desnecessária (como [na] tradição behaviorista bloomfieldiana): o que existe, dirão, são os discursos efetivamente produzidos nas diferentes línguas. Nesse caso, tudo se reduziria a um *corpus* para os instrumentos de análise; a lingüística, a um inventário e descrição de procedimentos de descoberta, utilizando-se critérios limitados e bem precisos; a gramática, à representação dos resultados obtidos via generalização indutiva a partir das regularidades estabelecidas na análise sistemática, estas às operações de segmentação e classificação. Admitindo, embora, a conveniência e mesmo a necessidade em alguns domínios de trabalhos sistemáticos de análise, certas formas de investigação e experimentação controlada, seja como instrumento precário de levantamento de informações intuitivas básicas para uma teoria, seja para fornecer elementos de justificação ou contradição de hipóteses, devemos evitar confundir o objeto, princípios e métodos da lingüística (como teoria da linguagem) com tais procedimentos, transformando todas as questões em uma questão de técnicas e critérios de análise. É, por exemplo, o caso extremo dos promotores do estruturalismo americano.¹

¹ Se no projeto saussuriano (como aparece no *Cours de Linguistique*) a faculdade de linguagem se tornava imperscrutável porque heteróclita, multiforme, um fazer às cegas sem princípio ordenador ou unificador, no projeto bloomfieldiano (e mais, no positivismo estreito de seus seguidores) uma lingüística como 'ciência da linguagem' é totalmente inconcebível. De fato, quando "somente as generalizações indutivas são úteis" para a descrição lingüística, a teoria da linguagem (se ainda podemos chamá-la assim) "torna-se desconfiada da própria linguagem, seja que esta se tome como aquilo que é comum a todas as línguas, seja que esta se tome como 'faculdade', no sentido biológico do termo." Diríamos que "uma epistemologia positivista e a teoria da linguagem que dela decorre instauram uma lingüística como 'ciência descritiva das línguas' e não como 'ciência da linguagem'" (de Michel Lahud, em trabalho inédito: "Y a-t-il lieu de distinguer une linguistique 'science des langues' et une linguistique 'science du langage'?").

1.1

Uma perspectiva mais atraente para uma teoria da linguagem, embora ainda parcial e insatisfatória de nosso ponto de vista, mereceria discussão mais detalhada se não fosse a limitação deste trabalho: aquela que considera a linguagem e as línguas naturais a partir de noções correlacionadas com a função de comunicação. De um modo geral, entende-se nessa tendência que os princípios universais da linguagem somente se isolam e compreendem satisfatoriamente em referência à noção de ‘comunicação’, básica na definição de diferentes funções da linguagem. Esta se situa em relação a seu uso social, aberta aos fatores que a condicionam e determinam na interação dos interlocutores, em suas relações com o mundo e a cultura. Tal assunção básica forma o tom de fundo a diversas correntes lingüísticas. Corresponde-lhes uma filosofia da linguagem, embora a diferença de propósitos, de métodos, conduza em cada caso a desenvolvimentos teóricos divergentes.²

O problema central é o da ‘significação’, concebida não como uma propriedade de expressões, apreensível pela enumeração de características sintáticas e morfológicas, mas como um ‘ato’, um ato intencional e motivado que põe em relação, de um lado, os interlocutores, de outro, os elementos convencionais de que se servem na interlocução (a ‘função’ específica a que se visa em cada ato de comunicação e a ‘forma’ das expressões). A correlação entre a estrutura semântica e a estrutura sintática descrever-se-á pela representação explícita das condições mesmas do ato da comunicação,

² Referimo-nos, por exemplo, a correntes chamadas funcionalistas em lingüística: a do ‘círculo de Praga’, que se associa a um dos aspectos do pensamento de Bühler; ao funcionalismo enriquecido de Firth e melhor ainda de Halliday; a certos aspectos da variada produção de R. Jakobson. E à filosofia da linguagem como a praticam Strawson, Austin, Searle, Grice, que sugerem outras direções nessa orientação generalíssima. Excluímos de nosso interesse estudos que, concebendo a linguagem como ‘instrumento de comunicação’, [se] utilizam de uma abordagem quase exclusivamente informacional. Nestas, acaba-se por reduzir a linguagem a um ‘código’, insuscetível de outro instrumento que o de uma análise de marcas expressivas associadas a uma listagem de ‘funções’ significativas. Então, o sistema lingüístico se ‘dá’ e como tal se ‘recebe’, reduzindo-se o papel dos participantes do discurso à codificação e à decodificação das informações na mensagem, onde tudo está dito e manifesto. Cai-se em um descritivismo que, para maior defeito, não se confessa, nem cuida de elaborar com rigor os seus procedimentos. É o caso de Martinet (e de certos semiólogos da comunicação que inspira). Ou mesmo de Katz, independentemente da maior sofisticação formal de sua semântica.

das intenções ou funções desses atos. Tal representação vai variar conforme a ênfase que se dê a uma ou outra dessas noções envolvidas no processo. Pode-se caracterizá-la como a descrição completa e estruturada das condições dos ‘atos de fala’, estabelecendo as regras constitutivas desses atos e de sua especificidade (como em Searle). Ou ainda fazê-la corresponder à enumeração dos princípios quase-contratuais que regem a interação comunicativa, privilegiando-se a noção de ‘comunicabilidade’ como a propriedade dos atos que preenchem os requisitos necessários para tornar-se significativos (Grice). Ou dar-lhe a forma de uma descrição sistemática das funções sociais da linguagem, desde macrofunções (como a de representar e “estruturar a experiência, determinando nossa maneira de ‘encarar as coisas’, “tomando viável a comunicação”; como a de manter as relações sociais capacitando o indivíduo a “interagir com os outros”; como a de garantir “uma vinculação consigo mesma e com os traços da situação em que é usada” – funções ideacional, interpessoal e textual de Halliday), até às microfunções que correspondem a papéis específicos desempenhados por expressões determinadas utilizadas na “codificação desses sentidos ligados às funções mais gerais, embora identificados no plano sintático” (cf. Halliday, 1970: 43 e ss.; 1973: 68).

Não é nossa intenção descrever essas elaborações teóricas possíveis. Isolemos somente alguns temas básicos que se reencontram fundamentalmente nelas.

Em uma teoria da linguagem que se funde em noções como de ‘comunicação’, ‘intenção’, ‘função’ social, opta-se por uma gramática “vista como exterior e pública, como prática, aberta e social”; o esforço teórico se desloca à determinação das condições do exercício social da linguagem, derivadas de um princípio geral determinante – o da ‘comunicabilidade’ “como única pertinência para uma teoria que recupere o fenômeno lingüístico ao nível da realização” (cf. Parret 1976: 3). Em outros termos, desaconselha-se buscar a explicação da significação pela explicitação da estrutura das línguas naturais, mesmo quando se insiste em suas propriedades formais universais. Porque são as necessidades da comunicação, suas funções e condições, identificáveis em um outro universo nocional, que “determinam a estrutura lingüística”. Essa determinação não resulta somente da utilização atual da linguagem, mas ainda da evolução do homem e da cultura. Desse modo, a “compreensão dos fatos sintáticos” (e mesmo semânticos) “exige a compreensão da linguagem na comunicação, visto que é comunicação o que a linguagem é acima de tudo” (cf. Searle 1972).³

³ O estabelecimento preciso das regras constitutivas dos atos de linguagem corresponde ao mesmo tempo à determinação das relações entre a estrutura sintática e semântica das línguas naturais. Leia-se em Searle: “De um lado, a estrutura semântica de uma

Pode-se rebuscar o embrião dessa postura teórica em Malinowski, ou sua expressão mais moderna em Halliday. Para este, também, são as ‘intenções’, as ‘funções’ da linguagem que constituem os elementos iniciais para a construção de uma teoria lingüística: “o sistema gramatical recebe, por assim dizer, um *input* funcional e tem um *output* estrutural” (1973); nele se devem reencontrar os diferentes, múltiplos planos da interação humana em situações de comunicação. É essa a hipótese básica do funcionalismo em lingüística, que já se lê em Bühler, reencontra-se em Martinet, reproduz-se no famoso artigo de Jakobson, para os quais os fatores implicados na comunicação caracterizam, no interior de uma mesma língua, diferentes subsistemas simultâneos, dizendo cada um respeito a uma função diferente da linguagem, a uma macrofunção no sentido de Halliday.⁴

Desse tema comum relativo à dependência estrutural da linguagem dos fatores e funções da comunicação, passa-se conseqüentemente à exigência de vinculação da linguagem ao contexto e à situação. Isto é, exige-se que se leve em conta na explicação da significação o conjunto de fatores e relações que se estabelecem entre os participantes do ato de comunicação, das circunstâncias desse ato, do universo de eventos e coisas a que se referem segundo suas experiências. Malinowski, por exemplo, fala de ‘contexto de situação’ para abranger não somente as condições de ‘situação de discurso’, mas também o ‘contexto lingüístico’ em que cada segmento discursivo deve considerar-se. É com recurso à noção de ‘contexto da situação’ que se pode definir a frase como unidade mínima do discurso: uma expressão qualquer, fora da situação ou considerada independentemente de seu contexto, não possui significação alguma. A insistência nessa noção se retoma em toda a ‘lingüística inglesa’ funcionalista e constitui mesmo uma de suas marcas

língua pode ser considerada como a atualização, segundo certas convenções, de uma série de conjuntos de regras constitutivas subjacentes; e de outro, os atos de linguagem se caracterizam pelo fato de realizar-se pelo enunciado de expressões que obedecem a essas mesmas regras constitutivas” (Searle 1969: 76).

⁴ Recorde-se que, em Bühler, as ‘três funções de sentido’ – representativa, expressiva, conativa, – “inauguram e tematizam um campo próprio de fenômenos e fatos lingüísticos” e “exibem estruturas próprias” (Bühler 1934: 23 e ss.). Lembre-se ainda a citação de Voegelin, em Jakobson (1963: 213), em que se revisa a hipótese “de uma linguagem monolítica”, reconhecendo-se a “interdependência de diversas estruturas no interior de uma mesma língua”; para uma comunidade lingüística existe uma unidade de língua, mas esse “código global” representa um “sistema de subcódigos” determinados por diferentes funções da linguagem.

distintivas.⁵ Do mesmo modo, as relações que se estabelecem no contexto e na situação se reencontram entre os elementos de base da definição de regras constitutivas dos ‘atos de linguagem’ na aceção e formulação de Searle, bem como a eles devem referir-se necessariamente estudos na perspectiva de Grice. Integram-se nessas teorias as ‘intenções’ do locutor, as expectativas do ouvinte, a compreensão por parte de ambos os objetivos sociais imediatos e mediatos da comunicação, a identificação dos objetos em um mesmo universo de referência, etc. E seria por isso que a linguagem se tornaria significativa.

Considere-se, por exemplo, a tradição austiniana colocada como fonte da teoria dos ‘atos da linguagem’. Conhecem-se bem as distinções entre atos locucionários, ilocucionários, perlocucionários. Deixemo-las aqui com a força das instituições originais, sem questioná-las ou tentar aprimorá-las. Enunciar, ‘dizer’ qualquer coisa é já bem ‘fazer’; mas quando dizemos não pronunciamos somente alguns sons articulados: combinamos as palavras e unidades mais complexas em uma construção segundo leis da gramática; além disso, fazemo-lo empregando a expressão em um ‘sentido’ determinado e para uma ‘referência’ determinada. Na terminologia de Austin, quando fazemos esse ato complexo – fonético, fático, rético –, ou seja, quando ‘dizemos’ *qualquer coisa* nesse sentido pleno, praticamos um ‘ato locucionário’. Consideramos o ato verbal que se produz em dada situação, mas independentemente das relações que se estabelecem para a significação na situação. Mas as circunstâncias da enunciação desempenham certamente um papel muito importante e as expressões devem, em grande parte, explicar-se pelo contexto (de situação) em que se inserem. Uma expressão terá, assim, diferentes sentidos (e mesmo sentidos contraditórios), conforme a ocasião em que a utilizarmos. Haverá uma diferença muito grande em utilizar uma oração como – “lave as mãos” – para um conselho, uma simples sugestão, uma ordem efetiva; ou – “irei amanhã” – como uma promessa, como uma vaga intenção, como uma resposta

⁵ “O conceito de ‘contexto de situação’ é um conceito-chave na técnica do grupo de Londres.” Um conceito particularmente central na semântica, visto que “todo estudo da significação se funda na análise da situação e do contexto”: o lingüista estuda a linguagem “enquanto instrumento de um processo social”, pelo que “o único modo de significação aplicável à linguagem é a ‘comunicatividade’ (*communicativeness*)”. Firth observa, ainda, ao falar de contexto da situação, tratar-se de “uma construção esquemática... em um nível diferente das categorias gramaticais, embora da mesma natureza abstrata” (Firth 1968: 190 e ss.).

evasiva. Se acrescentarmos esse componente a mais de nosso ato de ‘dizer’, ele se dirá um ato ‘ilocucionário’. O ato locucionário se efetua com uma determinada significação: com um sentido e uma referência, como na distinção fregeana. O ato ilocucionário possui ainda um ‘valor’ – o valor ilocucionário, que, por assim dizer, ‘modaliza’ a significação. Mas não se esgotam aí as possibilidades significativas do ato de linguagem: ‘dizer’ qualquer coisa provocará muitas vezes no interlocutor efeitos diversos, sobre o seu pensamento, sentimentos, comportamento. Esse efeito pode relacionar-se só indiretamente, ou mesmo não se relacionar de vez, com os atos locucionário e ilocucionário efetuados. Quando se ‘diz’ para provocar tais efeitos, pratica-se um ‘ato perlocucionário’. Em Bühler, a que temos nos referido como uma das fontes do funcionalismo em lingüística, mas cujas reflexões certamente transbordam desse quadro limitado, encontramos uma distinção de ‘planos’ dessa atividade verbal: a teoria funcionalista dos ‘atos’ parece situar-se somente no plano – diríamos – superficial que Bühler localiza.

“Toda fala” – diz ele – “pode considerar-se subespécie de uma ação humana. Pois todo ‘falar’ concreto está em associação vital com o resto do comportamento” ... “esta entre ações e ele mesmo é uma ação”. Mas uma ação que se deve compreender em vários níveis: como fenômenos referidos ao sujeito (em que se distinguirão as ‘ações verbais’ dos ‘atos lingüísticos’), ou como desligados do sujeito (em que se consideram o ‘produto lingüístico’ e a ‘forma lingüística’). Esclarece: existem sempre para todos “situações em que o problema do momento, a tarefa de circunstância vital, se resolve falando”; falamos: efetuamos ‘ações verbais’. Mas às vezes se fala “não como quem atua praticamente; trabalhamos, criadoramente, na formulação de uma certa matéria” e elaboramos um ‘produto lingüístico’. Nessas situações diferentes da atividade lingüística, em um caso, as relações contextuais são indispensáveis à própria eficiência da ação verbal; no outro, as construções do sujeito se destinam a ter uma – por assim dizer – “vida individual”, independente da situação em que o ‘produto lingüístico’ se elaborou: o próprio enredo do texto pode determinar a ‘situação’ que se renova para cada receptor.

Nesses dois casos – ação verbal, produto lingüístico – a atividade se situa e se entende em um nível de concreção e efetivação circunstancial. A um nível mais abstrato, a atividade lingüística se realiza em ‘atos’ não menos criadores em que se engendram (em um sentido próximo ao matemático) as ‘formas lingüísticas’. Já para dar conta dessa atividade não se pode limitar o processo à observação e análise circunstancial: devemos fazê-lo ‘construtivamente’, “como na matemática pura”. Uma teoria da linguagem deverá, pois, dar conta, em uma explicação com-

pleta e sistemática, “das características desses ‘atos’ ou (definindo-se a coisa do ponto de vista do signo) dos *modi significandi*, dos modos possíveis de significação”.⁶ Em última análise, “necessita-se de um sistema de coordenadas que permita uma teoria objetiva da linguagem” em que se consideram as utilizações da linguagem em situações concretas e efetivas de ‘ação verbal’ (como na proposta funcionalista) e de uma “teoria do ato lingüístico”, completada por uma teoria da forma, tal como se tem feito na gramática de todos os tempos”, em que se descrevem os processos, não necessariamente dependentes da utilização da linguagem para a ação verbal embora adequados a ela, envolvidos na construção dos sistemas simbólicos.

1.2

As exigências de Bühler antecipam uma disputa contemporânea, a que Strawson 1970 se refere como a uma “luta homérica” entre os teóricos da linguagem que buscam compreendê-la a partir das noções de comunicação e intenção, e aqueles que a explicam pela descrição do processo autônomo e formal por que se constroem sistemas simbólicos. Observadas as construções teóricas de um ponto assim distante e por um critério tão geral, podem incluir-se nessa segunda orientação a lingüística gerativa e transformacional (nas concepções de Chomsky, ou de Lakoff, ou de Šaumjan, entre outros) e também as contribuições de filósofos e lógicos (Adjukiewicz, Carnap, Reichenbach, ou, mais recentemente, Lewis, Montague etc.). Uma observação cuidadosa fará aparecerem diferentes procedimentos, diferentes hipóteses empíricas, diferentes noções de apoio, diferentes métodos e instrumentos formais, diferentes sentidos nessa comum e generalíssima orientação. Nela, a linguagem se considera como um processo formal e as línguas naturais como não distintas – teoricamente – de linguagens formalizadas. De um certo modo podemos dizer que os teóricos da

⁶ Cabe bem a alusão de Bühler à gramática medieval dos ‘modistas’. Já nessa gramática (guardadas as proporções da distância, da tradição cultural e filosófica) ‘dizer’ era ‘significar’ e, ‘significar’, um modo de ‘fazer’. Vale lembrar Tomás de Erfurt: “o modo de significar ativo é um modo ou propriedade da ‘voz’ mediante o qual a voz significa uma propriedade da coisa. O modo de significar passivo é o modo ou propriedade da coisa tal como é significada pela ‘voz’. E dado que *significar e consignificar são uma forma de fazer*” (grifo nosso) “... daí é que o modo de significar se denomine ‘modo de significar ativo’.

comunicação se interessam sobretudo pelo que Bühler chamou “ação verbal”, caracterizando-a como instrumento de atuação no comércio humano; os outros se voltam para o que se chama, em Bühler, a ‘forma lingüística’ a um nível superior de abstração em relação ao grupo anterior; suspendendo a consideração dos aspectos sociais da linguagem, destacam o seu aspecto construtivo, aquele que a torna um instrumento dúctil de tratamento da realidade, de representação e construção do pensamento.

Mantém-se uma mesma preocupação fundamental: como se há de dar conta da relação entre as expressões e seu sentido? Em termos mais adequados à perspectiva em que nos devemos situar agora: como se hão de representar em uma linguagem formalizada os elementos e relações que, nas expressões, são relevantes para a significação?

Uma primeira forma de ensaiar a resolução desse problema está em partir da hipótese de que, sob a aparente irregularidade e multiplicidade dos fatos idiomáticos, subsistem sempre certos esquemas de construção que se podem abstrair das expressões elas mesmas. O modelo teórico exibiria, então, a ‘forma lingüística’ como ‘forma das expressões’, oferecendo a descrição estrutural das expressões observáveis (cf. Bonomi 1973: 296). Nessa descrição se discriminariam as informações indispensáveis à interpretação semântica, mediante a adição de um dicionário (descritas as unidades léxicas em termos conceituais), regras de projeção (transportando as relações estabelecidas no plano sintático sobre relações semânticas), ou mesmo algoritmos de transcrição que levem as fórmulas sintáticas a formas lógicas definidas independentemente. Chomsky é, acreditamos, quem melhor realiza essa hipótese teórica.

Insiste ele, desde o início de suas pesquisas (Chomsky 1955), na diferença de propósitos entre o formalismo lógico-semântico e o formalismo adequado à construção de uma gramática,⁷ concebida na base como um processo mecânico de

⁷ Compare-se neste ponto a posição de Chomsky com a de Quine (1972). Este observa que tanto as “estruturas profundas” concebidas pelos gramáticos quanto a estrutura lógica são paráfrases a que se recorre para certos propósitos de conveniência técnica. Em um certo sentido, são objetos formais semelhantes; mas os propósitos na elaboração de uns e outros são diferentes; o objetivo do gramático é colocar a oração de uma forma que possa ser engendrada por uma ‘árvore’ gramatical no modo mais eficiente; o objetivo do lógico é colocá-la em forma que permita mais eficientemente um cálculo lógico, mostrando suas implicações e afinidades conceituais com outras de modo claro

engendramento da descrição estrutural das expressões-tipo das línguas naturais. Essa contraposição que estabelece entre forma gramatical e forma lógica não decorre somente de uma diferença de propósitos, mas ainda de uma diferença de supostos: para grande parte dos lógicos importava elaborar uma linguagem que se afastasse da ambigüidade, vaguidade, contradições das 'estruturas superficiais' das expressões da linguagem corrente, na forma de uma tradução rigorizada, independentemente de poder ou não recuperá-las mediante procedimentos sistemáticos. Ao contrário, Chomsky participa, com os estruturalistas americanos, do pressuposto da regularidade e sistematicidade dos processos lingüísticos superficiais (embora exigindo um mecanismo mais complexo de descrição). Tratava-se, pois, de elaborar o modelo formal representativo de tal sistema, escolhendo os elementos e operações em um quadro diverso da semântica extensional dos lógicos.⁸

Chomsky opta, portanto, pela centralidade da sintaxe e vem, apesar das insistentes críticas, reafirmando essa decisão até seus escritos mais recentes. Para engendrar

e preciso. Quine também insiste em que essas diferentes tarefas não se satisfazem com as mesmas paráfrases. Assim, estrutura lógica e estrutura gramatical, enquanto paráfrases, reformulam e regularizam as orações das línguas naturais: não diferem no tipo, qualidade, mas nos detalhes e objetivos a cumprir. Quine fala, pois, de um pluralismo não propriamente de estruturas lógicas, mas de diferentes objetivos da investigação empírica.

Quine se insere, porém, entre os que, considerando as imperfeições das estruturas superficiais das línguas, concebem a noção de uma forma lógica da linguagem mais como uma 'tradução' em paráfrases, não necessariamente sinônimas, das expressões das línguas naturais. Nesse sentido se distancia de Chomsky, para aproximar-se mais das posições que se reencontram na descrição lingüística de Lakoff.

⁸ Um quadro otimista se formava paralelamente entre os estudiosos que elaboravam a teoria das funções recursivas (Turing, Kleene, Post): parecia oferecer-se um caminho mais direto para o tratamento formal das línguas naturais do que imaginavam os empiristas lógicos. Rosebloom colocava, por exemplo, o problema de uma sintaxe geral das línguas formalizadas, propondo-se a chegar às propriedades estruturais de uma classe de linguagens suficientemente rica para abranger as utilizadas em matemática e lógica, servindo-se dos métodos combinatórios de Post. E sugeria a mesma via aos lingüistas: "poderíamos esperar que muitos conceitos da lingüística, que têm resistido a uma formulação clara e geral, possam ser tratados com a lucidez e rigor que tornaram a matemática um modelo para as outras ciências. A riqueza de particularidades e as múltiplas irregularidades das línguas naturais têm sempre ofuscado os princípios simples subjacentes aos fenômenos lingüísticos" (Rosebloom 1950: 163).

as orações em um sistema explícito de regras, toma como noção intuitiva – ponto de partida não-ingênuo para a formalização – a noção de categoria gramatical e, como prática subjacente de análise, uma análise em constituintes imediatos, mantendo nesse aspecto a tradição estruturalista americana, que concebe a descrição estrutural das orações como resultando de um processo de segmentação e classificação.⁹ De fato, a representação formal conterá informações sobre o processo, pelo qual se dividem as orações em uma hierarquia de constituintes até as unidades mínimas com valor gramatical, e sobre como cada subsequência se associa a ‘conjuntos de traços’ de categorização que as classificam e subclassificam; ainda, sobre a ‘ordem’ desses elementos que se relaciona a uma ‘ordem básica’ ou normal dos constituintes na estrutura superficial das orações da língua considerada. Ele descreve, pois, a forma das expressões observáveis, transportando para o nível formal propriedades e elementos que nelas se isolam em uma análise implícita: trata-se de um modelo de estruturas superficiais em que se confundem “os dois planos primeiros da abstração da língua, ou seja, o das relações sintáticas internas e o dos recursos lingüísticos com que se expressam essas relações” (cf. Šaumjan 1965b: 137-138).

Como componente central, o componente sintático deve conter informações suficientes para que os objetos formais venham a ser interpretados em termos de dois sistemas independentes: o sistema de representação fonética e o sistema de representação semântica. A significação poderá somente ser ex-

⁹ Apesar da insistência de Chomsky em tomar distância de seu antecedente estruturalista, temos razões para repetir que a contraposição entre ele e a tradição bloomfieldiana se situa mais no campo da filosofia das ciências e da epistemologia: sua concepção da prática científica, de métodos de justificação de teorias, de instrumentos e métodos formais, de processos de observação válidos. No fundamental, a mesma concepção de estrutura lingüística se mantém: independentemente da forma pela qual redefiniu ele, recentemente, as categorias (Chomsky 1967), estas somente se podem interpretar por critérios morfológicos e distribucionais de superfície; a ordem ‘abstrata’ corresponde à ordem linear ‘básica’, um entre outros recursos expressivos de que se podem servir as línguas naturais; as relações sintáticas, as relações definidas pela disposição superficial das categorias representadas nos indicadores sintagmáticos iniciais. Sua sintaxe é uma sintaxe segmental. Podemos estender a detalhes a argumentação sobre este ponto em nossa tese de doutoramento. Remetemos, porém, o leitor às observações de Halliday (1966).

plicada quando se disponha de uma sintaxe formal das línguas naturais.¹⁰ É verdade que no *Aspects* se avança no sentido de dar conta, também formalmente, do problema do significado, mas a concepção semântica continua subsidiária e negativa: é semântico o que não se pode explicar satisfatoriamente no componente sintático (nas regras de base, no componente lexical, nas regras de transformação) (cf. Fodor e Katz 1964; também Bonomi-Usberti 1971: 70 e ss.). Aparentemente, mesmo, pela admissão da hipótese katziana do caráter composicional da capacidade lingüística do falante e a concepção do significado dos enunciados como resultante da composição dos significados dos elementos que os compõem, a teoria se aproximaria das exigências do princípio de composicionalidade (funcionalidade) de Frege. Nada mais enganoso: limitando Chomsky ao componente sintático o aspecto criador, construtivo da linguagem (pelo princípio da recursividade) supõe sem mais que são as relações definidas nesse plano que se devem projetar sobre o plano semântico, explicando-se assim a compreensão de como se combinam as peças léxicas para a formação da significação das expressões complexas. Explicitamente em Katz (1972: 112), a tarefa das relações sintáticas é prover, de um modo econômico e abstrato, as informações requeridas pelas operações de projeção que constroem as leituras derivadas composicionalmente, utilizando as informações semânticas do léxico. Davidson, porém, adverte bem sobre a ilusão de que uma sintaxe recursiva, com o apêndice de um dicionário, venha a constituir

¹⁰ Em termos lingüísticos, o sistema sintático seria, pois, suficiente e autônomo; o sistema de representação fonética se caracterizaria independentemente, sobre um conjunto de traços categoriais perceptivos (definidos acústica ou fisiologicamente em uma teoria fonética). Podemos lembrar, neste ponto, a ‘substância da expressão’, em Hjelmslev. O sistema semântico se caracterizaria como um sistema de referências em que se organiza a prática do homem sobre o mundo: o seu pensamento e a sua forma de atuação lingüística. Lembra-se, agora, a ‘substância do conteúdo’ em Hjelmslev. Como sabemos, este autor associa a substância da expressão e a substância do conteúdo pela função semiótica que, ao mesmo tempo, determina esses dois ‘functivos’ que a ‘contratam’ (na terminologia que adota) como dois sistemas: a ‘forma de expressão’ e a ‘forma do conteúdo’. No caso de Chomsky, pode dizer-se que ao componente sintático cabe o papel de um cálculo da ‘função semiótica’: ele explicita as leis de correspondência que definem essa função. Essas comparações não vão sem o risco de uma deslocação dos termos de seu contexto teórico. Acreditamos, porém, poder aproximar assim um aspecto fundamental das duas teorias.

necessariamente uma semântica recursiva,¹¹ que é bem aquilo a que se destina o princípio composicional de Frege.

Nessa hipótese mais geral da centralidade da sintaxe se inscreve a da dependência estrutural da significação: a utilização da linguagem, a mútua compreensão nas situações de comunicação, sua eficiência funcional, tudo depende não de que as expressões possuam um ‘sentido’, por assim dizer codificado segundo convenções sociais coletivas, mas do fato de o sujeito ser capaz de construir um esquema estrutural, correspondente à forma da expressão, independente internamente das condições situacionais a que serve. As relações ‘expressão-conteúdo’, ‘enunciado-função’, ‘sistema lingüístico-atos efetivos de linguagem’ não se compreendem nem se explicam cabalmente sem a mediação da ‘forma gramatical’ (da estrutura sintática das orações). Essa, a colocação chomskiana.

Uma outra maneira de tentar definir a ‘forma lingüística’ pode descrever-se como segue: assumam-se que as línguas naturais apresentam, ao nível das estruturas superficiais, o resultado da utilização de recursos expressivos heterogêneos, não somente considerando as línguas humanas em geral, mas mesmo operando no interior de uma só língua. Ao contrário, portanto, de uma linguagem formalizada, em que todas as ‘funções gramaticais’ e todos os ‘tipos’ de signos se estabelecem de um modo determinado, nas línguas naturais interferem diferentes conjuntos de noções e de procedimentos, diferentes redes de relações, insuficientemente sistematizadas. As estruturas superficiais seriam, em virtude disso, o reflexo de diferentes modos de formulação; as inúmeras categorias gramaticais, correspondentes a aspectos não relevantes para a significação, decorrentes de “versões específicas” em que a oração é

¹¹ “É este o momento de atacar uma (outra) opinião otimista. Suponhamos que possuímos uma teoria satisfatória da sintaxe de nossa língua, consistindo em um método efetivo que nos diga, a respeito de uma expressão arbitrária qualquer, se ela é ou não autonomamente dotada de significado; ... assumamos que isso comporte o fato de conceber-se todo enunciado como composto ... de elementos tomados de um conjunto finito constante de elementos sintáticos atômicos (grosso modo, palavras). A opinião excessivamente otimista é que a sintaxe assim concebida produza uma semântica desde que se lhe ajunte um dicionário que especifica o significado de todo átomo sintático. Mas toda esperança se quebrará, se a semântica deve compreender uma teoria do significado... porquanto o conhecimento das características estruturais que contribuem para a significação, somado ao conhecimento do significado das partes do enunciado, não produz como resultado o conhecimento do que significa esse enunciado” (Davidson 1967: 437).

formulada (cf. Reichenbach 1947: 350); a descrição das expressões, dependente de diferentes recursos expressivos utilizados e procedimentos diversos envolvidos. Se assim, a forma da língua relevante para a significação não se pode determinar em um modelo das estruturas superficiais, transportando-se simplesmente para o nível formal propriedades, noções e operações determináveis nesse plano de uma sintaxe segmental. Observamos já que, para um grande número de filósofos e lógicos, se se pretende dar conta de fenômenos intencionais com suporte em uma linguagem rigorosa, isso não se fará sem uma completa reformulação da 'gramática' das línguas naturais, conflitando com a análise tradicional que descreve a forma superficial das expressões, Russel, em seu *On denoting*, apresenta o exemplo clássico dessa atitude, visando a regularizar mediante 'tradução' a vaguidade e ambigüidade da sintaxe das línguas naturais em uma linguagem destinada ao tratamento dos fenômenos extensionais.

Um modo de resolver o problema dessa distância entre a forma lógica (semântica) e a forma gramatical é efetuar uma revisão profunda na gramática tradicional para aproximá-la do formalismo de uma semântica extensional.¹² Inverte-se, nesse caso, a orientação com que se passa de um plano a outro da linguagem: a 'forma lingüística' se define como uma estrutura semântica que constitui o plano de base da gramática; este se interpreta em termos de processos sintáticos (das línguas naturais) utilizados na formação das expressões.¹³ Substitui-se a metalinguagem da gramática por um formalismo lógico, definindo-se os procedimentos sistemáticos por que se passa deste às descrições superficiais: desse modo, às

¹² Reichenbach nos fornece um primeiro exemplo desse tipo de análise do fenômeno lingüístico, partindo do abandono das categorias da gramática tradicional para a "reconstrução racional do processo criativo" manifestado na linguagem, fazendo uso sistemático da noção de 'função proposicional'. Reconhece sempre que a linguagem é um "resultado de longo desenvolvimento histórico", pelo que nem sempre corresponde, na sua forma atual, "aos esquemas que tentamos construir na lógica simbólica."

¹³ Para evitar mal-entendidos, advirta-se que se fala em 'orientação' em sentido lógico, como também se fala em 'prioridade' em sentido metodológico, sem qualquer compromisso com a idéia de uma direcionalidade no processamento da mensagem a partir de um componente 'ideacional' ou 'conceitual' imanente que se manifestaria nas expressões das línguas naturais; nem nos comprometemos com uma concepção de competência lingüística dependente da formação prévia de conceitos da organização do pensamento (cf., a propósito, Chomsky 1968: 17-18; Lakoff 1969: 237; Dascal 1973: 168-177).

categorias gramaticais se substituem categorias lógico-semânticas (proposição, predicado, argumento) e se redefinem as relações gramaticais entre os elementos com base nessas novas noções.

No quadro teórico da semântica gerativa, Lakoff oferece as sugestões mais ricas (embora nem sempre suficientemente explícitas) de uma teoria lingüística construída sobre tal 'base semântica'. Postula uma estreita correspondência da forma gramatical à forma lógica das orações. A tarefa da descrição lingüística será correlacionar aquela a esta, estabelecendo as condições pelas quais as formas lógicas precisamente definidas para expressões semanticamente bem formadas se incluem na classe das orações gramaticais (estruturas superficiais bem formadas sintaticamente). As regras da 'gramática' estabelecem inicialmente condições de admissibilidade de certas configurações categoriais e 'transformações', por meio das quais se pode passar dos indicadores iniciais a indicadores derivados. A seqüência derivacional termina com o indicador correspondente a uma estrutura superficial.

As regras desempenham, assim, um duplo papel: graças ao mecanismo de filtragem das 'transformações' condicionantes da passagem de uma forma lógica de base a uma determinada estrutura superficial, definem a classe de orações gramaticais, bloqueando a derivação das não-gramaticais, o que corresponde a uma função sintática; mas já é desnecessário definir as relações semânticas mediante regras de correspondência, visto que a estrutura lógica de base, a que a estrutura superficial é correlacionada, oferece as informações semânticas necessárias para a representação conceitual, e para a obtenção de interferências válidas nas línguas naturais; desempenham assim tais regras uma função semântica. De certo modo poderíamos dizer, como Bonomi-Usberti (1971: 128), que as regras constroem uma representação semântica e em seguida a 'interpretam' (retranscrevem-na), na forma de expressões das línguas naturais, exibindo suas propriedades sintáticas.

Converte-se o projeto chomskiano de que partira a semântica gerativa em um esforço crítico. Antes tínhamos um modelo em que os objetos formais abstratos se situavam imediatamente próximos às estruturas superficiais das línguas naturais: a descrição da forma gramatical devia garantir a relação entre a manifestação fonética e a estrutura semântica. Em Lakoff se estabelece uma interdependência e correlação entre os dois sistemas, utilizando como instrumento de mediação o formalismo da lógica. Esse formalismo é abstrato, e em dois sentidos: abstrato com respeito aos recursos expressivos de que se servem as línguas naturais; abstrato em relação ao sistema de referências em que as línguas naturais se interpretam

(cf. Lakoff 1972: cap. X). Essa neutralidade o constitui como esquema de correlação – enquanto teoria da forma do pensamento humano expresso nas línguas naturais, enquanto teoria das línguas naturais em que se pensa.

As dificuldades da semântica gerativa em reencontrar os elementos com que se constroem as ‘versões específicas’ da sintaxe das línguas naturais (em termos de categorias morfológicas e ordem seqüencial) decorre do fato de ter-se suportado a correspondência entre a forma lógica e as estruturas superficiais por uma revisão da ‘gramática tradicional’, distanciando excessivamente as estruturas superficiais das estruturas profundas. Na verdade, a escolha de um instrumento formal elaborado para os propósitos de uma semântica extensional não parece compatível com os propósitos de engendramento de descrições estruturais das expressões, ao nível superficial.¹⁴ Ora, Lakoff pretende cumprir ambos usando o formalismo lógico e as técnicas derivacionais herdadas da gramática transformacional de Chomsky (cf., a propósito, a nota 7). Isto nos leva a perguntar sobre a possibilidade de utilizar notações diferentes, que se baseiam em noções e elementos mais próximos aos que se têm empregado na análise das línguas naturais: procedimentos que reflitam não somente a preocupação de obviar à falácia e ao paradoxo mas, também, a de construir os meios auxiliares para a obtenção de um sistema de determinação da classe de seqüências lingüísticas bem formadas sintaticamente.

Vejamos uma terceira possibilidade de descrever a ‘forma lingüística’ (entre outras eventualmente possíveis). Montague, por exemplo, recusa-se a aceitar o pressuposto da irreduzibilidade dos processos expressivos das línguas naturais a uma estrutura bem definida. Não aceita, entretanto, como Chomsky, a distinção entre a forma lógica e a forma gramatical definível ao nível das expressões. Nem admite a

¹⁴ Um sistema como o de Lakoff exige uma poderosa bateria de transformações (locais, globais, transderivacionais) de extraordinária virtualidade descritiva. Na verdade, tal sistema permite engendrar o que bem se queira a partir da base qualquer que se imagine, pondo em dúvida a oportunidade de uma discussão sobre uma determinada base da gramática, supostamente universal. Isso compreenderam melhor os defensores da semântica interpretativa, levando em conta as demonstrações de Peters e Ritchie (1971). Esses autores conseguiram formular em teoremas notáveis que um sistema transformacional como o proposto em *Aspects* por Chomsky (embora mais restrito que o exigido por Lakoff) engendra qualquer conjunto enumerável de expressões. Como resultado mais forte: a recursividade da linguagem, engendada por uma gramática transformacional, sem a imposição de fortes restrições, não depende da base, seja ela banal ou extremamente sofisticada.

distinção entre uma sintaxe baseada semanticamente e uma sintaxe das línguas naturais. Conseqüentemente, não adota a solução, da tradição filosófica e da semântica gerativa, de reelaborar – sobre novas noções categoriais e relacionais – a gramática tradicional: ao contrário, incorpora muitas de suas generalizações à base intuitiva da formalização. Trata-se, portanto, de escolher e reformular outros instrumentos lógicos que permitam dar conta de uma posição radical em relação à forma da linguagem: entre as línguas naturais e as linguagens formalizadas não existe nenhuma diferença teórica. Podem todas tratar-se com as mesmas técnicas utilizadas em metamatemática para o estudo de sistemas formais. Nesse caso, a sintaxe, a semântica e a pragmática das línguas naturais seriam ramos da matemática (e não, por exemplo, da psicologia).

Trata-se, claramente, de um apagamento de limites (entre linguagem humana e linguagem formal) obtido pela via da generalização matemática, pelo que nos resta sempre interrogar se, nesse limite, não se perderam os aspectos da linguagem que nos interessam privilegiar. Por outro lado, porém, Montague aponta uma direção (a construção de formalismos adequados) para a representação explícita de inúmeras propriedades da linguagem, que permite romper com a dicotomia antes tão forçadamente marcada entre os processos envolvidos na construção das expressões e os destinados à explicação da significação (ou tricotomia: sintaxe, semântica, pragmática). E para tanto se volta para uma ‘gramática categorial’, recuando a proposições antigas de Adjukiewicz 1935.¹⁵

Colocara-se Adjukiewicz o problema de saber em que condições “uma expressão que possui um sentido unitário, embora formada de palavra simples”, cada uma provida de um sentido singular, “se constrói em um modo sintaticamente conexo” e pertence às expressões significativas das línguas consideradas. Por exemplo, por que uma oração como “João ama Josefina” forma uma expressão dotada de sentido, à diferença de “talvez cavalo se porém aparecerão”? Partindo das categorias de significado de Lesniewski, que tem suas fontes mais remotas em Husserl,¹⁶ Adjukiewicz

¹⁵ Para melhor estudo de Montague, veja-se a edição póstuma de suas obras e a introdução de R. H. Thomason, “Formal Philosophy”, New Haven and London, Yale Univ. Press, 1974. Ou de B. H. Partee, ed. “Montague Grammar”, New York, S. Francisco and London, Academic Press, 1976.

¹⁶ Husserl, em suas “Investigações lógicas” (particularmente IV), fala de fato em categorias de significado, interessando-se pela composição das significações a partir das no-

elabora um formalismo “que se pode aplicar, em princípio, a todas as línguas e mediante o qual a conexidade sintática de uma combinação de palavras pode ser examinada e definida em um cálculo”. Não se exclui a possibilidade de aplicar o método a uma língua natural, sobretudo porque o formalismo adotado, em vez de servir-se da noção de ‘função proposicional’ elaborada para propósitos lógicos, se serve para a análise de linguagens formalizadas de análogos formais das categorias da linguagem comum. Mais ainda: o procedimento indicado formaliza procedimentos intuitivos de classificação a partir da noção de ‘rank’, ou de grau de derivação, que se encontram na lingüística em diferentes tendências (Jespersen, Hjelmslev, Harris, Kulagina, etc.), utilizando-se a noção de subordinação para a análise sintática e semântica das orações.

De um modo muito preciso e amplo, a notação categorial tem servido à construção de modelos que, colocando-se em um nível superior de abstração tanto em relação à matéria sintática quanto aos fatos semânticos das línguas naturais, permitem a reconstrução de ambas as estruturas com o mesmo aparato formal¹⁷. Parece-nos,

ções de dependência e autonomia de elementos significativos. Para resolver o problema dessa composição, admite inicialmente que as distinções da gramática correspondem a diferenças essenciais da significação (p. 106). A partir dessa hipótese, seu procedimento será o de voltar-se aos aspectos sintáticos da organização das orações, embora como passagem para as categorias do significado, integradas a uma estrutura além do observável – a ‘gramática puramente lógica e universal’ das formas ‘a priori’ de significação. Trata-se de isolar um conjunto de formas essenciais e estabelecer, recursivamente, as regras de composição dessas formas; em seguida definir transformações das unidades complexas em seus ‘vários modos de significar’ (129-134). Apesar, pois, da insitência no objetivo de determinar a forma geral das ‘formas de significação’ a técnica envolve procedimentos e critérios sintáticos. Explica-se assim porque um sistema formalizado de cálculo da conexidade sintática, derivado de sugestões de Husserl, possa servir a uma análise paralela da estrutura sintática e semântica. (Cf. observações gerais semelhantes em Bonomi 1973: 298.)

¹⁷ Retomemos um paralelo que já fizemos (nota 10) entre os esforços de teorização recente e o trabalho de Hjelmslev. Neste, a função semiótica, como vimos, relata e constitui duas grandezas que toma como argumentos: a ‘forma da expressão’ e a ‘forma do conteúdo’. A função semiótica não se pensa, assim, de um modo ingênuo e realista entre uma expressão e qualquer coisa exterior ao próprio signo, mas entre dois sistemas – uma semântica e uma sintaxe formais. A função semiótica é, pois, uma projeção que transporta aos esquemas de determinação (noção básica na formulação de Hjelmslev) que se estabelecem em um sistema sobre os esquemas de determinação

contudo, que se tem perdido o aspecto original mais rico das gramáticas categoriais quando se procede como Lewis (1970), Montague (1970), Šaumjan (1965): definem-se certos tipos de categorias que se associam diretamente a elementos de um léxico, tornando a gramática em certos aspectos equivalente a dos indicadores sintagmáticos de Chomsky. Entretanto, o sistema, tal como o propôs inicialmente Lesniewski (e o praticam Curry e Feys, e Grize), apresenta o traço peculiar de constituir-se como um instrumento de análise contextual (contexto lingüístico), de modo que a pertinência de uma expressão a tal ou tal outra categoria depende do contexto em que ela se insere, ao contrário do que se passa habitualmente na gramática tradicional e na lógica (cf. Grize 1971: 47). Deve-se lembrar, a propósito de Lesniewski (segundo estudos de Machover 1966 e de Canty 1969), que sua formulação se aproxima das línguas naturais precisamente pelo fato de ser a dependência contextual indispensável, não somente para determinar o sentido das expressões, mas para a correta atribuição de uma categoria de significado. Por isso, símbolos de um mesmo tipo, em uma expressão ou em outra, podem pertencer a diferentes categorias e admitir diferentes interpretações. E a chave para esse tratamento da dependência contextual nas linguagens de Lesniewski é a sua teoria das categorias: elas se tornam (ainda como nas línguas naturais) independentes de uma determinada forma da expressão; nem se dão de início em um conjunto fechado e definitivo, associadas a elementos simbólicos determinandos, mas se engendram em um processo de derivação potencialmente infinito.

Um instrumento lógico como tal, construído sobre noções e processos que se isolam na consideração do funcionamento das línguas naturais, poderá responder provavelmente melhor às questões deste item, sobretudo às questões da proposta de Lakoff.

2

A concepção de linguagem, que acreditamos estimular nossa preocupação teórica, começa por evitar reduzi-la a um papel de ferramenta social, a limitar-se pela

em outro. Nestes termos, um morfismo. A metalinguagem lingüística deverá comportar duas partes distintas (pois que, segundo Hjelmslev, é necessário poder falar-se separadamente dos objetos no plano da expressão e no plano do conteúdo), que deverão, porém, construir estruturas análogas.

observação de sua face exterior, puramente instrumental. Pode parecer a Searle 1972, que é uma questão de bom senso considerar a linguagem sem aventurar-se na investigação de sua forma interior, inacessível: o seu propósito essencial é a comunicação “no mesmo sentido em que a tarefa do coração é a de bombear o sangue.” Preferimos, porém, observar com Chomsky (1976: 57) que um bom fisiologista, embora pusesse a atenção no fato de que o coração bombeia o sangue, certamente não se contentaria com a descrição exterior dessa relação entre o órgão e a função: estudará a estrutura do coração, os elementos e processos internos independentes que o constituem e adequam a tal função específica, “evitando assumpções dogmáticas a respeito da possibilidade de explicá-la (a essa estrutura) somente em termos funcionais”. Do mesmo modo que não se constrói uma física reduzindo-a ao estudo das ‘funções’ de máquinas e alavancas, nem uma botânica descrevendo as condições de utilização dos vegetais. Mesmo ao sociólogo não interessaria uma perspectiva exclusivamente funcionalista, na medida em que lhe furta elementos essenciais responsáveis pelo comportamento social, que não se explica somente pelas ‘funções’ aparentes das ações humanas, mas pelos esquemas estruturais da própria ação.

Certamente a linguagem se utiliza como instrumento de comunicação, certamente comunicamos por ela, aos outros, nossas experiências, estabelecemos por ela, com os outros, laços ‘contratuais’ por que interagimos e nos compreendemos, influenciemos os outros com nossas opções relativas ao modo peculiar de ver e sentir o mundo, com decisões conseqüentes sobre o modo de atuar nele. Mas, se queremos imaginar esse comportamento como uma ‘ação’ livre e ativa e criadora, suscetível de pelo menos renovar-se ultrapassando as convenções e as heranças, processo em crise de quem é agente e não mero receptáculo da cultura, temos então que apreendê-la nessa relação instável de interioridade e exterioridade, de diálogo e solilóquio: antes de ser para a comunicação, a linguagem é para a elaboração; e antes de ser mensagem, a linguagem é construção do pensamento; e antes de ser veículo de sentimentos, idéias, emoções, aspirações, a linguagem é um processo criador em que organizamos e informamos as nossas experiências.

Como observa bem Lahud (1973: 30), se a linguagem “se encontra integrada a uma semiologia, é somente na medida em que ela não faz da comunicação sua própria marca distintiva; esta consiste no tratamento simbólico da realidade” de onde o homem tira a própria “possibilidade de comunicar por signos”. A função de comunicar não é a função única, nem mesmo a função essencial da linguagem: ela permite antes a reflexão e o pensamento, “substituindo a experimentação motora

sobre as coisas pela experimentação mental sobre os signos” (Paulus, *apud* Lahud). E tal experimentação dinâmica se compreende apenas parcialmente quando a imaginamos um processo receptivo de adaptação a um conjunto de convenções que reproduzem esquemas de interação social bem sucedida; ou quando a consideramos exclusivamente como servindo à reprodução de sucessivas etapas quase-contratuais da interlocução. Precisariamos lembrar que o contexto e a situação da atividade lingüística é somente um ‘modo’ (não menos discursivo) de seleção dos dados do exterior? Embora condição de desenvolvimento da ‘ação verbal’ eficaz, não constitui jamais o seu limite?

A unilateralidade do processo inscrita na descrição funcionalista empobrece essa concepção: a suposição de que a cada situação e a cada função específica devem corresponder modos específicos de expressão; a cada conjunto de fatores contextuais e situacionais, uma resposta determinada. Isto não considera a flexibilidade da linguagem, que permite – mediante processos de recursão transposição – reavaliar e reinterpretar continuamente esse quadro de fatores externos, optar entre eles, re-situá-los a fim de não somente refazer os esquemas habituais de interação mas, ainda, ampliá-los, modificá-los, substituí-los. Certamente a linguagem, por seu caráter histórico, estabelece alguns esquemas, por assim dizer, preferenciais, marcados, que fazem supor ao menos imaginoso que a realidade se dá por ela num ‘reflexo’ sempre retomado; perde-se, então, a compreensão de um aspecto seu riquíssimo: o de instaurar nessa perspectiva uma outra contraditória geometria. A linguagem não é somente o instrumento da inserção justa do homem entre os outros; é também o instrumento da intervenção e da dialética entre cada um de nós e o mundo.

Dizer assim nos lembra Chomsky (pelo menos em parte): a linguagem não é esse sistema de caráter aberto, público, universal, porque se adapta à multiplicidade das situações comunicativas; ela é um sistema aberto e criativo e, por isso, disponível ao atendimento das necessidades e intenções das mais variadas condições de comunicação.¹⁸ Se fosse ao contrário, a linguagem seria a história do homem, quando, além

¹⁸ Falamos aqui de criatividade em um sentido mais amplo que o de Chomsky. Devemos deixar isso anotado pois não desejamos que a referência a Chomsky neste contexto leve a apagar os limites que ele fixou para a noção de criatividade que adotou. Por outro lado, não desejamos confundir a criatividade da linguagem, no sentido abrangente que lhe damos, com os procedimentos formais recursivos com que a representamos parcialmente.

disso, ela a faz, reformulando e reelaborando os sistemas de referência para a ação humana.

Lembra-nos mais Bühler, porque processo criador e independente dos protocolos prévios em que se desenvolve, a linguagem é capaz de 'falar' como não se fala em situações práticas, para elaborar essas construções 'autônomas', emancipadas das restrições do comércio intersubjetivo da comunicação e, até, — em certo sentido —, do sujeito que as enuncia. Ela é capaz do 'pensar-em-si-mesmo' que não se reduz às condições da comunicação normal; pode-se estabelecer por ela não apenas um quadro original refletido de coordenadas, que se retoma a cada questão, mas o próprio contexto em que ela se torna significativa.

Nesse sentido, o funcionalismo tem examinado, com detalhes, as ações em que a linguagem está deixando à margem a ação que ela é. Na sua caracterização dos atos da linguagem, a ação humana pela linguagem se projeta a partir da enunciação e pela enunciação cabal: ela se observa, por assim dizer, do exterior e no exterior. É nesse exterior que se situa uma teoria que pretenda dar conta dos 'momentos' da ação verbal, preocupando-se com as condições de sua realização nos atos específicos que por ela se atualizam em situações concretas. Embora, pois, considerem a linguagem em um quadro geral da ação humana, a concepção funcionalista (implícita na teoria dos atos da linguagem) a limita por uma concepção instrumental, resultando ela um dentre outros mecanismos construídos pela coletividade, do almoxarifado de ferramentas com que o homem prolonga a sua ação sobre o mundo e sobre os outros. Contrapomos: a atividade lingüística, além de envolver a realização de funções sociais exteriores, em que a linguagem aparece como possibilitando tarefas de ocasião, realiza-se em uma multiplicidade de operações (em sentido intuitivo) subjacentes, interiores ao sujeito, de que a configuração superficial das expressões é traço revelador. Não se reduz, assim, essa atividade ao ato mesmo de enunciar, em que se utiliza o sistema lingüístico para a articulação de inúmeros discursos possíveis, carregando um sentido responsável pelos seus efeitos. Como observa bem Culioli (1970: 3) "a atividade lingüística é signifiante: é porque existem, na comunicação, operações nos seus dois pólos que os enunciados ganham sentido (operações complexas, pois todo emissor é ao mesmo tempo receptor e vice-versa). Mas não se pode afirmar que as palavras têm um sentido sem ser levado a uma concepção instrumental da linguagem, concebida como um instrumento cuja finalidade explícita seria a comunicação de sujeitos universais que, como se sabe, participam juntos do 'bom senso'. Ora, pode-se mostrar que a linguagem não é exterior, somente, ao sujeito, mas está em uma relação complexa de exterioridade-interioridade"

Não podemos, por isso, nem mesmo reduzir a atividade lingüística a um ‘pensar’ e ‘significar’ lógicos – no sentido pobre desse ‘bom senso’ de sujeitos universais, que tematizam e restringem um quadro que sai da realidade como relato de suas observações, organizam-no e se esforçam para verificá-lo contando os passos de sua volta a ela. A linguagem informa também um ‘pensar’ e ‘significar’ analógicos, que não exigem a equivalência nem a transitividade, mas suportam o devaneio sem volta das similitudes e da metáfora, sem quadros fixos de valores, sem limites categoriais precisamente impostos, sem necessidades de conclusões. Ela não toma, necessariamente, um sempre mesmo sistema de coordenadas, o mesmo referencial: pode constituir o seu próprio eixo provisório para o reconhecimento e a identificação, pode ultrapassar o sistema fatural de referências estendendo os esquemas que constrói a indefinidos universos possíveis, imagináveis. Pensamos que se tem privilegiado a linguagem (por sua aproximação às linguagens restritas dos sistemas formais) como instrumento de regularização e de normalidade, limitando-se a sua virtualidade quando um de seus aspectos (essencial) é o de prestar-se eficazmente à subversão das categorias e valores, à expressão da ‘esquizofrenia’ que cria universos encantados, poemas, teorias.

E agora nos lembra Humboldt, com quem tanto Bühler como Chomsky se apadrinham. Tomemo-lo em contraponto em um parágrafo.

2.1

Humboldt também começa por opor-se a uma concepção de linguagem que a limite a uma função instrumental de comunicação. Ela tem um domínio de validade, mas somente no interior de uma perspectiva bem determinada: a produção da linguagem responde a uma necessidade interior, inata, do homem; o “impulso do homem em relação ao outro” requer o uso da linguagem pelas possibilidades de compreensão que oferece, e de si mesmo e do outro, pelos recursos que põe à disposição de objetivos comuns; mas ela “não é somente esse veículo externo, destinado a manter o intercâmbio social, mas um fator indispensável ao desenvolvimento do poder do homem e para que tenha acesso a uma visão do mundo” Humboldt (1936:151). Por isso, independentemente mesmo da comunicação que se estabelece entre um homem e outro, a linguagem constitui uma condição necessária, que governa o pensamento do indivíduo singular ao nível de sua existência mais solitária” (ib: 194), em virtude da qual o homem organiza seus pensamentos,

produz idéias que se reiteram e compõe, a passo e passo, o quadro de referências de toda a sua vida.

Em relação a esse processo, essencial para a compreensão da linguagem, “a comunicação por meio dela tem um papel de secundariedade, fornece ao homem elementos de convicção e estímulo” para a reflexão pessoal (ib: 194). A função primordial da linguagem em Humboldt é, pois, no sentido justo que traçamos, não propriamente a de transmitir aos outros nossas experiências, mas a de ‘constituí-las’. A expressão que corre por toda a obra de Humboldt é *Bildung* por meio da linguagem o homem “ ‘dá forma’ (*bildet*) ao mesmo tempo a si mesmo e ao mundo, ou melhor, torna-se consciente de si mesmo, projetando um mundo no exterior” (carta a Korner, *apud* Hansen-Love 1972: 25). Algumas observações, porém, são fundamentais para compreender bem esse processo informador.

Em primeiro lugar, seguindo Humboldt, não se pode conceber essa forma como instaurando uma ‘racionalidade’ definitiva. Trata-se de um permanente processo de ir-e-vir, em que a linguagem serve sempre de mediadora responsável. “Porque a força que projeta (suas obras) opera em uma tensão sem limites ... segundo uma atividade incessantemente criativa: sua própria natureza não é diferente de seu próprio poder de produção” (ib., p. 157). Isto é, a linguagem não fixa um quadro universal, nem – menos – o recupera e reescreve descobrindo-o na natureza das coisas: ela exerce insistentemente sua função “criadora, sendo essa função, em um sentido muito mais profundo” o que unicamente há de “imanente e constitutivo” (ib., p. 163). O ‘dar forma’ não corresponde, pois, ao instituir, mas em tornar o objeto suscetível de uma intermitente retomada, possibilitando o estabelecimento de relações a todo o tempo renovadas, que se formulam, por sua vez, e retornam ao processo de maturação. “Assumida em sua realidade essencial, a linguagem é uma instância continuamente e a cada instante em curso de uma transição emancipadora” (ib., p. 183). Humboldt se refere a um “ciclo completo de operações, desde o momento em que nasce a inteligência, até sua contra-ção sobre si mesma”;¹⁹ e explica: a atividade subjetiva, interior, da linguagem pensando

¹⁹ Humboldt dedica todo um capítulo à descrição desse “ciclo”. Em nenhum momento a linguagem aparece como um processo de simples reiteração de formas estabelecidas, apesar da grande preocupação de Humboldt com a história e a tradição. Do mesmo modo é dinâmica a sua concepção de aprendizado da linguagem. Ele não pode ser um “aprovisionamento de um estoque de expressões”, nem ainda um “depósito dos registros da memória” e um “subseqüente repetitivo balbucio nos lábios”, mas um “per-

“produz um objeto, que não *se pode entender como uma* mera recepção contemplativa de algo já dado como objeto. A atividade perceptiva deve combinar-se sinteticamente com a íntima operação da inteligência e é dessa associação que se libera a idéia. Em relação à energia envolvida, a representação se objetiviza e retorna a ela, de um modo renovado” (ib.: 194).

Relaciona-se com essa concepção dinâmica da linguagem o seu caráter histórico. Não somente o caráter histórico das línguas naturais (o permanente progresso ou degenerescência de suas formas externas). Histórico como um processo que, reassumindo embora o material e as direções recolhidos do passado, recompõe aquele e reorienta estas. Não é um recomeçar, como não é um repetir.

Por outro lado, não se deve conceber esse processo, para ser fiel a Humboldt, como destinado a cumprir exclusivamente uma função representativa. Trata-se de um esforço eminentemente ativo, constitutivo, que não possui em si mesmo os limites da convicção. Uma atividade “criativa e independente”, “em um livre jogo do entendimento e da imaginação” (ib: 24-25). A noção de *Bildung* possui, pois, duas faces, uma aberta ao trabalho do entendimento, outra, às provocações da imaginação; uma racional, em que o entendimento aparece com suas categorias, outra estética, que rompe com a lógica e a subsumção (Hansen-Love 1972: 24).

É nesse quadro que se deve compreender a famosa passagem de Humboldt: “propriamente falando, a linguagem é qualquer coisa de persistente, mas a todo momento transitória. Sua eventual fixação na escritura é somente uma incompleta e mumificada preservação.” ... “Em si mesma, a linguagem não é um produto (*ergon*) mas uma atividade (*energeia*). E por isso sua única definição verdadeira só pode ser genética. Ela é um contínuo esforço do espírito para articular o som de modo a torná-lo capaz de expressar o pensamento” (ib: 183). Tal esforço e trabalho, constante e uniforme, constitui a ‘forma da linguagem’ (ib: 185). E é a esse trabalho, à forma dessa atividade que se deve voltar quem deseje compreender a linguagem. Como porém dar conta dessa forma interior?

Chomsky observa (1966: 40 e ss.) que a noção de forma da linguagem que se desenvolve em Humboldt supõe um princípio, estável e invariável (*si*), que fornece os meios ao conjunto ilimitado de atos particulares, que constituem a utilização normal da linguagem: é por isso “que a linguagem se destina à construção, a

manente crescimento da capacidade da linguagem para a maturação e para a prática” (ib: 195).

partir de meios finitos, de um número potencialmente infinito de expressões”. De fato, Humboldt insiste sobre esse aspecto construtivo da linguagem, recusando-se a aceitar como adequado um procedimento de descrição cumulativo: porque a “linguagem não se pode considerar como uma entidade passiva, que se possa abranger em sua totalidade, nem se pode detalhar a passo e passo”; o que se pode na verdade definir “são as leis desse processo genético” enquanto “seu escopo e mais ainda as modalidades do produto permanecem completamente indeterminados” (p. 196). Mas Humboldt, na passagem mesma e que sugere esse procedimento recursivo (ib: 246), não deixa de lembrar que esse mesmo mecanismo ou força produz ao mesmo tempo a língua e o pensamento. Disso ele tira necessariamente a afirmação de que se trata de um esforço em duas direções ao mesmo tempo: “primeiro, sobre o próprio fluxo do discurso que se profere, segundo, em uma reação de retorno, sobre as próprias energias que o produzem” instalando um equilíbrio instável.

Não nos parece, por isso, reconhecendo embora a dificuldade de uma interpretação ‘atual’ do texto de Humboldt, que tenha razão Chomsky ao associar esse processo ao modelo de gramática gerativa que concebeu. Se temos razão, em tal modelo se tomam como elementos de base noções determináveis ao nível intuitivo por critérios morfológicos e distribucionais (cf. nota 9). Ora, as citações deveriam incluir a advertência de Humboldt que claramente distingue a forma da linguagem – enquanto atividade criadora – da forma, da morfologia, superficial: “o fator que a articulação acrescenta à simples evocação do sentido...é que ele representa as palavras não pela mediação de sua morfologia, mas pela forma como parte do todo infinito da linguagem” (p. 196). E em passagem mais clara: “A distinção que se faz entre gramática e dicionário é útil somente para o aprendizado das línguas”, pois “a noção de forma da linguagem não se reduz às regras da sintaxe e mesmo transcende às regras de formação das palavras” (ib: 186). A “forma da língua não se pode reduzir ao que se chama de forma gramatical” (ib).²⁰

²⁰ Parece-nos uma aproximação adequada do pensamento humboldtiano a que podemos fazer entre a noção de ‘valor’ e tal ‘fator resultante de articulação’: trata-se de uma noção puramente relacional e não categorial. Como sugere Hjelmslev (no melhor tom de Saussure) a língua enquanto sistema de classes (enquanto princípio de classificação) e, conseqüentemente, as variadas ‘formas’ em que essas classes se manifestam, derivam do contexto relacional em que se inserem e onde se determinam. Há claras indicações nas análises de Humboldt de que ele tinha em vista uma estrutura das orações em que o verbo ocupa o centro de conexão dos demais elementos – uma

Pois tanto na “palavra singular como na contextura do discurso, a língua é um ato (*act*)” que certamente “opera uma síntese”, uma correlação “entre a forma interior do pensamento e o material fonético”. Como, porém, “tal síntese não é um simples estado de fato (*Beschaffenheit*), nem para falar apropriadamente uma ação dada (*Handlung*), mas um agir atualizando-se sem cessar, em movimento translacional, ela não poderia deixar de si o menor traço indicativo à superfície das palavras.” Buscar explicá-lo aí “é uma confissão de que se desconhece a sua natureza” (ib., p. 364-366).

A partir da concepção de ‘forma interna’ de Humboldt, o modelo chomskiano, operando sobre um conjunto fixo e delimitado de categorias gramaticais, que se interpretam como categorias morfológicas e distribucionais, e sobre uma noção de ordem que reflete a linearidade do discurso, cuidando, enfim, da forma superficial das expressões, incide já, não sobre a atividade criadora da linguagem, no sentido humboldtiano, mas sobre os resultados dessa. E isso porque a ‘forma’ em Humboldt designa os princípios dinâmicos do ato mesmo de ‘dar forma’: designa a universalidade de um processo e não dos elementos variáveis que se tomam nesse processo como suscetíveis de revisão e transformação. Designa um processo que não está sujeito a um conjunto estável e permanente de categorias, pois responde à provocação da imaginação; que constitui mas não se institui; que não se fixa, mas retoma e se renova.

Como observa Humboldt, a linguagem ‘dá forma’ em um processo persistente: por isso, “a sua própria ‘forma interna’ não designa senão uma lei, uma direção, uma maneira de proceder” (Humboldt, “Über den Dualis”, *apud* Hanse-Love 1972: 72).

2.2

Não há nada imanente na linguagem, salvo sua força criadora e constitutiva, embora certos ‘cortes’ metodológicos e restrições possam mostrar um quadro estável e constituído. Não há nada universal, salvo o processo – a forma, a estrutura dessa

forma de ‘gramática de dependência’ ou de ‘casos’ (ao jeito de Tesnière ou de Fillmore), afirmando-se a prioridade gramatical das relações entre os elementos sobre a enumerações de seus traços morfológicos e do sistema de classes. Humboldt dispunha de uma longa tradição nesse sentido, na gramática medieval, nos modistas por exemplo; antes ainda em Prisciano; ou depois em Du Marsais (apesar da leitura duvidosa e das citações parciais de Chomsky).

atividade. A linguagem, pois, não é um dado ou resultado; mas um trabalho que ‘dá forma’ ao conteúdo variável de nossas experiências,²¹ trabalho de construção, de retificação do ‘vivido’, que ao mesmo tempo constitui o sistema simbólico mediante o qual se opera sobre a realidade como um sistema de referências em que aquele se torna significativo. Um trabalho coletivo em que cada um se identifica com os outros e a eles se contrapõe, seja assumindo a história e a presença, seja exercendo suas opções solitárias.

Mas a reflexão anterior nos afasta de uma concepção empobrecida da linguagem como mero instrumento de comunicação ou de ação exterior do homem, ela conduz também a rejeitar uma redução da linguagem a um sistema formal. A linguagem, na medida em que ‘dá forma’ é bem já uma atividade quase-estruturante, mas não necessariamente ‘estruturada’, no sentido estrito do termo, ou se concebemos ‘estrutura’ como uma organização estável de categorias. Ao contrário da linguagem, os sistemas formais são o resultado de uma atividade reflexiva sobre a própria linguagem, que a toma em um momento de sua transitoriedade e a fixa e determina para dar conta de um momento dessa reflexão. A linguagem natural permanece sempre o instrumento de uma prática primitiva de estruturação dos fatos da experiência, de revisão e reformulação: uma espécie de ‘lógica’ primitiva e fraca que não se cinge às restrições das propriedades formais.

Pode pensar-se que um esquema recursivo de engendramento de expressões, a partir de um conjunto imanente e definitivo de categorias gramaticais (supostas universais) dê conta da multiplicidade dos discursos possíveis. Mas nele se

²¹ O texto relembra diretamente Granger (1968). Tomemos uma nota a Lahud (1973), cujo estudo minucioso dos trabalhos de Granger, em um certo período de sua reflexão filosófica, permite situar apropriadamente esta referência. Embora Granger tenha muitas vezes insistido na diferença entre a linguagem natural e a linguagem formal, pelo papel predominantemente informacional da primeira e pela função estritamente estruturante da segunda, Lahud interpreta as relações entre a linguagem natural e os conceitos de ‘experiência’, ‘fenômeno’, ‘objeto’ em Granger como instituindo uma teoria da linguagem natural – instrumento de pré-estruturação da experiência. A partir dela, a linguagem, instrumento de comunicação, se explica. “Uma língua – escreve Granger – “é evidentemente um sistema de formas: por mais que o aproximemos da experiência ‘vivida’, essas formas são organizadas e o menos ‘estruturalista’ dos lingüistas não pode deixar de reconhecer que elas constituem pelo menos esboços de estruturas abstratas que remetem a um trabalho de construção e retificação do vivido” (Granger 1968: 111).

incorporam já os resultados de uma prática anterior como um universo constituído e determinado. Bem repetindo Humboldt, a linguagem é um processo, cuja forma é persistente, mas cujo escopo e modalidades do produto são completamente indeterminados; em outros termos, a linguagem em um dos seus aspectos fundamentais é um meio de revisão de categorias e criação de novas estruturas. Nesse sentido, a linguagem não é somente um processo de representação, de que se podem servir os discursos demonstrativos e conceituais, mas ainda uma prática imaginativa que não se dá em um universo fechado e estrito, mas permite passar, no pensamento e no tempo, a diferentes universos mais amplos, atuais, possíveis, imaginários.

Por um lado, esse aspecto fundamental da linguagem a torna um instrumento dúctil e eficaz de contínua retificação de todo o anteriormente organizado, remanejando o que se poderia supor imanente, fixo, definitivo. Por outro lado, a atividade lingüística supõe ela mesma esse retorno sobre si mesma, uma progressiva atividade epilingüística: como “atividade metalingüística inconsciente” (Culioli 1968), de modo a estabelecer uma relação entre os esquemas de ação verbal interiorizados pelo sujeito e a sua realização em cada ato do discurso; como atividade seletiva e consciente, na medida em que reflete sobre o processo mesmo de organização e estruturação verbal; justamente em virtude dessa função, operando sobre signos que se tomam como objetos dessa reflexão, o homem ultrapassa os limites do observável e do perceptível: passando pela metáfora e pela metonímia, a linguagem se refaz linguagem poética, ou se higieniza e contextualiza (no sentido mais estrito de ‘contexto verbal’), no discurso filosófico e científico, em que as palavras e expressões tomam seus sentidos na cadeia das definições.

Podemos, pois, falar que, em contraposição a uma criatividade ‘horizontal’ que se representa pela construção das expressões mediante procedimentos recursivos, a linguagem estimula uma criatividade ‘vertical’, em que os esquemas relacionais de base se estendem a novos campos de objetos ou recortam diferentemente os mesmos domínios. Ora, tal processo analógico formal, em que não somente se ‘comparam’ propriedades que distintos objetos partilham, mas se transportam relações de uma ‘classe natural’ de objetos a outra, introduz na linguagem um fator decisivo de indeterminação semântica.²² De fato, as expressões das línguas naturais não tomam, como uma linguagem formalizada utilizada no cálculo de uma teoria fatural, um

²² Bunge 1975 em seu estudo sobre a analogia define com precisão a analogia substantiva e a analogia formal. A analogia é uma relação de ‘similitude’, uma relação frouxa que não participa das propriedades da equivalência e que não engendra, pois, conjuntos

domínio de interpretação uno e semanticamente coerente. Pela analogia se contrabandeam de um domínio, fatural ou não, a outro predicados alheios que não se contêm no predicado básico que delimita esses domínios. Em uma contínua expansão de uma base inicial (que se pode pensar ser o sistema de referência fatural ou das coisas, determinado espaço-temporalmente) pode-se ir tão longe quanto se queira, modificando, no interior da mesma linguagem, o universo do discurso e constituindo a multiplicidade e disjunção dos sistemas de referência em que a linguagem se torna significativa (cf. Bunge 1964: 179-181).

Se temos razão em nossa reflexão anterior, vê-se como um sistema semanticamente coerente e ocluso se constitui mediante uma série de restrições ao livre exercício da linguagem e mediante estrita 'contextualização' (lingüística) da significação; isto é, uma expressão significaria exclusivamente em virtude das relações contextuais (lingüísticas) estabelecidas num conjunto restritivo de proposições iniciais, e em procedimentos de definição (derivação) que se servem somente dessas proposições iniciais e das que delas se derivem. Assim se garantiria a homogeneidade predicativa, a unicidade do sistema de referências, o fechamento semântico, a conexidade semântica. Ao contrário disso, a linguagem humana existe 'antes' desse esforço delimitativo, na transgressão de um pensamento analógico e metafórico. Certamente era essa a propriedade da linguagem humana que se referia Humboldt quando afirmava que a atividade lingüística opera sempre sobre um substrato material já trabalhado anteriormente, fixado para determinados momentos, pelo que ela não se pode considerar somente uma produção sistemática e reiterada mas como sempre renovada reorganização. A linguagem formalizada, quando se interpreta em um domínio concreto, começa por fixar um momento desse processo, em um estado de equilíbrio perfeito, em um sistema uno e preciso, que se constitui como paradigma provisório.

É em virtude dessa indeterminação semântica que se pode justificar a informação radical de Malinowski (cf. p. 11): nenhuma expressão é significativa fora de seu contexto de situação. Não se trata porém de uma asserção dizendo respeito

homogêneos. Nos estudos lingüísticos sempre se considerou a importância da analogia (cf. por exemplo Saussure) não somente para os estudos diacrônicos, mas também nos estudos sincrônicos. A analogia exerce uma função conservadora e criadora na linguagem. Mais recentemente tem-se considerado seriamente o problema das extensões analógicas de relações determinadas em um sistema fatural, espaço-temporalmente ordenado, para o tratamento de relações mais abstratas, até como processo natural de aquisição da linguagem.

somente às condições da comunicação (como lhe parecia). Ela decorre da universalidade da linguagem, que torna impossível a identificação dos objetos, nos vários sistemas de referências a que a linguagem se refere, exclusivamente mediante recurso a especificações predicativas.²³ E isto outra vez distingue a linguagem humana das linguagens dos sistemas formais. Nestas, uma “marca distintiva é a ausência de elementos dêiticos (*embrayeurs*)” que remetem a instâncias e condições da situação

²³ Procuremos distinguir aqui os dois aspectos que Malinowski incluiu na noção de ‘contexto de situação’; falamos de ‘situação’ para entender não um ‘lugar real’, um espaço fisicamente delimitado ou ‘situação imediata’ (cf. nota 5) em que o discurso se efetiva. Entendemos por ‘situação’ todo um jogo de fatores e relações que constituem condições de uso significativo da linguagem, ordenadas em relação ao sujeito (para não usar aqui o termo excessivamente restritivo ‘falante’. Usando ainda as expressões de um modo um pouco crítico, uma expressão lingüística se torna significativa (como correspondendo a modos de operar concretamente sobre a realidade ou por abstração) não somente por associar-se a ‘coisas’ (objetos, relações, processos, sistemas), mas por servir-se de um ‘referencial’ (de ‘coordenadas’) em que essas correspondências se atualizam (o tempo, o lugar, as instâncias pessoais do discurso, a indicação demonstrativa dos objetos, a atitude do locutor frente a seu próprio discurso, etc.). Constitui um aspecto fundamental da ‘situação’ a maneira pela qual as opções do sujeito (pela atividade constitutiva da própria linguagem ao lado da percepção) organizam os ‘objetos’ a que se referem, segundo certos traços categoriais e relações, em um ‘sistema de referências’, de natureza essencialmente lingüística (podemos dizer que o sistema de referências é constituído pela linguagem e nada tem a ver com a existência real das entidades que na linguagem se delimitam e a que nos referimos).

Entre as condições da situação se incluem, portanto, os discursos (ou ‘textos’) anteriores, pois a produção de um deles induz uma transformação nas condições de produção de um outro que o segue (ou de que antecipa a produção). Reservemos o termo ‘contexto’ para os fatores e relações que determinam um discurso ou segmento de discurso nesse plano exclusivamente lingüístico. O contexto é intermediário entre a situação e o sistema lingüístico. Situação e contexto funcionam em uma espécie de compensação recíproca: ou a situação é imediatamente percebida e determinada, e o contexto se simplifica (até à interjeição, ou à palavra-objeto que se cola a uma caixa de mercadorias); ou as relações na situação não se percebem e se definem suficientemente, e o contexto se torna complexo. O discurso não se libera da situação (se é que isso é possível de modo completo), senão para sujeitar-se a um contexto cada vez mais rico e exigente, onde termos e expressões tomam os seus valores exclusivamente na cadeia contextual das definições.

discursiva e do qual nenhuma língua natural pode dispensar-se (cf. Granger 1971: 85-86; Lahud 1973: 22 e ss.). Não se objete aqui com o fato de virem os lógicos desenvolvendo técnicas formais de representação dessas instâncias nos estudos de pragmática das línguas naturais: nas linguagens construídas para esse fim representam-se esses elementos, mas elas são 'formalizadas' em virtude exatamente da sua determinação que exclui variação condicionada à 'situação' ordenada em relação ao sujeito.

Uma observação final a este parágrafo. Se retomarmos as considerações que se fizeram sobre o caráter prático e primitivo da linguagem, as relativas a sua indeterminação semântica, as que se fizeram sobre a noção de contexto e situação (cf. nota 23), há-se de compreender porque as línguas naturais se dispensam de premunir-se de um sistema rigoroso de traços distintivos pertinentes que lhe assegurem, ao nível agora das expressões, coerência, univocidade, não ambigüidade. Não se pode assumir o pressuposto estruturalista de que todas as 'partes' do significado, relações subjacentes, delimitação dos indivíduos que participam de um determinado estado de fato, expresso nas orações, tudo corresponda a marcas sintáticas específicas que o explicitam. Deve-se observar que a linguagem nem sempre (ou poucas vezes) se utiliza de recursos expressivos suficientes para a identificação precisa dos objetos singulares referidos; nas expressões em geral se indicam os limites de uma certa 'regionalidade', a ser precisada com recurso à situação ou às regras implícitas no jogo de fatores do sistema de referências, pressuposto comum.

Por outro lado, sabe-se de sobra como, ao nível do sintagma e da oração, não se poderia propor antecipadamente um inventário exaustivo das possibilidades de utilização dos inúmeros traços categoriais oferecidos pela cadeia sonora e por associações semânticas (justaposição, configuração morfológica, distribuição relativa dos morfemas, ordem linear, pausas, entoação, concordância, etc.; composição de traços predicativos nos itens lexicais, pressupostos, deduções naturais, etc.). Elas se prestam a inúmeras 'estratégias' entre recursos concorrentes, redundantes, complementares que dispensam a linguagem de construir uma sintaxe determinada completamente. Some-se a isso o fato de que as línguas naturais são o resultado de longa elaboração histórica. Por isso, em um corte sincrônico, aparecem na organização das expressões diferentes 'camadas', organizadas por princípios de formação independentes.

Parece-nos que isto explica o fracasso dos procedimentos de análise que se constroem sobre um só critério e mesmo das tentativas de encontrar um procedimento recursivo que explique "não precisamente como (a linguagem) é, mas – segundo alguns – como o conjunto de orações bem formadas se desenvolveria ou poderia ser

infinitamente projetado”. Para Geach (1972, de quem citamos o trecho acima) “isto parece um procedimento tão científico como o de elaborar uma fórmula matemática que ofereça o atual desenho da costa da Inglaterra e seus limites com a Escócia.”

3

Nossa reflexão instaura um aparente paradoxo. A linguagem, concebida como um trabalho, uma atividade constitutiva quase-estruturante, seria insuficientemente examinada pelas convenções e condições em que ela se utiliza em uma ‘ação segunda’ no exercício social. Nem se pode apreender satisfatoriamente por processos de análise que se limitem a segmentar e classificar as expressões ou pela representação de uma ‘forma gramatical’ estruturada sobre um conjunto estável de categorias, resultado já dessa atividade. Nenhum progresso, porém, adviria da substituição desse plano e análise, buscando estabelecer como base da descrição um universo semântico coerente, logicamente estruturado, onde se pressuponha o mesmo sistema estanque de classes. Sobre que bases se pode, então, atender às exigências de sair deste discurso retórico original para a construção de uma teoria da linguagem? Como dar conta da ‘forma’ dessa atividade, ou das propriedades desse processo ‘em constituindo’ que não se institui nos constituídos?

É-nos possível pensar numa aproximação desse processo criador como uma construção em etapas ou estágios sucessivos, a partir das noções de ‘esquema de ação’ e de ‘função estruturante’ elaboradas na psicologia do Centro de Genebra. Piaget chama ‘esquemas de ação’ aquilo em que a ação é repetível, transponível, generalizável: insiste na ‘forma’ da atividade humana em oposição aos objetos, que lhe servem de conteúdo variável.²⁴ Quando se integram os objetos a um esquema de ação, em um todo organizado, estabelecem-se entre esses objetos relações de depen-

²⁴ Veja-se particularmente Piaget e outros, 1968, 3ª parte, p. 167 e ss. Como se sabe, o processo dinâmico de um ‘esquema de ação’ se descreve, em Piaget, como contendo dois momentos: um de assimilação dos objetos do esquema (o fato de integrarem-se os objetos em uma construção) que constitui o mecanismo formador do próprio esquema de ação (em um sentido biológico muito geral, à maneira com que os organismos assimilam o meio a sua estrutura e forma, podendo esta variar por acomodação àquele); outro de acomodação desses esquemas a cada situação particular e a novos objetos, que podem considerar-se ‘equivalentes’ do ponto de vista da sua possibilidade de integrar-se ao mesmo esquema (processo que institui um princípio de classificação).

dência, responsáveis pela caracterização dos objetos enquanto objetos de determinado tipo, desempenhando um determinado papel, em um determinado esquema de ação. Em geral, qualquer coisa que determine o modo pelo qual qualquer coisa depende de outra se traduz mediante ‘funções’ no sentido mais geral da teoria dos conjuntos. Como diz Piaget, a noção de dependência “seja ela dada entre propriedades variáveis ou constantes de objetos, ou que se estabeleça entre elementos e caracteres inerentes às ações e construções do sujeito” se exprime essencialmente em termos de ‘funções’. E todo um conjunto de resultados experimentais conduziu Piaget e seus colaboradores a caracterizar essas formas ativas de dependência funcional (ou, como dizem, as funções ‘estruturantes’) como a fonte das funções constituídas (isto é, de funções diferenciadas que interagem com operações), e também como fonte das operações, relações e classificações. Grize, em outro ponto, sublinha o aspecto construtivo das funções: com efeito, mesmo que se definam como um par ordenado “a ordem que subsiste na noção de par ordenado não é senão um traço dessa construção anterior de que se fez abstração”. Esse aspecto construtivo, digamos – ‘localizado’ da função a distingue das relações: a composição de funções comporta um grande número de limitações; as operações não são definidas para todos os elementos; propriedades como a transitividade, simetria, reflexividade, que não se poderiam dispensar num estudo das relações, desempenham um papel bastante apagado na teoria das funções.

Vê-se o interesse desses estudos para o problema colocado por nós de como dar conta da ‘forma’ de uma atividade – a atividade constitutiva da linguagem. Eles supõem pesquisas em que a ordem clássica – ‘classes-funções’ – seja invertida, tomando as funções como a representação de operações (em sentido intuitivo) primitivas elementares, que pelo seu aspecto dinâmico e construtivo não somente constituam um princípio de classificação mas, ao mesmo tempo, um princípio de reorganização os esquemas constituídos.

Essa perspectiva possui antecedentes na lingüística. Hjelmslev, por exemplo, em trabalho independente, procura tirar as últimas conseqüências da noção de valor em Saussure, tomando também noções de dependência (‘funções’ como chama, em um sentido muito próximo ao matemático) como o princípio de organização e classificação do sistema da língua. Mais recentemente se tem sugerido a aplicação à análise lingüística da técnica da ‘lógica combinatória’ e da ‘teoria da funcionalidade’ formuladas com precisão por Curry e Feys (cf., por exemplo, Grize 1971). Essa lógica generaliza a função, tratando de qualquer aplicação de termos a termos, qualquer que seja o seu tipo e natureza. Dispensa-se, por isso, da distinção desses termos

em diferentes categorias lógicas ou a ‘transcende’, evitando sua restrição a determinadas categorias. Como diz Freys, ela permite “considerar ‘à vide’ as operações do espírito, sem recurso ao artifício das variáveis”, esforçando-se em representar a própria atividade operatória do pensamento. Nesse sentido ela pode prestar-se, de modo particularmente eficaz, a que se proponha dar conta da própria atividade constitutiva da linguagem em um sistema de signos, independentemente de seu suporte variado (as expressões formadas pelos diferentes recursos sintáticos das línguas naturais) e de seu conteúdo (os objetos e propriedades e relações dos diversos sistemas de referência tomados como domínio de interpretação dessas expressões).

Não é aqui o lugar de levar adiante essas sugestões. Elas estão para dizer que há hipóteses e instrumentos formais viáveis para tentar uma aproximação da ‘forma interna’ da linguagem, superando a dicotomia som-sentido, estrutura semântica-estrutura sintática, apagada na consideração da atividade que a constitui; para reencontrar a linguagem na universalidade de seu processo, que explica essas construções circunstancialmente estáveis que se descobrem nas línguas naturais e no seu exercício, sem esquecer que o seu dinamismo é a garantia (feliz) da provisoriedade de todos os sistemas.

Referências

- ADJUKIEWICZ, K. 1935. “Die syntaktische Konnexitat” [Tradução italiana em Bonomi, ed., 1973]. *Studia Philosophica* I: 1-27
- BONOMI, A., ed., 1973. *La Struttura Logica del Linguaggio*. Milão: Bompiani.
- BONOMI, A. & Usberti, G. 1971. *Sintassi e Semantica nella Grammatica Transformazionale*. Milão: Il Saggiatore.
- BÜHLER, K. 1934. *Sprachtheorie*. [Tradução espanhola, *Teoria del Lenguaje*]. *Revista de Occidente* (1950).
- BUNGE, M. 1975. *Teoria e Realidade*. [Tradução para o português de comunicação apresentada em inglês, em Bruxelas (1964)]. São Paulo: Perspectiva.
- _____. 1975. “Analogia, Simulação, Representação”. *Teoria e Realidade*, 185-203. São Paulo: Perspectiva.
- CANTY, J. T. 1969. “Ontology: Lesniewski’s Logical Language”. *Foundations of Language* 5: 465-469.
- CHOMSKY, N. 1955. “Logical Syntax and Semantics: their Linguistic Revelance,” *Language* 31: 36-45.

- _____. 1966. *Cartesian Linguistics*. New York: Harper & Row.
- _____. 1967. "Remarks on Nominalisation". Reeditado em Chomsky 1972. *Studies on Semantics in Generative Grammar*. Haia: Mouton.
- _____. 1968. "Deep Structure, Surface Structure and Semantic Interpretation". Reeditado em Chomsky 1972. Haia: Mouton.
- _____. 1972. *Studies on Semantics in Generative Grammar*. Haia: Mouton.
- _____. 1976. *Reflections on Language*. New York: Pantheon Books.
- CULIOLI, A. 1968. "La Formalisation en Linguistique". *Cahiers pour l'Analyse* 9: 106-117.
- DASCAL, M. 1973. "Are 'Semantic Structures' Really 'Deeper' than 'Deep Structures'". *Semiótica VIII*: 163-192.
- DAVIDSON, D. 1967. "Truth and Meaning". *Synthese* 17: 304-323. [Tradução italiana em Bonomi, ed. 1973 – 433-454.]
- ERFURT, T. 1947[1350?]. *Gramática Especulativa: de Modis Significandi* [Tradução Espanhola]. Buenos Aires: Losada.
- FEYS, R. 1946. «La Technique de la Logique Combinatoire». *Rev. Philosophique de Louvain* 44: 74-103 e 237-270.
- FIRTH, J. R. 1968. *Selected Papers*. [Editado por F. R. Palmer]. Londres: Longman.
- GEACH, P. T. 1972. "A Program for Syntax". *Synthese* 22: 483-497.
- GRANGER, G. 1968. *Essai d'une Philosophie du Style*. Paris: Armand Colin.
- _____. 1971. "Langue et systèmes formels". *Langages* 21: 71-87.
- GRIZE, J. B. 1971. "Quelques problèmes logico-linguistiques". *Mathématiques et Sciences Humaines* 35: 43-50.
- HALLIDAY, M. A. 1966. "Some Notes on 'Deep Grammar'". *Journal of Linguistics* 2: 57-64.
- _____. 1970. "Language Structure and Language Function". *New Horizons in Linguistics*, ed. por J. Lyons, 140-165. Londres: Pelikan Books.
- _____. 1973. "The Functional Basis of Language". *Class, Codes and Control*, ed. por B. Bernstein, V. 2. Londres/Boston: Routledge/Regan Paul.
- HANSEN-LOVE, O. 1972. *La Revolution Copernicienne du Langage dans l'Oeuvre de W. Humboldt*. Paris: Wrin.

- HUMBOLDT, W. 1974[1936]. *Introduction a l' Oeuvre sur le Kavi* [Trad. Francesa de *Uber di Verschiedenheit des Menschliche Sprachbaues*]. Paris: Seuil.
- JAKOBSON, R. 1963. *Essais de Linguistique Générale*. Paris: Minuit.
- MATZ, J. J. 1972. *Semantic Theory*. New York: Harper & Row.
- LAHUD, M. 1973. *Enquete Autour de la Notion de Deixis*. [Tese Mimeografada]. Université Aix-Marseille.
- LAKOFF, G. 1969. *On Generative Semantics*. [Multicópia do Ind. Univ. Linguistic Club].
_____. 1972. «Linguistics and Natural Logic». *Semantics of Natural Language*, ed. por D. Davidson e G. Harman, 545-665. Dordrecht: D. Reidel.
- LEWIS, D. K. 1970. "General Semantics". *Synthese* 22: 18-67.
- MACHOVER, M. 1966. "Contextual Determinacy in Lesniewski's Grammar". *Studia Logica* 19.
- MOLES, A. 1957. *La création scientifique*. Paris: Editions Rnékistev.
- MONTAGUE, R. 1970a. "English as a Formal Language". *Linguaggi nella Società e nella Tecnica*, ed. por B. Visentini et al. Milão: Edizioni di Comunità.
_____. 1970b. "Universal Grammar". *Theoria* 36: 373-398.
- PETERS, P. S. & Ritchie, R. 1971. "On Restricting the Base Component of Transformational Grammars". *Information and Control* 18: 483-501.
- PIAGET, J.-J. B. Grize e outros. 1968. *Epistemologie et Psychologie de la Fonction*. Paris: PUF.
- QUINE, W. V. O. 1972. «Methodological Reflections on Current Linguistic Theory». *Semantics of Natural Language*, ed. por D. Davidson e G. Harman, 442-454. Dordrecht: D. Reidel.
- REICHENBACH, H. 1947. *Elements of Symbolic Logic*. Toronto: Macmillan Co.
- ROSEBLOOM, P. C. 1950. *The Elements of Mathematical Logic*. New York.
- ŠAUMJAN, S. K. 1965. *Struktunaja Lingvistika*. Moscou: Nauka. [Tradução italiana 1970 *Linguistica dinamica*. Bari: Laterza].
_____. 1965. "Cybernetics and Language". *Diogenes* 51 [Tradução portuguesa. *Novas Perspectivas Lingüísticas*. Rio: Vozes, 1971].
- SAUSSURE, F. 1955[1915]. *Cours de Linguistique Générale*. Paris: Payot.
- SEARLE, J. 1969. *Speech Acts*. Londres: Cambridge Un. Press.
_____. 1972. "Chomsky's Revolution in Linguistics". *New York Review of Books* 29.
- STRAWSON, P. F. 1970. *Meaning and Truth*. Londres: Oxford Un. Press.

O LINGÜISTA, O PROFESSOR, E O AMIGO



Carlos Franchi e Rodolfo Ilari no *I Congresso Internacional da ABRALIN*. Salvador, UFBA, 1994. Foto de C. Altman, acervo pessoal.

Carlos Franchi (1932-2001)*

Ataliba Teixeira de Castilho
(Universidade de São Paulo)

Carlos Franchi nasceu em Jundiá, estado de São Paulo, em agosto de 1932, tendo falecido aos 69 anos em agosto de 2001, em Campinas. Foi casado com d. Eglê Pontes Franchi. O casal teve quatro filhos.

O Prof. Franchi concluiu três cursos de graduação: licenciatura em Letras Neolatinas pela Pontifícia Universidade de Campinas (1954), bacharelado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1968) e licenciatura 'ès-Lettres (Linguistique)' pela Universidade de Franche-Comté, na França (1970). Durante algum tempo, advogou e lecionou, como professor secundário de escolas públicas de Itatiba, São Paulo e Jundiá. Mas foi o magistério que sempre o atraiu, fazendo-o desistir de sua prestigiosa banca de advogado.

No magistério secundário, o Prof. Franchi teve uma participação crítica de alto nível, tendo atuado nos principais movimentos de renovação do ensino oficial de seu Estado. Foi professor concursado em Português e Latim em Jundiá (1951-1955) e Itatiba (1955-1971). Foi no Colégio de Aplicação que o conheci, quando obtinha minha licenciatura em Letras Clássicas. Eram inigualáveis suas aulas de redação e de gramática. Ele regia suas classes com maestria ímpar, atraindo com naturalidade seus alunos para a reflexão lingüística. Descobri um pouco tarde sua paixão pela música, o que explicava a confluência do mestre e do maestro numa só pessoa.

Quando o Estado de São Paulo desencadeou uma renovação do ensino, o Prof. Franchi foi chamado para coordenar a área de Português nos Ginásios Pluricurriculares, participando da criação e implementação das Escolas Experimen-

* Versão original em português de texto publicado em espanhol na *Linguística* 12, em preparação. *Revista da ALFAL*, redigitado por Aline Cruz, com a autorização do autor.

tais e Pluricurriculares, função que desempenhou de 1966 a 1968. Infelizmente ainda não seria dessa vez que o ensino público se beneficiaria em sua plenitude de suas inspiradas ações.

Mesmo depois de ter ingressado no ensino superior, ele continuaria interessado pelo ensino secundário. Participou do desenvolvimento dos primeiros *Guias Curriculares* (1968-1969), atuando junto à Coordenadoria de Normas Pedagógicas da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Foi membro da Comissão Organizadora do *I Encontro de Português*, realizado em 1974 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tendo apresentado uma influente comunicação intitulada “Concepção da linguagem, teoria da gramática e ensino do português”. Em 1975, coordenou na Universidade Estadual de Campinas um seminário de pesquisas relativas à análise de textos escritos por crianças de 10 a 12 anos. No ano seguinte, apresentou ao *XV Seminário do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo* uma comunicação intitulada “A Lingüística e a orientação oficial do ensino de português”. Em 1978, redigiu o ensaio “Criatividade e gramática”, texto que teve larga circulação em disputadas cópias, somente publicado, com revisões, em 1987.¹

Sua carreira como professor universitário principiou em 1960, quando atuou como professor instrutor de Didática Especial do Português na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Nossa Senhora Medianeira” de São Paulo, entre 1967 e 1969. A partir desse ano, vinculou-se à então recém-criada Universidade Estadual de Campinas, tendo atuado no Departamento de Lingüística como auxiliar de ensino, assistente mestre (1971-1975), professor-doutor (1976-1979) e professor titular, de 1979 até a aposentadoria.

Em 1970 sua vida acadêmica sofreria uma profunda alteração, direcionando-o de vez para o magistério e a pesquisa em Lingüística. Àquela altura, ele freqüentava, juntamente com Rodolfo Ilari, Haquira Osakabe e Carlos Vogt, o curso de mestrado em Teoria Literária, na Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Antonio Candido. Os quatro foram convidados a fundar o Departamento de Lingüística da Universidade Estadual de Campinas, então instalado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, dirigido à época por Fausto Castilho. A condição era seguir imediatamente para a França, para ali desenvol-

¹ A tradução para o espanhol desse texto foi publicada em *Lingüística* (2002, vol. 12), pela Profa. Mirta Groppi.

ver pesquisas em Lingüística. Franchi obteve então seu segundo mestrado, pela Université d'Aix-Marseille, em 1970, sob a orientação de Claire Blanche-Benveniste. O doutorado viria em 1976, já na Unicamp, posteriormente a um estágio na Universidade de Tel-Aviv, ambos sob a orientação de Marcelo Dascal.

De volta ao Brasil, ele teve uma atuação decisiva na implantação do Departamento de Lingüística da Unicamp, de que foi o primeiro professor-chefe (1971-1975), criador do programa de pós-graduação e responsável pelas expansões do corpo docente desse departamento.

Em 1977, o Departamento de Lingüística desligou-se do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, fundando-se o Instituto de Estudos da Linguagem. De 1977 a 1978, o novo instituto foi dirigido pelo Prof. Antonio Candido, da Universidade de São Paulo, tendo o Prof. Franchi atuado como diretor-associado. Eleito por seus colegas, ele assumiria a direção desse instituto, cargo que exerceu de 1979 a 1982. Dedicou-se então às múltiplas tarefas de criação de uma estrutura administrativa, contratação de novos professores, transformação do preexistente Centro de Lingüística Aplicada em um centro de pesquisas, criação da biblioteca e lançamento das bases para a criação do atual Centro de Documentação Lingüística e Literária Alexandre Eulálio.

No âmbito externo, o Prof. Franchi prestou assessoria ao Ministério da Educação e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, tendo sido eleito presidente da *Associação Brasileira de Lingüística*, cargo que exerceu de 1977 a 1979. Nesse período, estimulou grupos regionais a criarem Grupos de Estudos Lingüísticos, à semelhança do de São Paulo; surgiu assim o *Grupo de Estudos Lingüísticos do Norte*.

Seus méritos foram reconhecidos em vida. A revista *Cadernos de Estudos Lingüísticos* dedicou-lhe uma miscelânea de estudos, publicados no número 22, de janeiro-junho de 1992, com contribuições dos mais expressivos lingüistas brasileiros. E a Unicamp concedeu-lhe o título de Professor Emérito, a maior honraria que uma Universidade Pública é capaz de conceder.

Após sua morte, o *Jornal da Unicamp* consagrou-lhe o *Caderno Temático* número 9 (setembro de 2001). Mas a maior homenagem Carlos Franchi recebe diariamente nas aulas de Lingüística e Língua Portuguesa das universidades do país, em que suas lições continuam a difundir-se, mesmo tendo ele publicado tão poucos de seus trabalhos.

Referências²

- FRANCHI, Carlos. 1998. "Sobre a gramática das orações impessoais com *ter/haver*". *D.E.L.T.A.* 14: 105-132.
- . 1996. "Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para a análise". [Em co-autoria com Rodolfo Ilari e Maria Helena de Moura Neves]. *Gramática do Português Falado*, vol. VI, ed. por Ataliba de Castilho e Margarida Basílio, 79-168. Campinas: Editora da Unicamp.
- . 1991. "Concepção de uma e-gramática". *Seminários apresentados ao Departamento de Linguística da Unicamp e da Universidade de São Paulo*. (MS inédito).
- . 1990a. "O problema das classes gramaticais". Conferência plenária proferida no *IX Congresso Internacional da ALFAL*. Campinas. (MS inédito).
- . 1990b. "Considerações sobre a ordem dos advérbios". [Em co-autoria com Rodolfo Ilari *et al.*]. *Gramática do Português Falado*, vol I, org. por Ataliba Teixeira de Castilho, 63-142. Campinas: Editora da Unicamp.
- . 1985. "Nominative clitics in Biellese: morphological and distributional survey". [em co-autoria com Rodolfo Ilari *et al.*]. *Cadernos de Estudos Linguísticos* 8: 135-150.
- . 1983a. "Da indeterminação da linguagem e o projeto teórico compatível." *Conferência inédita pronunciada no Centro de Lógica e Epistemologia da Unicamp*.
- . 1983b. "Teoria da categorização", (MS inédito).
- . 1982. "Rumos da Linguística contemporânea... ou desrumos". *Conferência inédita pronunciada na Associação Brasileira de Linguística*.
- . 1981. "O pensamento linguístico de Berkeley". Relatório de seu programa de pós-graduação no Departamento de Linguística da Universidade da Califórnia em Berkeley (MS inédito).
- . 1980. "A utilização lógica combinatória e da teoria da funcionalidade na formulação de Curry e Feys no tratamento formal da linguagem natural", (MS inéditos).
- . 1977. "Linguagem e atividade constitutiva". *Almanaque* 5: 9-27. Rio de Janeiro: Brasiliense.
- . 1976-1977. "Gramáticas categoriais e gramática de Montague". *Seminários apresentados ao Departamento de Linguística da Unicamp*. (MS inédito).

² Carlos Franchi atuou em três áreas científicas: reflexão teórica, descrição linguística e crítica das teorias vigentes. Muito rigoroso com seus escritos, deixou inédita grande parte deles. Um grupo de colegas está reunindo esses materiais para publicação. (N.A.)

- . 1976. *Teoria Funcional da Linguagem. Relações e funções na teoria da gramática* (vol. I); *Contribuição à construção de um modelo teórico*. Campinas: Unicamp, Doutorado (MS inédito).
- . 1974. “Modelo lingüístico baseado nas noções de dependência e funcionalidade”. Texto apresentado ao Departamento de Lingüística da Unicamp. (MS inédito).
- . 1971. *Hypothèses pour une recherche en Syntaxe*. Aix-en-Provence: Université d’Aix-Marseille, dissertação de mestrado (MS inédito).

Humildade na pesquisa para construir o futuro*

Rodolfo Ilari
(IEL-UNICAMP)

Em 1970, o Prof. Carlos Franchi, perseguido pelos militares por ter defendido as lideranças sindicais de sua cidade, abandonou uma carreira bem-sucedida de professor efetivo do ensino secundário (ocupava na época as cadeiras de Latim e Português, ganhas por concurso, em uma escola secundária de Jundiaí) e renunciou ao exercício da advocacia (é licenciado em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco) para tornar-se professor de um Instituto que se reduzia a uma sala — o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da recém-criada Universidade Estadual de Campinas. Foi assim que, depois de um estágio na universidade francesa de Besançon, viria a participar, com mais três colegas (Haquira Osakabe, Carlos Vogt e Rodolfo Ilari), da implantação do primeiro Departamento de Lingüística do país.

Nesse contexto de formação, ainda dentro do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, coube-lhe a delicada tarefa de planejar e conduzir o processo de titulação do grupo inicial, de imprimir uma orientação ao Departamento de Lingüística e dos cursos por ele ministrados e de orientar o crescimento de uma equipe que estava desenvolvendo rapidamente, com perspectivas de transformar-se em pouco tempo numa unidade universitária autônoma. Os serviços que o Prof. Carlos Franchi ministrou à Universidade Estadual de Campinas nesse contexto são inestimáveis. Como chefe de Departamento, organizou a escala de afastamentos que permitiu aos participantes do primeiro grupo alcançarem o doutorado; não por acaso, nessa escala, seu doutorado, ocorrido em 1976, foi o último. Diante da necessidade urgente de

* Parcialmente reproduzido do *Jornal da Unicamp*, uni-hoje-ju 166 – tema 08.htm, p. 9, 20.4.02), com autorização do autor.

contratações, e num contexto em que eram comuns as imposições de nomes por parte da Reitoria, defendeu intransigentemente que o Departamento de Linguística da Unicamp deveria crescer segundo uma orientação pluralista, mas sem fazer concessões quanto à qualidade intelectual dos novos contratados. Foi com essa visão ampla de política universitária que o Prof. Carlos Franchi conseguiu trazer para a Unicamp os serviços dos Professores Aryon Rodrigues, Ataliba Castilho, Cláudia Lemos, Marcelo Dasca, Mário Perini e Roberto Schwartz que, junto com o grupo inicial, e um punhado de valores novos recrutados, sobretudo no curso de Mestrado em Linguística, formaram o corpo docente do Instituto de Estudos da Linguagem, criado em 1977.

No Instituto de Estudos da Linguagem recém-criado, e dirigido de 1977 a 1979 pelo Prof. Antonio Candido de Mello e Souza, coube ao Prof. Franchi, na função de Diretor-Associado, a tarefa que ele resumia nas expressões “criar condições de trabalho”, e “enriquecer os corredores”. Para o IEL, esse foi não só um período de definição institucional e administrativa (foi nesse período, por exemplo, que a totalidade do corpo docente passou a atuar em regime de período integral, uma opção que foi aberta inclusive aos professores de línguas), mas ainda o período de gestação de alguns importantes projetos coletivos de pesquisa (como o Projeto “Estudo da Aquisição da Linguagem”), de publicações da produção do departamento (por exemplo: os *Cadernos de Estudos Lingüísticos*) e de realização de encontros memoráveis (por exemplo, o PILEI de 1981 e o *Primeiro Encontro Internacional de Filosofia da Linguagem*).

O sucesso dessa administração, que redundava no crescente prestígio do Instituto de Estudos da Linguagem em nível nacional e internacional, fez com que o nome do Prof. Franchi fosse lembrado para exercer a presidência da *Associação Brasileira de Linguística* e o levou naturalmente à direção do próprio Instituto de Estudos da Linguagem, cargo no qual tomou posse em 1979, depois de uma eleição unânime. O mandato de quatro anos foi suspenso por um ato do então governador Paulo Maluf que demitia de seus cargos treze diretores de unidade acusados de trabalhar por uma universidade menos burocrática e menos subserviente ao poder do momento, e os aposentava compulsoriamente.

Contrariamente a outros diretores afastados na mesma ocasião, o Prof. Franchi optou por não reivindicar sua reintegração aos quadros da Unicamp. Começava então para ele um período em que sua atividade de pesquisa e seu trabalho de formação de novos valores teriam que se exercer, em grande parte, à margem da universi-

dade à qual havia dedicado o período mais profícuo e mais intenso de sua vida. Na Unicamp, foi ainda responsável pelo mestrado ou pelo doutorado de vários docentes que hoje gozam de merecida projeção: Wanderley Geraldi, Sírío Possenti, Maria Irmã Hadler Coudry, José Borges Neto (UFPR), Daniel Leonard Everett (Univ. da Pennsylvania), Márcia Cançado (UFMG), Sérgio de Moura Menuzzi (UFRGS); fora da Unicamp, foi responsável por um longo trabalho de docência que, por quase duas décadas, contribuiu para despertar vocações e dignificar a investigação linguística em algumas das principais escolas superiores do país (Universidades de Porto Alegre, Florianópolis e Rio de Janeiro), e que, acima de tudo, foi decisivo para que se criasse um importante centro de pesquisa sintático-semântica na Universidade de São Paulo. De fato, as equipes de pesquisa que hoje atuam no Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo sob a direção das professoras Ana Lúcia Müller e Esmeralda Vailati Negrão, com merecida repercussão no Brasil e no exterior, reconhecem no Prof. Franchi seu mestre e principal mentor. Mencione-se ainda sua passagem pelo Conselho Científico do CNPq, para o qual foi eleito como representante da comunidade científica, em mais uma prova da unanimidade do seu reconhecimento.

A produção científica do Prof. Franchi é altamente informal, tendo preferido a exposição em seminário ao impresso, e o *working paper* ao livro, mas é ampla e influente. Trata de temas à primeira vista disparatados, como a sintaxe gerativa-transformacional, o ensino de língua materna e a lógica que subjaz às operações linguísticas, mas tem, a unificá-la, as características da densidade crítica e da riqueza da informação bibliográfica, assim como o retorno sempre enriquecedor a motivos que se revelaram profícuos em vários campos da investigação linguística, como a tese da indeterminação das línguas naturais, a tese de sua historicidade e a de que sua construção depende de um trabalho coletivo que compromete com a história as competências simbólicas mais fundamentais do ser humano. Essa produção situa, de maneira magistral, categorias fundamentais para a investigação teórica e prática, como as de “função” e “categoria” ou a de “atividade epilinguística”. É, muitas vezes, o resultado das parcerias e das amizades intelectuais que o Prof. Franchi manteve, ao longo dos anos, com generosidade e humildade. É, acima de tudo, uma produção que chamou e chama o interesse dos leitores independentemente de qualquer esquema promocional.

Num contexto universitário, tão dado ao cumprimento de metas burocráticas, mas tão pouco eficiente em provocar a fermentação de novas idéias, homenagear o Prof. Carlos Franchi é muito mais do que recuperar a história e expressar um protesto de gratidão a alguém que dedicou parte de sua vida a construir as condições privilegiadas em que se ensina a pesquisa no Instituto de Estudos da Linguagem.

É, acima de tudo, reafirmar nossa vontade de pautar nossa atuação em valores sem os quais a Universidade se desagrega, como a capacidade de não transigir em matéria intelectual, a vontade de pesquisar com humildade e o desejo de construir o futuro com grandeza e desprendimento.

A Atuação de Carlos Franchi no Departamento de Lingüística da USP

Esmeralda Vallati Negrão
(Universidade de São Paulo)

Em meados de 1989, o Departamento de Lingüística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo convidou o Professor Doutor Carlos Franchi, professor aposentado da Universidade Estadual de Campinas, para que viesse colaborar com o Departamento na condição de pesquisador visitante. Esse convite inseria-se num projeto mais amplo e mais longo de um grupo de professores que buscava a abertura do Departamento e a ampliação das linhas de pesquisa em Teoria Gramatical, mais particularmente o desenvolvimento de projetos sobre a Sintaxe do Português do Brasil no âmbito da Teoria Gerativa. Aceito o convite, tivemos o privilégio de ter Franchi entre nós, de agosto de 1989 até quase o final de 2000, de início com o apoio da FAPESP, mais tarde com o apoio do CNPq e, depois disso, mesmo sem o suporte dos órgãos de fomento à pesquisa.

O Curso de Lingüística da Universidade de São Paulo ressentia-se, desde suas origens, da falta de uma linha de pesquisa em Sintaxe. As linhas que, antes de 1989, mais produziam teses e dissertações eram as de Semiótica, Lexicologia e Fonologia. Vários professores do Departamento consideravam bastante grave a lacuna da Sintaxe, uma vez que, desde a década de 50, esse nível de análise sofrera um considerável avanço, sobretudo dentro do modelo gerativista, que acabou ficando totalmente ausente dos cursos da USP. Na graduação, embora integrasse o rol das disciplinas obrigatórias para os alunos cursando o bacharelado em Lingüística, o curso de Sintaxe tinha carga horária insuficiente e nos cursos introdutórios, obrigatórios para todos os alunos de Letras, a Sintaxe nem sequer integrava a lista dos tópicos abordados. A situação na pós-graduação não era muito diferente. A disciplina de “gramática

transformacional”, que constava do conjunto de disciplinas credenciadas, foi raramente ministrada.

Com a vinda de Franchi para a USP, foi possível oferecermos, no segundo semestre de 1989, pela primeira vez, um curso de pós-graduação sobre a versão atual da Gramática Gerativa, por ele ministrado. O curso reuniu alunos e professores não só do curso de Linguística, mas também dos cursos de Língua Portuguesa, Língua Espanhola, Língua Inglesa, entre outros.

No entanto, nós sabíamos que a ampliação e a consolidação de uma linha de pesquisa não se daria pelo mero oferecimento de um curso de pós-graduação. Muito pelo contrário, só com a implementação de projetos de pesquisa que agregassem professores e alunos com interesses comuns é que poderíamos alcançar nosso objetivo. Sobretudo porque a consolidação de uma linha de pesquisa efetiva-se somente no momento em que sua existência deixa de depender de projetos pessoais para adquirir existência própria em projetos coletivos, nos quais as participações individuais se complementem e se alternem.

Foi esse grande salto que conseguimos dar com a colaboração de Franchi. Sua dedicação ao grupo e ao Departamento, bem como sua competência profissional, sua seriedade intelectual, sua honestidade pessoal, o conhecimento do pesquisador e do professor atuante na área e a motivação de quem compartilhou com o grupo o desejo de concretização de nosso projeto foram determinantes.

Para atingir essa meta iniciamos o que viria a se tornar uma tradição no Departamento: os *Seminários em Teoria Gramatical*. No início, tiveram a forma de um *workshop* sobre “Relações anafóricas nas sentenças do português”, no qual professores do Departamento discutiam alguns trabalhos de membros do grupo e textos recentes sobre o tema, com o intuito de elaborar projetos de pesquisa comuns. Em seguida, se por um lado o interesse pela Sintaxe e pela Semântica restringiu a participação aos professores do Departamento trabalhando nessas áreas, por outro os seminários começaram a contar com a participação de professores de outros departamentos, e com a participação de alunos de pós-graduação desenvolvendo pesquisa na área. Os temas começaram a variar: num semestre, alunos e professores apresentavam os resultados de suas pesquisas; em outros, líamos e debatíamos textos de interesse de todos; em outros, Franchi conduzia discussões sobre os trabalhos de Chomsky da primeira metade dos anos 90, que mudavam o rumo das pesquisas em Gramática Gerativa. De uma maneira ou de outra, o entusiasmo, o carinho e a certeza de que tínhamos aberto um espaço de discussão especial mantinham-se constantes.

Ao longo de nossos 12 anos de colaboração profissional e amizade pessoal, as reuniões quinzenais dos Seminários foram imprescindíveis para o nosso crescimento científico, para o desenvolvimento de nossas pesquisas e para a formação de todos os alunos que delas participaram. A partir de 2002, nossos encontros receberam o nome de *Seminários Carlos Franchi*, uma homenagem e uma maneira de, de outra forma, dar continuidade ao nosso projeto.

O ORIENTADOR À REVELIA



Carlos Franchi em 1974,
no Prédio de Letras da Universidade de São Paulo.
Fonte: CEDOCH-DL/USP.

Uma aplicação da teoria generalizada dos papéis temáticos: Verbos psicológicos*

Márcia Caçado
(Rutgers University/UFMG)**

Resumo: Os verbos chamados ‘psicológicos,’ ou seja, verbos que denotam um estado emocional e têm, obrigatoriamente, um argumento experienciador, apresentam interessantes fenômenos relacionados à seleção argumental e à ligação de anáforas. Nas sentenças construídas com esses verbos, o argumento que recebe o papel temático de experienciador pode aparecer, tanto na posição de sujeito, como na posição de objeto na estrutura superficial, parecendo ser essa escolha aleatória. Um segundo fenômeno, característico somente dos verbos com o experienciador

* Este artigo era, inicialmente, um capítulo do livro sobre as relações temáticas que vinha sendo escrito por Franchi e Caçado. O livro proporia uma extensa discussão sobre relações temáticas e sintaxe, compondo-se dos seguintes manuscritos: “Predicação” (Franchi 1997), “Teoria Generalizada dos Papéis Temáticos” (Franchi e Caçado 1997a), “Reexame da Noção de Hierarquia Temática” (Franchi e Caçado 1997b) e “Aplicação da Teoria Generalizada dos Papéis Temáticos: Verbos Psicológicos” (Caçado 1997). Parte desses manuscritos encontra-se disponível e alguns desses temas já foram revisados e desenvolvidos por mim em publicações mais recentes (Caçado 2000a e b; 2001a e b; 2002a e 2002b, em preparação). Aqui é apresentado o manuscrito completo sobre verbos psicológicos, de 1997, com algumas pequenas revisões. Este trabalho ainda mantém as idéias básicas sobre o assunto, e acredito que seja uma boa introdução ao tema. Entretanto, para o leitor que queira aprofundar-se, uma abordagem mais aprimorada está sendo desenvolvida em Caçado 2002b (em prep.), “Psych-Verbs: a Semantic Approach”, levando em consideração os resultados descritos em Caçado 2002a, “A New Approach for the Thematic Hierarchy Principle”.

** Agradeço o apoio financeiro da CAPES e do CNPq.

na posição de objeto, é a ligação de anáforas de uma maneira não usual: a anáfora localizada no sujeito pode ser ligada, ou pode tomar como antecedente, o objeto desse verbo. Neste trabalho, ofereço um tratamento semântico para o comportamento desses verbos, dentro do quadro da *Teoria Generalizada dos Papéis Temáticos*. A *Teoria Generalizada dos Papéis Temáticos* teve seus primeiros fundamentos em Franchi (1975), tomando seu primeiro formato em Franchi (1994a e b) e Cançado (1995a).

Abstract: The so-called psychological verbs (verbs that denote an emotional state and necessarily have an argument interpreted as an experiencer) exhibit an interesting behavior with respect to argument selection and anaphor binding. In the sentences in which these verbs appear, the argument that receives the experiencer theta role may show both in subject and in object position. This choice seems to be optional. A second phenomenon which is of interest is that an anaphor in subject position may be bound by the experiencer in object position. In this paper, I present an analysis of the behavior of these verbs within the framework of the *Generalized Theory of Thematic Roles* as developed in Franchi (1975, 1994a/b), and in Cançado (1995a).

Key words: *psychological verbs, thematic roles, argument selection, anaphor binding*

1. Introdução

Os verbos chamados psicológicos, ou seja, verbos que denotam um estado emocional e têm, obrigatoriamente, um argumento experienciador, apresentam interessantes fenômenos relacionados à seleção argumental. Essa característica levou Cançado (1995a e 1996), a fazer um longo estudo sobre essa classe de verbos, mostrando que alguns dos problemas relativos a eles podem ser resolvidos através de uma abordagem semântica, mais especificamente, a *Teoria Generalizada dos Papéis Temáticos*. Essa teoria teve seus primeiros fundamentos em Franchi (1975), tomando seu primeiro formato em Franchi (1994a e b), Cançado (1995a), Franchi e Cançado (1997a e b) e Franchi (1997). Ultimamente, Cançado vem apresentando novos desenvolvimentos da teoria (*cf.* Cançado 2000a e b; 2001a e b; 2002a, 2002b em preparação). Este artigo tem, pois, a intenção de ilustrar empiricamente essas propostas.

Segundo a literatura na área, os verbos psicológicos apresentam diferentes fenômenos relacionados à organização da estrutura argumental e à ligação de anáforas. Nesses verbos, o argumento que recebe o papel temático de experienciador pode

aparecer tanto na posição de sujeito como na posição de objeto na estrutura superficial, parecendo ser essa escolha aleatória:

- (1) Mário_(exp.) teme fantasmas_(tema).
- (2) Fantasmas_(tema) assustam Mário_(exp.).

Nos exemplos acima, temos que em (1) a pessoa que sofre o estado emocional de medo, o experienciador, é o 'sujeito'; e em (2), a pessoa que sofre o mesmo estado emocional é o 'objeto'. Não se encontram facilmente pares sinônimos de verbos transitivos com essa alternância de argumentos:

- (3) João_(ag.) quebrou o vaso_(tema).
- (4) *O vaso_(tema) ??? João_(ag.).

Um segundo fenômeno, característico somente dos verbos com o experienciador na posição de objeto, é a ligação de anáforas de uma maneira não usual; a anáfora localizada no sujeito pode ser ligada, ou pode tomar como antecedente o objeto desse verbo:

- (5) Estórias sobre si mesma_i agradam muito Maria_i.
- (6) Falatórios sobre si mesmo_i incomodam João_i.

Dentro do quadro da *Teoria da Regência e Vinculação* (Chomsky 1981), pode-se dizer que exemplos como esses violam a condição de c-comando: uma anáfora deve ser c-comandada por seu antecedente. Como afirma a literatura, essa condição funciona, sistematicamente, para outros verbos transitivos, não funcionando apenas para aqueles verbos que têm o experienciador na posição de objeto:

- (7) *Estórias sobre si mesma_i retratam Maria_i muito bem.
- (8) *Falatórios sobre si mesmo_i descrevem João_i melhor que uma biografia.

É devido a esse diferente comportamento que esses verbos têm sido frequentemente objeto de estudo da sintaxe e semântica.¹

2. Propriedades sintáticas dos verbos psicológicos do português brasileiro

Em Cançado (1995a), analisei 300 verbos e a aplicação de algumas propriedades sintáticas que são tratadas pela literatura da área como relevantes para o estudo dos verbos psicológicos,² em um total aproximado de 3000 exemplos. Baseada nesse estudo, mostrei que, diferentemente do que consta da literatura, os verbos psicológicos no português brasileiro se dividem em quatro classes segundo as propriedades sintáticas apresentadas.

2.1 Classe 1

A Classe 1, que apresenta o experienciador na posição de sujeito, tem 48 verbos, representando 16% do total dos verbos estudados, e será representada pelo verbo '*temer*'; é também encontrada na literatura como *fear* ou *temere*.

(9) José_(exp.) teme o cachorro.

As propriedades sintáticas apontadas são: não admitir construções ergativas, admitir a passiva sintática e não admitir a passiva adjetiva, admitir *pro* arbitrário como sujeito e, finalmente, admitir oração causativa encabeçada:

(10) *O cachorro (se) teme.

¹ Ver Postal (1971); Ruwet (1972); Oliveira (1979); Pesetsky (1987); Belletti & Rizzi (1988); Baker (1988); Legendre (1989); Grimshaw (1990); van Voorst (1992); Zubizarreta (1992) e Cançado e Franchi (1999). Ver também análises sobre Grimshaw e Belletti & Rizzi, respectivamente, em Cançado (1995b e 1997).

² Para uma explicação mais detalhada sobre essas propriedades, ver Belletti & Rizzi (1988); Levin (1989); Whitaker-Franchi (1989); Grimshaw (1990) e Cançado (1995a).

- (11) a. O cachorro é temido por José.
b. *O cachorro ficava temido com José.
- (12) Temem o cachorro.
- (13) O amigo faz José temer o cachorro.

Além de *temer*, outros verbos que fazem parte desta classe são: *abominar, admirar, adorar, amar, cobiçar, desejar, detestar, estimar, estranhar, hostilizar, invejar, odiar, menosprezar, reacear, respeitar, subestimar, sublimar, venerar, etc.*

2.2 Classe 2

À Classe 2, que é a mais numerosa, pertencem 130 verbos, 43% do total, e essa pode ser comparada à classe de *preoccupare* ou *frighten*³ encontrada na literatura. Esta classe distingue-se da Classe 1, primeiramente, por apresentar o experienciador na posição de objeto e permitir que uma anáfora contida no sujeito seja ligada ao seu objeto:

- (14) Rosa preocupa a mãe_(exp.) (com sua arrogância).
- (15) Falar de si mesma₁ preocupa a mãe₁.

E também por admitir ergatividade, admitir passiva adjetiva, mas não admitir passiva sintática, *pro* arbitrário como sujeito e, finalmente, não admitir oração causativa encabeçada:

- (16) A mãe (se) preocupava (com a arrogância de Rosa).
- (17) a. A mãe ficava preocupada (com a arrogância de Rosa).
b.*A mãe foi preocupada por Rosa.
- (18) Preocupavam a mãe (com aquela arrogância).
- (19) *O pai fazia Rosa preocupar a mãe.

³ A tradução de *frighten* para o português, *assustar*, não se encaixa na Classe 2, mas sim na Classe 4.

Outros verbos pertencentes a esta classe são: *abalar, aborrecer, acabrunhar, afligir, alucinar, azucrinar, baratinar, chatear, comover, decepcionar, deprimir, encantar, enfeçar, escandalizar, grilar, horrorizar, inquietar, magoar, revitalizar, traumatizar, etc.*

2.3 Classe 3

(20) A polícia acalma a multidão_(exp.) (com seus cassetetes).

A Classe 3, do verbo *acalmar*, não é apontada pela literatura. Os verbos pertencentes a ela, de acordo com a posição do experienciador, e de acordo com os problemas apresentados quanto à ligação de anáforas, deveriam encaixar-se na Classe 2. Mas achei um número suficiente de verbos, 35, 12% do total, que se comportam sintaticamente de uma maneira diferente da dos verbos da Classe 2. As propriedades observadas são: admite construções ergativas, admite a passiva sintática, mas não admite a adjetiva, admite *pro* arbitrário com sujeito e, finalmente, admite causativa encabeçada:

(21) A multidão (se) acalma (com os cassetetes da polícia).

(22) a. A multidão foi acalmada pela polícia.

b. *A multidão ficou acalmada (com os cassetetes da polícia).

(23) Acalmaram a multidão com aquelas ameaças.

(24) O coronel fez a polícia acalmar a multidão.

Também fazem parte desta classe: *abrandar, aplacar, conquistar, derrotar, desenganar, embromar, honrar, humilhar, martirizar, pacificar, provocar, reconfortar, serenar, suavizar, tranquilizar, etc.*

2.4 Classe 4

A classe do verbo *animar*, que representa 29% do total com 90 verbos, também se distingue da Classe 1 por apresentar o experienciador na posição de objeto e permitir a ligação da anáfora contida no sujeito com seu objeto. Segundo a literatura, seria classificada como pertencente à Classe 2. Entretanto, esses verbos aceitam tanto

as propriedades sintáticas atribuídas à Classe 2 quanto as propriedades sintáticas atribuídas à Classe 3, dependendo para isso do evento em questão; por isso, os separei como componentes de uma classe distinta:

(25) Maria animou José (com seus argumentos).

Essa classe aceita a ergatividade, as passivas sintática e adjetiva, o *pro* arbitrário como sujeito, e também a oração causativa encabeçada:

(26) José (se) animou com os argumentos de Maria.

(27) a. José foi animado por Maria.

b. José ficou animado com os argumentos de Maria.

(28) Animaram José com aqueles argumentos.

(29) a. João fez Maria animar José com seus argumentos.

Outros verbos dessa classe são: *alarmar*, *apavorar*, *atormentar*, *consolar*, *desiludir*, *embaraçar*, *entusiasmar*, *fascinar*, *fortalecer*, *importunar*, *influenciar*, *intimidar*, *motivar*, *reanimar*, *etc.*

No quadro geral abaixo, pode-se ver mais claramente o contraste entre as classes e suas respectivas propriedades:

(30)

Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4
<i>temer</i>	<i>preocupar</i>	<i>acalmar</i>	<i>animar</i>
exp.-suj.	exp.-obj.	exp.-obj.	exp.-obj.
-lig. anaf	+lig. anaf	+lig. anaf	+lig. anaf
-erg	+erg	+erg	+erg
+p. sin	+p. adj	+p. sin	+p. sin/+p. adj
+pro	-pro	+pro	+/-pro
+c. enc	-c. enc	+c. enc	+/-c. enc

Concluindo, a Classe 1 distingue-se das Classes 2, 3 e 4 por apresentar o experienciador na posição de sujeito e não permitir o tipo de ligação de anáforas permitido às outras classes. As Classes 2 e 3 vão assemelhar-se quanto à posição do experienciador, ao tipo de ligação de anáforas permitida, à aceitação de construções

ergativas. Distinguem-se, todavia, quanto ao tipo de passivização, aceitação ou não do *pro* arbitrário como sujeito, e aceitação de orações causativas encabeçadas. A Classe 4 admite todas as propriedades das Classes 3 e 4. Portanto, o que se vê é que, diferentemente do que se verifica em outras línguas, o português, segundo certas propriedades sintáticas, separa os verbos psicológicos em quatro classes distintas. Dessa análise, surgem novas questões sobre esses verbos a serem examinadas, além das questões já citadas na literatura.

O que farei a seguir é examinar todas as propriedades relativas aos verbos psicológicos aqui apresentadas, dentro do quadro teórico da *Teoria Generalizada dos Papéis Temáticos*. Mostrarei que algumas propriedades sintáticas, assim como a própria organização argumental das classes, estão diretamente ligadas à estruturação das relações semânticas existentes entre os verbos e seus argumentos.

3. Resumo da *Teoria Generalizada dos Papéis Temáticos*

Antes de passarmos para a análise, faz-se necessário pelo menos um breve resumo da teoria que será utilizada. Entretanto, remeto o leitor sempre aos textos mais elaborados sobre a *Teoria Generalizada dos Papéis Temáticos*, citados na Introdução. Os pressupostos gerais dessa proposta são:

- Assumimos, com Jackendoff (1983, 1987a e b, 1990); Chierchia (1989), e, de certo modo, Dowty (1989 e 1991), e outros, que o sentido das orações é estruturado e sujeito a um tratamento sistemático, constituindo um componente autônomo da teoria gramatical; assim como a sintaxe constitui um outro componente (*cf.* Jackendoff 1990; Culicover and Wilkins 1986, e Culicover 1988).
- Entendemos por autonomia, aqui, que a teoria é elaborada, em cada um desses componentes, com primitivos e operações próprias, em um sistema independente de princípios teóricos.
- Adotamos um princípio de projeção (*cf.* Marantz 1984) da representação semântica sobre a representação sintática, e regras de correspondência (hierarquia temática) entre essas duas representações (Jackendoff 1990).
- cremos, portanto, em que, além de uma semântica referencial, tradicionalmente construída como uma semântica de valores de verdade (ou como uma semântica de situações, como em Barwise e Perry (1983), faz sentido

pensar em uma semântica representacional, ou seja, uma semântica que lida com a estruturação das representações mentais das noções predicativas tais como agente, paciente, etc. (cf. Franchi 1975; Chierchia & Ginet 1990).

- Finalmente, assumimos a noção de Predicação Semântica, tal como formulada em Franchi (1997): “a Predicação (semântica) é, pois, uma relação de sentido entre duas expressões singulares ou, composicionalmente, entre expressões complexas (ou seja, determinada exclusivamente por propriedades semânticas dos itens lexicais e pela composição desses itens), correlata das operações sintáticas”

3.1 Definição de Papel Temático

As relações temáticas, geralmente, estabelecem-se entre um verbo e seus argumentos. Por exemplo:

- (31) Paulo quebrou o vaso com um martelo.

Em (31), o verbo *quebrar* atribui o papel temático de agente a *Paulo* e de paciente a *vaso*. Há autores, como Anderson (1979), Cinque (1980), Torrego (1985), e Giorgi e Longobardi (1991), que estendem essa noção aos sintagmas nominais. Ainda Higginbotham (1985) estende a noção de papel temático aos adjetivos. Diferentemente, Franchi (1994a e 1997) assume que as relações temáticas não só se estabelecem entre todos os itens lexicais (incluindo as preposições), mas também entre expressões complexas; por isso Franchi nomeia a proposta de *Teoria Generalizada dos Papéis Temáticos*. Assumo, juntamente com Franchi, que, entre quaisquer categorias lexicais e mesmo entre expressões complexas, que chamaremos de predicadores, estabelecem-se relações predicativas, que chamaremos de relações temáticas.⁴ Por exemplo, em (31), o predicador complexo *quebrar o vaso com um martelo* atribui o papel de agente a *Paulo*, e somente a partir da composição de *quebrar o vaso com um martelo* podemos necessariamente atribuir agentividade a *Paulo*.

Franchi (1994a) propõe que em uma relação semântica qualquer entre um predicador – seja ele um item lexical ou uma expressão complexa – e seu argumento,

⁴ Sobre uma noção mais detalhada de predicação semântica, ver Franchi (1997).

ambos se caracterizam pelo papel determinado por essa relação: ao papel do predicador chamaremos de “diátese” e ao papel do argumento chamaremos de “papel temático”.

A diátese de um predicador é construída em um esquema relacional complexo em que entram vários argumentos. Essa diátese dependerá do número de argumentos que toma, que distingue, por exemplo, *matar* (cuja rede temática inclui um agente e um paciente) de *morrer* (que inclui somente um paciente). Também dependerá da qualidade dos papéis temáticos associados a seus argumentos; assim, *matar* e *temer* possuem o mesmo número de argumentos, mas se distinguem porque a rede temática de *temer* atribui a seus argumentos os papéis de experienciador e objetivo.

Quanto aos papéis temáticos, vemos que a definição estabelecida ainda se encontra em um nível bastante abstrato, deixando em aberto uma questão empírica: dado um certo predicador, como determinar o conteúdo semântico específico das relações estabelecidas entre ele e seus argumentos?

3.1.1 O Conteúdo Semântico dos Papéis Temáticos

Dowty (1989), informalmente, entende que o conteúdo semântico dos papéis temáticos se define a partir da família de acarretamentos⁵ partilhados por argumentos da mesma posição sintática aberta por um verbo. Reformulando essa proposta parcialmente, Franchi (1994a e 1997) fala de argumentos (de expressões predicadoras) e não de verbos. Primeiro, para incluir nesse termo os itens lexicais que entram em relações predicativas, independentemente da categoria sintática em que se manifestam (nome, verbo, adjetivo/advérbio, preposição); segundo, para dar conta do processo composicional que reconstrói o sentido das expressões complexas. Prosseguindo a definição de Dowty, agora reformulada para predicadores, primeiramente, se define um papel temático individual como sendo o conjunto de todas as propriedades que se podem atribuir ao indivíduo através dos possíveis acarretamentos das expressões predicadoras. Em termos formais, temos:

(32) Papel Temático Individual

⁵ A noção de acarretamentos é dada por: se A é verdade, B é necessariamente verdade (Chierchia e McConnel-Ginet 1990).

Na descrição de um evento, seja um predicado δ de n-posições argumentais ϕ , e um argumento x_i desse predicador referindo-se ao indivíduo participante do evento: um papel temático individual $\langle \delta, i \rangle$ é determinado pelo conjunto de todas as propriedades a que se podem atribuir ao indivíduo t tais que se efetiva o acarretamento

$$[\delta[x_1, \dots, x_i, \dots, x_n] \rightarrow \alpha(x_i)]$$

No exemplo:

(33) João beijou Maria.

Podemos nos referir ao papel temático individual como o conjunto de acarretamentos possíveis atribuídos a João pela expressão predicadora *beijou Maria*. Portanto, se é verdade que *João beijou Maria*, é verdade que:

- (34) a. João tem controle sobre a ação de beijar;
- b. João agiu de um certo modo intencionalmente;
- c. João desencadeou a ação de beijar;
- d. João tem boca;
- e. João tocou Maria; etc.

Em um segundo passo, define-se um papel temático-tipo como sendo uma interseção entre os acarretamentos que são comuns a todos os papéis temáticos individuais de argumentos de diferentes predicadores. Formalmente, temos:

(35) Papel Temático-Tipo

Seja um conjunto T de pares $\langle \delta, i_g \rangle$ em que δ é um predicador de n-posições argumentais e i_g o índice de um de seus argumentos (possivelmente um diferente i para cada predicador): um papel temático-tipo t é a interseção de todos os papéis temáticos individuais determinados por T .

Compare o grupo de verbos abaixo:

(36) João beijou, assassinou, empurrou, atirou...

Em (36), temos a interseção dos acarretamentos comuns atribuídos ao argumento *João* como sendo o papel temático-tipo. Ou seja, o papel temático-tipo, ou somente papel temático daqui para frente, é o conjunto de acarretamentos que são comuns a todos os papéis temáticos individuais do argumento *João* dos diferentes predicadores; por exemplo, ter controle, desencadear um processo, ter iniciativa, etc. Os papéis temáticos assim caracterizados têm, portanto, um caráter derivado e não são termos primitivos da teoria, como o eram nas *Gramáticas de Caso* (Fillmore 1968).

O que tem estatuto teórico são as propriedades acarretadas pela relação dos predicadores e seus argumentos. Termos como “agente”, “paciente”, “experenciador”, etc., dentro dessa perspectiva teórica, são meramente descritivos, e serão usados como uma maneira prática para distinguir os argumentos em uma estrutura semântica. Por exemplo, o papel temático atribuído a *João*, em (13), poderíamos rotular de agente, referindo-nos a certos papéis temáticos prototípicos, mais frequentemente associados a um grande número de predicadores. Pode-se fazer um paralelo desse uso com o que se faz de termos como ‘sujeito’, ‘objeto’, para designar relações estruturais entre um verbo e seus argumentos na representação sintática.

Entretanto, como observa Dowty, a definição de papel temático é dada como a interseção de qualquer conjunto de papéis temáticos individuais. Isso ainda nos deixa um problema: os propósitos teóricos a que visamos pressupõem um sistema de papéis temáticos específicos, ou seja, a caracterização empírica do sistema de papéis temáticos do português brasileiro, relevantes para uma teoria gramatical; temos, pois, que definir esse sistema. Na verdade, temos que definir os acarretamentos que determinam propriedades semânticas dos argumentos que são relevantes para a explicação de certas generalizações gramaticais, como, por exemplo, a ligação entre a semântica e sintaxe, ou seja, a chamada hierarquia temática.

Em Cançado (2002a), baseada em um estudo empírico envolvendo aproximadamente 800 verbos (Cançado 1995a, Moreira 2000 e Silva 2002), proponho que, basicamente, para o português brasileiro temos quatro propriedades relevantes gramaticalmente:

- desencadeador, que é a propriedade acarretada pelo predicador a um de seus argumentos quando ele tem algum papel no desenrolar do começo do processo;
- afetado, que é a propriedade acarretada pelo predicador a um de seus argumentos quando ele muda de um estado A para um estado B;

- estado, que é a propriedade acarretada pelo predicador a um de seus argumentos quando ele não é nem o desencadeador do processo, nem é afetado pelo processo (aí também se encontram os locativos (ver, sobre estativos e locativos, Moreira 2000 e Silva 2002, respectivamente);
- controle, que é a propriedade acarretada pelo predicador a um de seus argumentos quando ele tem a capacidade de começar o processo, interromper o processo, ou interromper o estado. Essa propriedade sempre aparece associada a uma das três listadas acima.

Em resumo, podemos entender o papel temático como sendo um grupo de propriedades acarretadas pela relação do predicador com seu argumento. Esse grupo pode se compor de inúmeras propriedades. Entretanto, somente algumas têm estatuto teórico, ou seja, são relevantes gramaticalmente.

Para o português brasileiro, em uma análise empírica, encontramos quatro propriedades consideradas relevantes gramaticalmente: desencadeador, afetado, estado e controle. Portanto, para a análise dos verbos psicológicos apresentada aqui serão usadas essas quatro propriedades.

4. Uma Análise Teórica para os Verbos Psicológicos

4.1 Rede Temática e Estrutura Sintática

Como já foi mostrado, um dos problemas em relação aos verbos psicológicos, apontado pela literatura, é a inversão dos papéis tema/experienciador na realização sintática. Vejamos, então, como esse problema é tratado dentro da nossa proposta.

4.1.1 Classe 1 – *Temer*

Tomemos, em (37), o exemplo (9):

(37) José teme o cachorro.

O predicador *temer* acarreta a seu argumento *José* que ele está em um determinado estado psicológico. Porém, existem certos eventos psicológicos, como em (37),

que, sintaticamente, se manifestam como o experienciador tendo o controle sobre o estado ou processo em que se encontra. Notem que as sentenças abaixo acarretam controle para o experienciador:

- (38) a. José não vai mais temer cachorros; ele se prometeu.
b. Maria não vai mais amar José; ela se prometeu.

Entretanto, nem sempre o controle está presente em eventos psicológicos desse tipo, reforçando assim a hipótese de que o experienciador é somente uma rubrica para nomear vários tipos de papéis temáticos que têm em comum o acarretamento de estar em determinado estado psicológico; também se reforça a hipótese de que o sentido somente se dá composicionalmente (*amar a festa* tem acarretamentos distintos de *amar Maria*):

- (39) a. Sam amou a festa.
b. *Sam não vai mais amar a festa.

Em relação à posição de complemento, vemos que o argumento-objeto não desencadeia um processo e nem é afetado por um processo, portanto, ele só pode ser um estativo, ou mais especificamente, ele é um objeto em relação ao qual se caracteriza o estado do sujeito. Concluindo, temos que os verbos da Classe 1 têm como representação lexical:

- (40) CLASSE 1: V, { Estado Psicológico (Controle), Objeto Estativo }⁶

4.1.2 Classe 2 – Preocupar

Retomando o exemplo (14), em (41):

- (41) A arrogância de Rosa preocupa a mãe.

⁶ Os parênteses na propriedade de controle indicam a possibilidade da ocorrência, e, não necessariamente, um acarretamento.

O verbo *preocupar* e os de sua classe acarretam ao seu argumento na posição de sujeito a propriedade de ter um papel no desencadeamento do processo, ou seja, ele tem como papel temático a propriedade de ser o desencadeador do processo.⁷ É importante ressaltar que *preocupar* não acarreta para esse argumento qualquer controle sobre esse processo. Na verdade, o controle se encontra no argumento experienciador, localizado na posição de objeto, confirmando a afirmação acima de que certos experienciadores têm controle sobre seus estados ou processos. Podemos ilustrar o possível controle do argumento *a mãe* em (42):

- (42) a. A arrogância de Rosa não vai mais preocupar a mãe; ela, se prometeu.

Além de ser compatível com o controle, o argumento localizado na posição de objeto entra em uma relação de acarretamento com o seu predicador de ser afetado em seu estado psicológico. A representação lexical dos verbos desta classe é:

- (43) CLASSE 2: V, {desencadeador, afetado psicologicamente (controle)}

4.1.3 Classe 3 – *Acalmar*

Os verbos do tipo *acalmar* são apresentados na literatura como pertencentes à classe de *preocupar*. Vimos, porém, que os testes sintáticos mostram que esses verbos formam uma classe bem distinta. Por isso, supus que essa classe também apresentaria

⁷ Diferentemente da proposta aqui apresentada, Belletti e Rizzi (1989) consideram o argumento que ocupa a posição de sujeito em (41) um tema. Cançado (1997) dá razões suficientes para rejeitar essa proposta, sobretudo pelo caráter não específico de tema no uso localista-gerativista. Também Grimshaw (1990) propõe uma análise em dois *tiers*, associando ao papel temático tema na dimensão temática um papel causa na dimensão aspectual. Cançado (1995b) levanta suficientes dúvidas à teoria da proeminência da autora, particularmente, mostrando, além de outros aspectos teóricos, que a natureza da causa encontrada por ela não poderia ser aspectual, e sim, temática. E também que a teoria não consegue distinguir verbos das classes *preocupar* e *acalmar*.

uma rede temática distinta da anterior; o que se confirmou na análise. Vejamos os exemplos:

- (44) a. A polícia acalmou a multidão com seus cassetetes.
- b. Os cassetetes da polícia acalmaram a multidão.
- c. A chegada da polícia acalmou a multidão.

Extraíndo os acarretamentos decorrentes da relação de *acalmar* com o argumento *polícia* em (44)a, vemos que não somente se pode dizer que *polícia* tem papel no desencadeamento do processo, mas ainda que tem controle sobre esse processo. Em (44)b e c, entretanto, vemos que o controle não é um acarretamento presente, e que os acarretamentos presentes são respectivamente ser o instrumento pelo qual se dá o processo e desencadear o processo indiretamente. Portanto, os argumentos na posição de sujeito dos verbos da classe de *acalmar* são necessariamente desencadeadores compatíveis com controle.

Observem que o controle nessa classe encontra-se na posição do sujeito, associado ao desencadeamento do processo, diferentemente da Classe 2, em que o controle encontra-se associado ao experienciador. É importante notar que a compatibilidade do controle com o desencadeador distingue semanticamente (41) de (44). Vejamos:

- (45) a. *Rosa não vai mais preocupar a mãe com a sua arrogância.
- b. *Rosa, com sua arrogância, é que possibilitou/permitiu preocupar a mãe.
- (46) a. A polícia não vai mais acalmar a multidão com seus cassetetes.
- b. A polícia, com sua chegada, é que possibilitou/permitiu acalmar a multidão.

Quanto ao segundo argumento, basta dizer que acarreta ser afetado por um processo, pois nessa classe o controle se encontra no desencadeador; é fácil notar:

- (47) *A chegada da polícia não vai mais acalmar José_i; ele_i se prometeu.

Portanto, temos como representação lexical para a Classe 3:

- (48) CLASSE 3: V, {desencadeador (controle), afetado psicologicamente}

4.1.4 Classe 4 – Animar

E, finalmente, temos a classe dos verbos do tipo *animar*, que possui as propriedades de ambas as classes anteriores. É importante notar que as propriedades se manifestam de acordo com o acarretamento presente. Se temos o acarretamento de estar o desencadeador do processo com controle presente no argumento externo, como em (49)a, abaixo, temos as propriedades da Classe 3, e, portanto, a mesma representação lexical. As sentenças em (49)b e c mostram que o controle está no sujeito desencadeador:

- (49) a. Maria animou José com um chá.
b. Maria não vai mais animar José; ela cansou.
c. *José não vai mais se animar com o chá da Maria; ele se prometeu.

Entretanto, se os acarretamentos presentes no argumento interno forem “ser afetado em seu estado psicológico” e “ter controle sobre esse processo”, como em (50), temos a representação da Classe 2:

- (50) a. A beleza de Maria animou José.
b. A beleza de Maria não vai mais animar José; ele se prometeu.

Isso nos leva a propor a seguinte representação lexical para esta classe:

- (51) CLASSE 4: V, {desencadeador (controle), afetado psicologicamente (controle) }

Em síntese, teríamos as seguintes representações para as quatro classes:

- (52) a. CLASSE 1: V, { estado psicológico (controle), objeto estativo }
b. CLASSE 2: V, {desencadeador, afetado psic. (controle) }

- c. CLASSE 3: V, {desencadeador(controle), afetado psic.}
- d. CLASSE 4: V, {desencadeador (controle), afetado psic. (controle)}

4.1.5 A Hierarquia Temática

Se assumimos a teoria aqui proposta, temos as redes temáticas acima para as quatro classes de verbos psicológicos encontradas no português brasileiro. Constatamos que, ao contrário do que afirma a literatura, os verbos psicológicos não apresentam alternância dos mesmos papéis temáticos na estruturação sintática das várias classes, mas papéis temáticos distintos para cada classe. E, se assumimos um princípio de ligação entre a sintaxe e a semântica, que organize a estruturação das sentenças a partir de propriedades semânticas associadas aos argumentos, chegamos a um resultado bem simples para as diferentes redes temáticas apresentadas pelos verbos psicológicos. Trata-se, na realidade, de estabelecer uma relação entre esses diferentes papéis temáticos e as distintas posições sintáticas que eles adquirem. Deixe-me esclarecer, pois, o princípio que estabelece essa relação sintaxe/semântica, ou seja, o Princípio da Hierarquia Temática.

O Princípio da Hierarquia Temática é assumido na literatura lingüística como sendo o princípio que estabelece a correspondência entre a estrutura semântica, ou papéis temáticos, e a estruturação sintática, ou funções gramaticais. Acredita-se que existe uma ordem hierárquica entre os papéis temáticos que privilegia a posição de sujeito. Muitos foram os estudos sobre a Hierarquia Temática.⁸ Entretanto, os resultados obtidos são bem divergentes entre si, apesar de a hierarquia ser pressuposta universal. Parece-me que esse fato se deve, principalmente, às definições vagas e não rigorosas dos papéis temáticos.

Na busca de um resultado mais rigoroso para a hierarquia, dentro do quadro teórico da *Teoria Generalizada dos Papéis Temáticos*, foi trilhado um longo caminho. O Princípio da Hierarquia Temática teve seus primeiros fundamentos, como já se afir-

⁸ Diferentes propostas e uma vasta argumentação a favor de uma hierarquia temática pode ser vista em Jackendoff (1972), (1976), (1983 e 1990); Fillmore (1968); Anderson (1979); Marantz (1984); Foley & Van Valin (1984); Carrier-Duncan (1985); Grimshaw (1990); Bresnan e Kanerva (1989); Hudson (1992). Uma referência à hierarquia teórica em explicações sintáticas também se têm feito na literatura gerativista; v. por exemplo, Giorgi (1984).

mou, em Franchi (1994b) e Cançado (1995a). Em Franchi e Cançado (1997b), propusemos uma versão ampliada da hierarquia estabelecida somente para os verbos psicológicos em Cançado (1995a). Posteriormente, Cançado (2000a) propôs uma nova versão da hierarquia, utilizando propriedades semânticas, e não mais papéis temáticos, como é o usual na literatura. Essa hierarquia já apresenta um caráter mais rigoroso, pois lida somente com propriedades associadas aos acarretamentos que compõem os papéis temáticos, evitando, assim, as inúmeras e divergentes definições dadas aos papéis temáticos. Em Cançado (2001b), uma nova organização da hierarquia é assumida para o português brasileiro. Parte desse trabalho é baseada em novos dados propostos por Moreira (2000) e Silva (2002). E, finalmente, a hierarquia assumiu sua última versão, mais abrangente, em Cançado (2002a). Apresentarei, aqui, algumas das idéias encontradas em Cançado (2002a), pertinentes para a solução dos problemas relativos aos verbos psicológicos.

O Princípio da Hierarquia Temática estabelece a ligação entre as propriedades inscritas na rede temática de um predicador e as posições sintáticas de argumento interno e externo. Baseando-nos na hierarquia proposta em (53), temos: o argumento de um predicador que tiver como parte de seu papel temático a propriedade mais proeminente na hierarquia vai para a posição de argumento externo (sujeito); o argumento de um predicador que tiver como parte de seu papel temático a segunda propriedade mais proeminente da hierarquia vai para a posição de argumento interno (objeto):

- (53) desencadeador/controlado > desencadeador > afetado/controlado > afetado > estado/controlado > estado

De posse desse princípio, podemos constatar que a organização das redes temáticas propostas para os verbos psicológicos realmente é prevista pela hierarquia em (53). Repetindo (52), temos:

- (54) a. CLASSE 1: V, { estado psicológico (controlado), objeto estativo }
b. CLASSE 2: V, { desencadeador, afetado psic. (controlado) }
c. CLASSE 3: V, { desencadeador (controlado), afetado psic. }
d. CLASSE 4: V, { desencadeador (controlado), afetado psic. (controlado) }

Na Classe 1 temos o estado com controle na posição de sujeito e o objeto estativo, ou seja, estado na posição de objeto. Como é previsto na hierarquia em (53):

(55) José_(estado/controlado) teme o cachorro_(estado).

Para a Classe 2 temos o desencadeador na posição de sujeito e o afetado com controle na posição de objeto. Também como é previsto pela hierarquia:

(56) A arrogância de Rosa_(desencadeador) preocupa a mãe_(afetado/controlado).

A Classe 3 apresenta o desencadeador com controle na posição de sujeito e o afetado na posição de objeto, de acordo com (53):

(57) A polícia_(desencadeador/controlado) acalma a multidão_(controlado).

E, por fim, a Classe 4 que tem um desencadeador com controle na posição de sujeito e afetado na posição de objeto. Ou um desencadeador na posição de sujeito e um afetado com controle na posição de objeto, como previsto pela hierarquia:

(58) Maria_(desencadeador/controlado) anima José_(afetado).

(59) A beleza de Maria_(desencadeador) anima José_(afetado/controlado).

Portanto, dentro da proposta apresentada, os verbos psicológicos não apresentam inversão de tema/experienciador em posições sintáticas diferentes, mas sim diferentes papéis temáticos que seguem uma hierarquia estabelecida para a estruturação sintática das sentenças. Ênfase novamente que, em realidade, o tema é apenas um papel *default*, usado para vários papéis distintos, e que não existe um único papel experienciador, mas diferentes grupos de acarretamentos que têm em comum a propriedade psicológica: estado psicológico com controle, estado psicológico, afetado psicologicamente com controle, afetado psicologicamente.

4.2 Ligação de Anáforas

O segundo problema apresentado na literatura é o fenômeno da ligação excepcional de anáforas, tratado extensamente em Cançado e Franchi (1999). Vejamos um exemplo:

(60) Estórias sobre si mesma, preocupam/acalmam/animam Maria,

Em (60), temos o reflexivo que está vinculado a um complemento-experienciador, sem que entre anáfora e antecedente se estabeleça uma relação de comando. Esta possibilidade está limitada aos verbos das Classes 2, 3 e 4. Este fato foi a motivação mais forte da proposta de Belletti e Rizzi (1989) para os verbos psicológicos. Mas, na realidade, com a análise dos dados do português, o que ficou claro é que a ligação excepcional da anáfora não tem qualquer relação com o fato de o verbo ser psicológico. Vejamos, então, alguns exemplos que corroboram essa afirmação:

(61) A consciência de si próprio ajuda muito o professor.

(62) A severa disciplina consigo mesmo torna Paulo um professor autoritário.

(63) A insegurança em si mesmo levou João à falência.

(64) A excessiva confiança em si mesmo custou a vida de Sam.

O que aproxima essas orações aos verbos das Classes 2, 3 e 4, é o fato de o argumento-sujeito se caracterizar tematicamente como desencadeador. Estivemos tentados a propor uma hipótese explorando a proeminência do desencadeador na Hierarquia Temática. Mas essa hipótese não resistiu aos contra-exemplos. Há outros predicadores que podem selecionar um sintagma complexo na posição de sujeito, sem que lhe seja associada a propriedade semântica de desencadeador:

(65) A confiança em si mesmo é a virtude mais evidente de João.

(66) O descuido consigo mesmo se inclui entre os vários defeitos de Sam.

(67) As estórias sobre si mesmo têm a aprovação do vaidoso mestre.

Dada a enorme variedade dos papéis temáticos envolvidos, qualquer hipótese que envolva uma noção como a de Hierarquia Temática não se sustentaria, remetendo-nos assim de volta à teoria da vinculação para explicar a ligação excepcional da anáfora. Como, porém, não estão envolvidas as propriedades específicas dos verbos psicológicos, não tentarei aqui uma solução, pois estaria fora do escopo deste trabalho.

4.3 *Outras Propriedades Sintáticas*

4.3.1 *Ergativização*

A ergativização é uma propriedade sintática que ocorre com verbos transitivos diretos, assim como a passiva, em que o sujeito da sentença é omitido, deixando vaga a primeira posição argumental, e levando para essa posição o argumento interno; note-se que, para haver esse processo, é necessário que o evento descrito permaneça o mesmo, sendo omitido apenas o agente desse evento. Entretanto não são todos os verbos transitivos que apresentam tal propriedade. Vejamos os exemplos abaixo:

- (68) a. José quebrou o vaso de barro.
b. José encheu o vaso de barro com terra vegetal.
c. José modelou um vaso de barro.
d. José colocava o vaso de barro na estante.
- (69) a. O vaso de barro quebrou.
b. O vaso de barro encheu com terra vegetal.
c. *O vaso de barro modelou.
d.* O vaso de barro colocou.

A sintaxe não tem nenhuma explicação para as não-ocorrências em (c) e (d). Revendo a hipótese de Whitaker-Franchi (1989) dentro do quadro teórico aqui apresentado, o que barra as frases em (69)c e d são as seguintes condições semânticas:

- a ergativização não é possível quando o verbo tem como propriedades acarretadas (necessariamente) para seu argumento externo ser desencadeador do processo com controle;

- ela só ocorre quando o argumento interno tem como propriedade acarretada ser afetado pelo processo.

Retomemos as redes temáticas das classes estudadas:

- (70) a. CLASSE 1: V, {estado psicológico (controle), objeto estativo}
- b. CLASSE 2: V, {desencadeador, afetado psic. (controle)}
- c. CLASSE 3: V, {desencadeador (controle), afetado psic.}
- d. CLASSE 4: V, {desencadeador (controle), afetado psic. (controle)}

Aplicando essas restrições às classes estudadas, podemos prever que a Classe 1 não permite o processo de ergativização pois não tem um afetado na posição de argumento interno:

- (71) *José se teme.

A Classe 2 permite a ergativização segundo a sua rede temática, pois tem um afetado na posição de argumento externo e não tem um desencadeador com controle na posição de argumento externo:

- (72) A mãe (se) preocupa.

A Classe 3 também permite a ergativização segundo a sua rede temática, pois tem um afetado na posição de argumento interno e não necessariamente tem um desencadeador com controle na posição de argumento externo:

- (73) A multidão (se) acalma.

A Classe 4, como é a ocorrência das duas últimas classes, obviamente também aceita a ergativização:

- (74) José (se) animou.

Portanto, pelo exposto, podemos prever a partir da ocorrência de certas propriedades semânticas na rede temática dos predicadores, a possibilidade ou não de ocorrência do processo de ergativização.

4.3.2 Passivas

Imaginemos que, por razões discursivas ou pragmáticas, se deseje alterar a Hierarquia Temática, ou para alterar a topicalidade dos argumentos, ou para tornar implícito o argumento tematicamente proeminente. A morfologia e a sintaxe nos oferecem o recurso da construção passiva analítica, utilizando-se do particípio passado adjetival e de um verbo auxiliar, suporte das categorias funcionais de tempo, aspecto, como “ser”, “ficar” etc.

No caso dos verbos psicológicos, as Classes 1, 2, 3 e 4 mostram diferente aceitabilidade dessas construções. Voltemos aos exemplos:

- (75) a. O cachorro é temido por José.
b. *O cachorro ficou temido por José.
- (76) a. *A mãe é preocupada por Rosa.
b. A mãe ficou preocupada com Rosa.
- (77) a. A multidão é acalmada pela polícia.
b. *A multidão ficou acalmada com a polícia.
- (78) a. José é animado por Maria.
b. José ficou animado com Maria.

Como explicar esses contrastes? A impossibilidade da passiva sintática com verbos da classe *preocupar* foi associada por Belletti & Rizzi (1988) à hipótese do sujeito derivado: é conhecido que sujeitos derivados não aceitam a passiva. Entretanto, Cançado (1997) mostra, com argumentos bastante sólidos, que a hipótese do sujeito derivado não pode ser mantida. Além disso, se se reduz as Classes 3 e 4 ao tipo *preocupar*, como é habitualmente feito, essa hipótese não explicaria a admissão da passiva sintática em (77)a e (78)a, nem explicaria o comportamento contrastivo que se nota com a passiva adjetival, opondo as Classes 1 e 3 às Classes 2 e 4.

Seguindo a análise, a hipótese é que existem relações de ordem semântica para que ocorra o processo morfológico de passivização: quando o papel temático do argumento externo acarretar controle ou desencadeamento direto do processo,⁹ teremos a passiva. Como no caso dos verbos das Classes 1, 3 e 4 que ocorrerá o processo de passivização.¹⁰ Ao contrário, na classe do verbo *preocupar*, em que a passiva sintática não é permitida, o argumento externo não acarreta o controle sobre o processo, nem o desencadeamento direto do processo. Vejamos alguns fatos que reforçam essa hipótese. Primeiramente, ilustremos com algumas sentenças que aceitam a passiva:

- (79) a. Rosa quebrou a jarra com um martelo.
b. A jarra foi quebrada por Rosa.
c. O vento quebrou a roseira.
d. A roseira foi quebrada pelo vento.

Em (79) a, o argumento externo *Rosa* em composição com o adjunto *um martelo* acarreta o controle do processo; portanto, temos a passiva em b. Já em c, o argumento externo *o vento* não acarreta o controle, mas acarreta desencadear o processo diretamente; o que também licencia a passiva, como é o caso de d.

Agora, vejamos exemplos em que a passiva não pode ser licenciada. Alguns verbos estativos, que selecionam um sujeito objeto estativo que não acarreta controle, não admitem a passiva:

- (80) a. A elaboração desta tese me custou alguns anos de esforço.
b. *Alguns anos de esforço me foram custados pela elaboração desta tese.

⁹ Podemos pensar em desencadeador direto como aquele em que não existe mediação de uma ação, processo, ou mesmo um estado entre o causador e o causado (i). Por outro lado, se houver alguma mediação entre a causa e o causado, temos uma causa indireta (ii) (veja Shibatani 1976):

- (i) O sol queimou a plantação.
(ii) Falar muito levou Maria à ruína.

¹⁰ Essa não é a única condição semântica para que ocorra o processo de passivização. Moreira (2000) mostra que alguns verbos estativos também aceitam a passiva.

Uma argumentação também interessante pode ser mostrada com um papel como o beneficiário, que tem um comportamento similar ao do experienciador. Alguns deles não são compatíveis com controle, e não admitem a passiva. Vejam a interpretação das orações em (81):

- (81) a. O fazendeiro mereceu os cem alqueires de terra.
b. *Cem alqueires de terra foram merecidos pelo fazendeiro.

Entretanto, vários argumentos-beneficiários são compatíveis com traços de controle. E admitem passiva:

- (82) a. O rapaz recebeu a mercadoria esperada.
b. A mercadoria esperada foi recebida pelo rapaz.

Observem, porém, que a ausência presumida de controle torna muito estranha a construção passiva:

- (83) a. Sam recebeu uma rasteira do colega.
b.??? A rasteira foi recebida do colega por Sam.

Entretanto, torna-se bem aceitável se um adjunto reintroduz, composicionalmente, a pressuposição de controle:

- (84) A rasteira foi recebida do colega, por Sam, como uma prova de amizade.

Também seria o caso dos exemplos abaixo. A sentença *a* em que o sujeito não acarreta controle, não licencia a passiva; já em *b*, o sujeito acarreta controle, conseqüentemente, ocorre a passiva:

- (85) a. João possui uma casa.
b. *A casa é possuída por João.
c. O diabo possuiu o homem.

d. O homem foi possuído pelo diabo.

Mesmo alguns verbos transitivo-ativos, quando se empregam em contextos restritos em uma interpretação causativa e de não controle, têm passivas muito estranhas ou perdem essa interpretação na passiva:

- (86) a. Esses alunos ainda vão me matar com essas besteiras.
b. ?? Eu ainda vou ser morto por esses alunos com essas besteiras.

- (87) a. João quebrou a janela com o empurrão que o irmão lhe deu.
b. ?? A janela foi quebrada por João com o empurrão que o irmão lhe deu.

4.3.3 Causativas Encabeçadas e pro Arbitrário

Observem que, como as passivas, o critério de admissão ou não das causativas encabeçadas e o critério de admissão ou não de um *pro* arbitrário estabelecem a mesma divisão em classes dos verbos psicológicos – de um lado os verbos das Classes 1, 3 e 4, de outro os verbos da Classe 2. Tendemos, pois, a pensar que o mesmo critério para a admissão e restrição da passiva está em jogo, ou seja, acarretar o controle ou a causação direta. Vejamos, pois, se essa é a direção correta.

Sobre o critério das causativas encabeçadas, vejamos os exemplos:

- (88) a. Paulo fez José temer o cachorro.
b. O tenente fez a polícia acalmar a multidão.
c. Paulo fez Maria animar José.

Podemos dizer que as orações acima parecem muito melhores que:

- (89) ?? O pai fez Rosa preocupar a mãe.

O envolvimento do acarretamento de controle associado ao argumento externo parece confirmar-se com o contraste entre:

- (90) a. Paulo fez o rapaz receber as mercadorias.
b. ?? Paulo fez Sam receber uma rasteira dos colegas.
c. A ira fez o diabo possuir o homem.
d. *A ira fez o homem possuir uma casa.

O que podemos concluir dos exemplos acima é que, seguindo a passiva, as construções causativas encabeçadas dependem restritivamente do acarretamento controle atribuído ou não às construções envolvidas.

Já no caso da admissão ou exclusão do *pro* arbitrário, isto é, de um sujeito indeterminado marcado pela flexão verbal da 3a. pessoa do plural, a razão parece ser outra. Primeiro, é preciso observar que ausência de controle pode ser minimizada em contextos muito específicos (lingüísticos e situacionais). Observem-se os exemplos, contextualizados para facilitar a compreensão:

- (91) Os interlocutores ouvem um ruído no andar superior e um deles enuncia:
a. Caíram lá em cima.
b. Eu avisei que estão num chão muito liso lá em cima.

Nem o predicador *cair lá em cima*, nem *estar em um chão muito liso* acarretam controle do argumento paciente ou objeto-estativo, embora compatíveis com um sujeito animado. Entretanto, nesse contexto restrito, as duas orações são possíveis, devendo, porém, interpretar-se necessariamente como sendo [+animado] ou introduzir no contexto um certo grau de controle: “eles, quem quer que seja, deveriam ter levado em conta meu aviso”.

Não é diferente o caso dos verbos do tipo *preocupar*. Obviamente, o fato de associarmos ao seu argumento externo somente a propriedade de ser um desencadeador tem como consequência a limitação do emprego de um *pro* arbitrário a contextos muito restritos. A propriedade semântica necessariamente em jogo é, porém, a de poder interpretar-se o sujeito indeterminado como animado:

- (92) Não fizeram nada para nós na comissão; só preocuparam mais a gente com tantas novas exigências.

5. Conclusão

Este artigo teve a intenção de mostrar que, usando uma teoria semântica como a *Teoria Generalizada dos Papéis Temáticos*, podemos resolver os possíveis problemas atribuídos à classe dos verbos chamados psicológicos. Mostrei que, se usarmos uma definição mais rigorosa de papéis temáticos, não vamos encontrar uma inversão dos papéis temáticos de tema/experienciador nas realizações sintáticas desses verbos, mas sim distintos papéis temáticos que obedecem a hierarquia para a sua projeção sobre a sintaxe. Em realidade, os papéis de tema e experienciador são apenas etiquetas descritivas, sem nenhum rigor teórico. O Tema é um papel *default*, facilmente substituível por vários outros papéis em uma análise mais rigorosa dos papéis temáticos. E o experienciador é uma etiqueta que reúne vários papéis temáticos que têm a propriedade “estado psicológico” em comum. Em relação à ligação excepcional de anáforas, como já havia sido mostrado em Cançado e Franchi (1999), não se trata de um problema exclusivo dos verbos psicológicos, como aponta a literatura. Mostramos que existem várias outras classes semânticas de verbos do português brasileiro que também aceitam esse tipo de ligação. Empiricamente, também ficou evidenciado que não existem apenas duas, mas quatro classes de verbos psicológicos para o português brasileiro. Além disso, pudemos constatar a relação entre propriedades sintáticas e propriedades semânticas. Por exemplo, a ergativização, passivização e causativas encabeçadas são processos sensíveis às propriedades semânticas de afetação e desencadeamento com controle. Também, o licenciamento de um *pro* arbitrário na posição de sujeito depende da propriedade ser animado. Portanto, o que vemos com os dados e análises aqui mostrados é que uma proposta de semântica autônoma, como a *Teoria Generalizada dos Papéis Temáticos*, é inteiramente viável do ponto de vista empírico.

Referências

- Anderson, M. 1979. *Noun Phrase Structure*. [Doctoral Dissertation]. University of Connecticut.
- BAKER, M. 1988. *Incorporation: A Theory of Grammatical Function Changing*. Chicago/London: University of Chicago Press.
- BARWISE, J. & J. Perry. 1983. *Situations and Attitudes*. Cambridge: MIT Press.

- BELLETTI, A. & L. Rizzi. 1988. "Psych Verbs and Theta-Theory". *Natural Language and Linguistic Theory* 6: 291-352.
- BRESNAN, J. & J. Kanerva. 1989. "Locative Inversion in Chichewa: a Case Study of Factorization in Grammar". *Linguistic Inquiry* 20: 1-5.
- CANÇADO, M. 1995a. *Verbos Psicológicos: A Relevância dos Papéis Temáticos Vistos sob a Ótica de uma Semântica Representacional*. [Tese de Doutorado]. Campinas: UNICAMP.
- _____. 1995b. "A Teoria da Proeminência de Grimshaw e os Psico-Verbos do Português Brasileiro". *DELTA* 11:2. 279-299.
- _____. 1996. "Verbos Psicológicos: Análise Descritiva dos Dados do Português Brasileiro". *Revista de Estudos da Linguagem* 4: 1.
- _____. 1997. "Os Psico-Verbos do Português Brasileiro e a Hipótese Inacusativa de B&R: Indícios para uma Proposta Semântica". *DELTA* 13: 1. 119-139.
- _____. 2000a. "O Lugar da Semântica em uma Teoria Gramatical". *Estudos Linguísticos* 29: 67-78.
- _____. 2000b. "O Papel do Léxico em uma Teoria dos Papéis Temáticos". *DELTA* 16: 2. 297-321.
- _____. 2001a. "Uma Revisão da Teoria Generalizada dos Papéis Temáticos". [Manuscrito em Viotti e Negrão (Eds.), em preparação].
- _____. 2001b. "A Hierarquia Temática e o Português Brasileiro". [Manuscrito submetido à publicação]. Rutgers University/UFMG.
- _____. 2002a. "A New Approach for the Thematic Hierarchy Principle". [Manuscrito submetido à publicação]. Rutgers University/UFMG.
- _____. 2002b (em preparação). "Psych-verbs: A Semantic Approach". [Manuscrito]. Rutgers University/UFMG.
- CANÇADO, M. & C. Franchi. 1999. "Exceptional Binding with Psych-Verbs?". *Linguistic Inquiry* 30: 1. 133-143.
- CARRIER-DUNCAN. 1985. "Linking of Thematic Roles in Derivational Word Formation". *Linguistic Inquiry* 16: 1. 1-34.
- CHIERCHIA, G. 1989. "Structured Meanings". *Properties, Types and Meaning. Studies in Linguistic and Philosophy 2 (Semantic Issues)* ed. por Chierchia, Hall-Partee e Turner, 131-166. Dordrecht: Kluwer.
- CHIERCHIA, G. & McConnell-Ginet. 1992. *Meaning and Grammar: An Introduction to Semantics*. Cambridge: MIT Press.
- CHOMSKY, N. 1981. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris.

- CINQUE, G. 1980. "On Extraction from NP in Italian". *Journal of Italian Linguistics* 5: 47-99.
- CULICOVER, P. W. 1988. "Autonomy, Predication, and Thematic Relations". *Syntax and Semantics* 21 (*Thematic Roles*) ed. por W. Wilkins, 37-61. New York: Academic Press.
- CULICOVER, P. W. & W. Wilkins. 1986. "Control, PRO, and the Projection Principle". *Language* 62:120-153.
- DOWTY, D. R. 1989. "On the Semantic Content of the Notion of Thematic Role". *Properties, Types and Meaning. Studies in Linguistic and Philosophy* 2 (*Semantic Issues*), ed. por Chierchia, Hall-Partee e Turner, 69-129. Daordrecht: Kluwer.
- _____. 1991. "Thematic Proto-Roles and Argument Selection". *Language* 67: 547-619.
- FILLMORE, C. 1968. "The Case for Case". *Universals in Linguistic Theory*. ed. por E. Bach e R. Harms. New York: Holt, Rinnehart and Winston.
- FOLEY, W. A. & R. D. Van Valin Junior. 1984. *Functional Syntax and Universal Grammar*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FRANCHI, C. 1975. *Hipóteses para uma Teoria Funcional da Linguagem*. [Tese de Doutorado]. Campinas: IEL-UNICAMP.
- _____. 1994a. "Anotações sobre a Teoria Generalizada dos Papéis Temáticos". [Manuscrito]. Campinas: UNICAMP.
- _____. 1994b. "Anotações sobre o Princípio da Hierarquia Temática". [Manuscrito]. Campinas: UNICAMP.
- _____. 1997. "Predicação". [Manuscrito]. Campinas: UNICAMP.
- FRANCHI, C. e M. Caçado. 1997a. "Teoria Generalizada dos Papéis Temáticos". [Manuscrito]. Campinas/Belo Horizonte: UNICAMP/UFMG.
- _____. 1997b. "Reexame da Noção de Hierarquia Temática". [Manuscrito]. Campinas/Belo Horizonte: UNICAMP/UFMG.
- GIORGI, A. 1984. "Toward a Theory of Long Distance Anaphors: A GB Approach". *Linguistic Review* 3: 307-361.
- GIORGI, A. & Longobardi. 1991. *The Syntax of Noun Phrases*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GRIMSHAW, J. 1990. *Argument Structure*. Cambridge: MIT Press.
- HIGGINBOTHAM, J. 1985. "On Semantics". *Linguistic Inquiry* 16: 547-593.
- HUDSON, R. 1992. "Raising in Syntax, Semantics and Cognition". *Thematic Structure. Its Role in Grammar*. ed. por I. M. Rocca, 175-198. New York: Foris.

- Jackendoff, R. 1972. *Semantic Interpretation in Generative Grammar*. Cambridge: MIT Press.
- _____. 1976. "Toward an Explanatory Semantic Representation". *Linguistic Inquiry* 7: 89-150.
- _____. 1983. *Semantics and Cognition*. Cambridge: MIT Press.
- _____. 1987a. *Consciousness and Computational Mind*. Cambridge: MIT Press.
- _____. 1987b. "The Status of Thematic Relations in Linguistic Theory". *Linguistic Inquiry* 18: 369-411.
- _____. 1990. *Semantic Structures*. Cambridge: MIT Press.
- LEGENDRE, G. 1989. "Inversion with Certain French Experiencer Verbs". *Language* 65: 752-782.
- LEVIN, B. 1989. *Towards a Lexical Organization of English Verbs*. Evanston: Northwestern University.
- MARANTZ, A. P. 1984. *On the Nature of Grammatical Relations*. Cambridge: MIT Press.
- MOREIRA, C. 2000. *Princípio de Ligação Sintaxe/Semântica: Construções Estativas*. Dissertação de Mestrado. UFMG.
- OLIVEIRA, M. E. M. 1979. *Syntaxe des Verbes Psychologiques du Portugais*. [Tese de Doutorado, reeditada em *Textos de Linguística* 7. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa em 1984]. Université de Paris VII.
- PESETSKY, D. 1987. "Binding Problems with Experiencer Verbs". *Linguistic Inquiry* 18: 126-140.
- POSTAL, P. 1971. *Cross Over Phenomena*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- RUWET, N. 1972. "A Propos d'une Classe de Verbes Psychologiques". *Théorie Syntaxique et Syntaxe du Français*. Paris: Editions du Seuil.
- SHIBATANI, M. 1976. "The Grammar of Causative Constructions: a Conspectus". *Syntax and Semantics* 6 (*The Grammar of Causative Constructions*) ed. por Masayoshi Shibatani, 37-61. New York: Academic Press
- SILVA, E. 2002. *Construções Locativas e a Hierarquia Temática*. [Dissertação de Mestrado]. Belo Horizonte: UFMG.
- TORREGO, E. 1985. "On Empty Categories in Nominals". [Manuscrito]. Cambridge: University of Massachussets.

- VAN VOORST, J. 1992. "The Aspectual Semantics of Psychological Verbs". *Linguistics and Philosophy* 15: 65-92.
- WHITAKER-FRANCHI, R. C. M. 1989. *As Construções Ergativas: Um Estudo Sintático e Semântico*. [Dissertação de Mestrado]. Campinas: UNICAMP.
- ZUBIZARRETA, M. L. 1992. "The Lexical Encoding of Scope Relations among Arguments". *Syntax and Semantics: Syntax and the Lexicon*. ed. por E. Wehrli T. Stowell, 211-258. New York: Academic Press.

Sobre o efeito de definitude nas sentenças existenciais*

Evani Viotti
(Universidade de São Paulo)

Resumo: Uma característica das sentenças existenciais que tem sido extensivamente discutida na literatura gerativista é o 'efeito de definitude'. Construções existenciais não parecem aceitar um NP definido na posição pós-verbal das suas 'codas'. Semântica, Sintaxe e Pragmática têm proposto explicações para o fato, cada uma dos seus respectivos pontos de vista. O procedimento mais comum é admitir, por princípio, a não-gramaticalidade de NPs definidos na posição pós-verbal dos existenciais, desenvolver uma explicação para isso e, finalmente, tentar acomodar os não-assim-tão-raros casos de NPs definidos que, de fato, ocorrem nas codas das sentenças existenciais. Até agora, os argumentos apresentados para esses casos 'excepcionais' não são muito convincentes.

* Grande parte da pesquisa que fundamentou este trabalho foi feita com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo no. 99/10354-5, como parte de meu pós-doutoramento realizado no Instituto dos Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Versões anteriores deste trabalho foram apresentadas no *Workshop sobre Quantificação*, realizado na Universidade de São Paulo, em 2000, no *I Colóquio do Projeto Português Europeu-Português Brasileiro*, realizado na Universidade de Coimbra em 2000, e no *VII Congresso Internacional de Linguística Cognitiva*, realizado na Universidade da Califórnia em Santa Barbara (2001). Agradeço à audiência desses eventos pelos comentários e sugestões. Agradeço ainda a Leland McCleary pela leitura atenta dos manuscritos, pelas críticas e sugestões, e pela ajuda com a literatura relativa às questões relacionadas com o discurso. Em especial, agradeço a Carlos Franchi, *in memoriam*, a orientação cuidadosa que ele me deu no começo da pesquisa, a enorme lista de referências bibliográficas e as trocas de idéias que tivemos enquanto foi possível. É desnecessário dizer que os erros e falhas deste trabalho são de minha inteira responsabilidade.

tes. Uma análise realizada sobre um *corpus* de Português Brasileiro na sua modalidade oral, atestou que mais de 20% de sentenças existenciais apresentava um definido, ou um NP fortemente quantificador na posição pós-verbal. Neste artigo, eu começo por assumir que definidos são possíveis em sentenças existenciais. Com isso em mente, investiguei as razões pelas quais seu uso em sentenças existenciais é mais restrito do que no caso do indefinidos.

Abstract: A feature of existential sentences which has been extensively discussed in the literature is the definiteness effect. Existentials do not seem to accept a definite NP in the post-verbal position of their codas. Explanations have been given within semantic, syntactic, and pragmatic perspectives. Most work on the topic assume the ungrammaticality of definite NPs in the post-verbal position of existentials as a fact, develop an explanation for it, and, last, attempt to accommodate the not-so-rare cases of definite NPs which do appear in the codas of existential sentences. The accounts given so far for these ‘exceptional’ cases are not very convincing. Based on an analysis of a *corpus* of spoken Brazilian Portuguese, which has attested that over 20% of existential sentences showed a definite or strongly quantified NP in post-verbal position. In this paper I begin by acknowledging that definites are possible in existential sentences. With that in mind, I have investigated the reasons why their use in existentials is more restricted than that of indefinites.

Keywords: *existential sentences, definiteness effect, file-change semantics, topic continuity.*

1. Introdução

Uma das questões que mais se discute na literatura sobre sentenças existenciais é o “efeito de definitude”. Sentenças existenciais parecem exibir uma restrição contra a presença de sintagmas nominais definidos em posição pós-verbal, como mostram as sentenças em (1):

- (1) a. Tem/ Há um menino no jardim.
- b. Tem/ Há o menino no jardim.

Muitas explicações têm sido dadas para essa característica dentro de diferentes perspectivas. Milsark (1974, 1977); Barwise & Cooper (1981); Keenan (1987); McNally

(1977), entre outros, apresentaram soluções semânticas para o efeito de definitude exibido pelas sentenças existenciais. Safir (1985, 1987) e Belletti (1988) trataram o fenômeno de um ponto de vista sintático. Várias explicações pragmáticas também têm sido oferecidas – Lumsden (1988), Abbott (1993), Ward & Birner (1985) e muitos outros – mas essas explicações parecem não ter causado muito impacto no âmbito da Gramática Gerativa.

Neste trabalho, não vou comentar essas propostas em detalhes. O único traço comum a todos esses trabalhos que quero mencionar aqui é o fato de todos assumirem como categórica a agramaticalidade de sentenças existenciais construídas com sintagmas definidos em posição pós-verbal. Conseqüentemente, os inúmeros casos em que sintagmas nominais definidos de fato aparecem em posição pós-verbal têm que ser acomodados dentro de modelos feitos especificamente para excluí-los.

O resultado disso é que as explicações não se mostram muito convincentes. Neste trabalho, pretendo explorar o tema da definitude em existenciais, assumindo que sintagmas definidos são possíveis na posição pós-verbal de sentenças existenciais. Com isso em mente, investigo as razões pelas quais seu uso em sentenças existenciais é mais restrito do que o de sintagmas nominais indefinidos.

O trabalho se divide em três partes. Na primeira, duas teorias sobre a definitude são apresentadas: a de Hawkins (1978) e a de Heim (1982). Na segunda parte, passo a investigar a função semântico-pragmática das sentenças existenciais e sua relação com sua estrutura sintática. O objetivo dessa parte é mostrar que a função semântico-pragmática das sentenças existenciais incentiva – mas não exige – o uso de sintagmas indefinidos como complemento do verbo.

Na terceira parte, mostro que as duas propostas sobre definitude, desenvolvidas sobre bases teóricas diferentes, combinadas com a sugestão feita sobre a função semântico-pragmática das sentenças existenciais, explicam porque indefinidos são preferíveis no contexto de sentenças existenciais. Essa combinação de idéias mostra, também, porque o uso de definidos é mais restrito, mas, mesmo assim, possível. Para ilustrar, apresento e analiso exemplos de sentenças existenciais do Português Brasileiro construídas com sintagmas nominais definidos em posição pós-verbal.

Antes de continuar, um esclarecimento se faz necessário. A literatura sobre o efeito de definitude considera que a restrição se aplica a NPs precedidos por determinantes definidos, como artigos definidos, pronomes possessivos, pronomes demonstrativos, e pelo que se denomina na literatura de quantificadores fortes, como

todo, todos os, cada, a maioria de, etc. Portanto, as explicações fornecidas para o fenômeno devem, em princípio, dar conta da agramaticalidade causada pela presença tanto de um artigo definido, quanto de um quantificador distributivo como *cada*. Por razões que ainda não estão claras para mim, não me parece que esse fenômeno possa ser tratado de maneira unitária.¹ Da mesma maneira que eu pretendo mostrar que os problemas das sentenças existenciais que têm sintagmas introduzidos pelo artigo definido em posição pós-verbal resultam da combinação de imposições sobre a definitude per se com a função pragmática dessas sentenças, é possível que, em muitos casos, o desvio apresentado por sentenças existenciais cujo sintagma pós-verbal é introduzido por um quantificador forte seja causado, ao menos parcialmente, pela falta de cumprimento a alguma exigência imposta por cada um dos quantificadores. Portanto, optei por estudar cada caso separadamente. Neste trabalho, trato exclusivamente do efeito de definitude detonado pelo uso do artigo definido.

PARTE 1

2. Definitude

São inúmeras as análises do fenômeno da definitude. Neste trabalho, vou me concentrar em duas delas: a de Hawkins (1978) e a de Heim (1982).

2.1 Hawkins: locação e inclusão

A análise de Hawkins sobre a definitude tem como base as noções de locação e de inclusão. A locação é uma versão mais refinada do conceito de familiaridade desenvolvido pela gramática tradicional; e a inclusão se relaciona ao conceito de *uniqueness*, ligado à semântica do artigo definido. A noção de locação é a que mais de perto interessa para os fins deste trabalho.

Segundo Hawkins, o artigo definido é usado como uma instrução para que o ouvinte localize o referente de um sintagma nominal definido em um conjunto de

¹ Ver Heim (1982) para uma proposta contrária à idéia comum no campo da semântica formal de que definidos e indefinidos devem ser tratados como expressões quantificadas.

conhecimento compartilhado. A noção de conjunto de conhecimento compartilhado é relacionada à idéia de que o falante e o ouvinte compartilham o conhecimento de que um dado referente está localizado em um dado conjunto. A seguir, estão exemplos de conjuntos compartilhados:

- (2) discursos anteriores entre o falante e o ouvinte:
O Rui me falou de um filme muito bom que estreou ontem. Você quer ver o filme comigo hoje mais tarde?
- (3) a situação de enunciação imediata:
(em uma situação em que o saleiro pode ser visto pelo falante e pelo ouvinte)
Passa o saleiro pra mim, por favor.
- (4) a situação ampla de conhecimento geral compartilhado:
Eu te encontro na escola amanhã.
- (5) os elementos associados a um referente:
Eu comprei um carro novo recentemente. Ele é legal, mas a direção faz um barulho irritante.
Muito importante é o fato apontado por Hawkins de que outras instâncias de conjunto compartilhado podem ser estabelecidas por modificadores presentes dentro do sintagma nominal:
- (6) orações relativas:
Por que é que a Ciça tá triste? O exame que ela fez hoje parece que foi muito difícil.
- (7) Sintagmas associativos:
Eu me lembro do começo da ditadura muito bem.
- (8) complementos do nome:
Tá todo mundo chateado com o fato de que futebol brasileiro vai de mal a pior.
- (9) modificadores do nome:
A Paula gosta muito da cor lilás.

(10) modificadores “não-explanatórios”:

O João e a Maria compartilham os mesmos segredos.

Deve-se observar que, apesar de a noção de conjunto compartilhado ser bastante vaga e não ter sido claramente definida por Hawkins, se não houver um jeito de esse conjunto ser acessado, sintagmas nominais definidos mencionados pela primeira vez em um discurso tornam a sentença ininterpretável. Se nós retirarmos das sentenças (6) a (10) os modificadores nominais que serviam para estabelecer o conjunto de conhecimento compartilhado, os sintagmas nominais definidos não vão poder ser interpretados, se estiverem sendo mencionados pela primeira vez no discurso:

(6) Por que a Ciça tá triste? # O exame foi difícil.

(7) # Eu me lembro do começo.

(8) # Tá todo mundo chateado com o fato.

(9) # Eu adoro a cor.

(10) # O João e a Maria compartilham os segredos.

Um outro ponto importante abordado por Hawkins diz respeito à relação entre a locação em um conjunto de conhecimento compartilhado e a referência indefinida. Para estabelecer uma referência indefinida, o ouvinte não é instruído a não localizar o referente em um conjunto compartilhado. A referência indefinida é neutra a essa respeito. A localização de um referente indefinido em um conjunto compartilhado é uma questão pragmática. Em uma sentença como (11) abaixo, o referente é localizável em um conjunto compartilhado. Em uma sentença como (12), essa localização não é possível:

(11) O piloto perdeu uma perna no acidente.

(12) O Pedro achou uma nota de 100 reais na rua ontem.

2.2 Heim: definitude e a semântica de file-change

Heim (1982) cria um modelo semântico-pragmático que associa formas lógicas não só a condições de verdade mas também a condições de felicidade. Esse modelo ficou conhecido como “semântica de *file-change*”. Dentro desse modelo, Heim

desenvolve uma teoria sobre a definitude que estabelece um tratamento formal para as noções basicamente informais, vistas no item anterior.

Em uma conversa entre duas pessoas, o ouvinte está permanentemente tentando entender o que o falante diz. O ouvinte tenta, de todas as maneiras, extrair e reter a informação contida no enunciado do falante. Para que o ouvinte execute essa tarefa, metaforicamente falando, ele constrói e atualiza um arquivo que, em todos os momentos da conversação, contém toda a informação que o falante transmitiu. Nesse cenário, do ponto de vista do ouvinte, a presença de um artigo indefinido diante de um sintagma nominal faz com que ele adicione uma nova ficha ao arquivo. Diferentemente, a presença de um artigo definido faz com que o ouvinte atualize uma ficha velha.

Do ponto de vista do falante, a questão que se coloca é outra. Ela diz respeito às condições semânticas e pragmáticas que determinam a escolha entre um artigo definido e um indefinido. Essa escolha é baseada na noção de familiaridade: a definitude assinala que o referente de um sintagma nominal é um referente com o qual o ouvinte já está familiarizado, naquele ponto da conversação; e a indefinitude assinala que um referente novo ou não familiar está sendo introduzido no discurso. Para Heim, a idéia da manutenção dos arquivos mencionada acima – para cada indefinido, adiciona-se uma nova ficha ao arquivo, e para cada definido, atualiza-se uma ficha velha – é simplesmente uma maneira diferente de entender as noções de familiaridade e novidade.

No modelo de Heim, cada arquivo é caracterizado em termos de dois parâmetros. O primeiro é o parâmetro dos conjuntos de satisfação, que compreendem as entidades estabelecidas na conversação e a relação entre elas. O segundo, que é de maior interesse para este trabalho, é o do domínio do arquivo – $Dom(F)^2$ – que é o conjunto dos números das fichas de um arquivo. A adição de uma ficha em um arquivo pode ser definida como segue:

Definição (1): da mudança de F para F' envolve a adição de um número de ficha i se $i \notin Dom(F)$ e $i \in Dom(F')$.

Observe-se que, por essa definição, as condições para que uma nova ficha seja adicionada não estão ligadas à definitude. Entretanto, Heim observa que a definitude

² $Dom(F)$ é a simplificação da expressão em inglês “*domain of a file*”.

vai ter um papel, ainda que indireto, na questão da adição de uma nova ficha ao arquivo.

Primeiramente, vamos ver como se define um sintagma nominal indefinido: é um sintagma que, na forma lógica, cuja enunciação está sendo considerada, recebe um índice n que é um índice diferente dos índices de todos os sintagmas nominais que tenham precedido NP_n no texto do qual aquela forma lógica é uma parte.³ Como o arquivo ainda não tem uma ficha de número n , a enunciação da forma lógica que contém NP_n vai requerer que uma nova ficha seja adicionada ao arquivo. Portanto, porque um indefinido é necessariamente novo em relação à forma lógica do texto em que ele ocorre, seu índice ainda não está no arquivo antes de ele ser enunciado. Conseqüentemente, uma nova ficha com aquele índice vai ser adicionada ao arquivo.

Com essa idéia em mente, é possível definir o que é novo e familiar em relação a um arquivo:

Definição (2): a ocorrência de um NP em uma forma lógica cujo índice é i é nova com respeito a um arquivo se $i \notin \text{Dom}(F)$.

Definição (3): a ocorrência de um NP em uma forma lógica cujo índice é i é familiar com respeito a um arquivo se $i \in \text{Dom}(F)$

As definições (2) e (3) são a base da condição de novidade/familiaridade, que é a condição de felicidade para o uso de definidos e indefinidos, e que se define como a seguir:

Definição (4): suponha que algo seja enunciado sob a leitura representada por ϕ , e que o arquivo anterior à enunciação seja F . Então, para cada NP_i em ϕ , deve ser o caso que:

- a) $i \in \text{Dom}(F)$ se NP_i é definido e
- b) $i \notin \text{Dom}(F)$ se NP_i é indefinido

Se não for assim, a enunciação não é feliz sob a leitura ϕ .

³ NP é a sigla que corresponde a *noun phrase*, do Inglês, e que passo a usar aqui para substituir a expressão *sintagma nominal*, com o intuito de seguir bem de perto o formalismo de Heim.

Entretanto, existem muitos usos de definidos, em particular de descrições definidas, nas quais o definido introduz um novo referente no discurso. Portanto, um mecanismo se faz necessário para que, nos casos em que a condição de novidade/familiaridade é violada, as enunciações com definidos novos-nos-discursos se tornem felizes. Esse mecanismo de acomodação é um ajuste do arquivo, que é detonado pela violação da condição de felicidade, e que consiste na adição de uma ficha que contenha informação suficiente para remediar a infelicidade.

Imagine-se a enunciação de uma sentença como (13):

(13) Cuidado com o cachorro!

Suponha-se um arquivo F com $i \notin \text{Dom}(F)$. Quando (13) é enunciada, há uma violação da condição de novidade/familiaridade, e a enunciação é infeliz. Se nenhuma acomodação ocorrer, a mudança do arquivo não continua. Se, por outro lado, a opção de acomodação for feita, F é ajustado para F' , que contém uma nova ficha i com informação do tipo “é um cachorro em algum lugar aqui perto”. A enunciação agora é feliz com respeito ao arquivo F' , e a mudança de arquivo se processa a partir daí.

Quando uma nova ficha de arquivo passa pela operação de acomodação, ela deve ser ligada por referências cruzadas a alguma ficha já presente no arquivo. Essas referências cruzadas formam “pontes” que conectam novos referentes de discurso a referentes já existentes.

Em conclusão, quando um sintagma nominal indefinido é enunciado, a simples adição de uma nova ficha ao arquivo é suficiente para satisfazer a condição de novidade/familiaridade. Por outro lado, quando um novo NP definido é enunciado, para burlar a infelicidade causada pela violação da condição de novidade/familiaridade, o mecanismo da acomodação deve ser aplicado, e uma nova ficha vai poder ser adicionada, contendo as referências cruzadas necessárias à interpretação do NP definido.

2.3 Conclusão da Parte 1

As duas teorias apresentadas nesta parte mostram que a definitude, por si só, impõe condições para seu uso. Dentro do modelo de Hawkins, para que o uso do artigo definido seja licenciado, é necessário que haja um conjunto de conhecimento

compartilhado entre falante e ouvinte, de modo que o referente do sintagma nominal introduzido pelo artigo definido possa ser localizado dentro desse conjunto. Sem isso, o uso de um artigo definido, em qualquer contexto, pode causar resultados anômalos. Um fato importante apontado por Hawkins é o de que uma das possibilidades de conjunto de conhecimento compartilhado, talvez a maior, é o discurso anterior. Na Parte 2, vamos ver que as sentenças existenciais não acessam informação do discurso anterior com facilidade. Portanto, uma vez que o definido em posição pós-verbal de sentenças existenciais não pode contar com esse conjunto de conhecimento compartilhado para estabelecer sua referência, sua presença nesse contexto sintático fica dificultada.

Na Parte 2, vamos ver que as sentenças existenciais tendem a ser enunciadas em início de discurso. Portanto, NPs que nela aparecem tendem a ser novos-no-discurso. Nos termos de Heim, um sintagma definido introduzido pela primeira vez em um discurso viola a condição de novidade-familiaridade, tornando a sentença não agramatical, mas infeliz. Em alguns casos, é possível acomodar esse novo sintagma definido, por meio do estabelecimento de conexões com outras informações já disponíveis no arquivo. Nesse sentido, pode-se explicar como, apesar de restrita, existe a possibilidade de uso de sintagmas definidos em posição pós-verbal de sentenças existenciais.

PARTE 2

3. A função semântico-pragmática das sentenças existenciais

Muito tem sido dito sobre a função semântico-pragmática das sentenças existenciais. Para alguns, sua função é predicar ou asseverar a existência de uma entidade ou estado-de-coisas (Milsark 1974, 1977; Enç 1991). Outros dizem que sua função não é a de estabelecer uma predicação de existência no sentido de “existência em um mundo real”. Para esses, sentenças existenciais estabelecem a existência de uma entidade no discurso – ou seja, sentenças existenciais introduzem um “referente de discurso”⁴ (Abbott 1993; Kambrecht 1994). Existe ainda um grande debate sobre o status

⁴ O termo “referente de discurso” (*discourse referent*) deve-se a Karttunen (ver Karttunen, 1976).

desse referente de discurso: ele precisa ser novo? Novo em relação ao ouvinte ou novo em relação ao discurso? (Prince 1981, 1992; Ward & Birner 1995, 1997; Abbott 1997).

Novamente, não vou tecer comentários específicos sobre nenhuma dessas propostas neste trabalho. Apesar de, intuitivamente, concordar com esses autores que sentenças existenciais introduzem novas entidades ou referentes no domínio do discurso, não me parece que seja correto afirmar que introduzir novos referentes do discurso seja a função pragmática exclusiva das sentenças existenciais. Afinal, introduzir novas entidades no discurso é algo que qualquer sentença pode fazer. Tomemos, como exemplo, uma sentença declarativa como (14), em sua primeira menção no discurso:

(14) Eu vi um homem atravessando a rua.

Nessa sentença, o referente do NP *um homem* está sendo introduzido no discurso pela primeira vez. É claro que essa sentença tem outras funções que não a de introduzir um novo referente no discurso, como estabelecer uma relação de predicação entre o verbo *ver* e seu objeto direto, e, possivelmente, estabelecer uma predicação secundária entre a sentença gerundiva *atravessando a rua* e o NP *um homem*. Mas, de um jeito ou de outro, ela também introduz um novo referente no discurso.

A meu ver, a função pragmática das sentenças existenciais vai além da introdução de um novo referente no discurso. Sentenças existenciais convidam o ouvinte para tomar, como parte do universo de interpretação, algum elemento ou estado de coisas que não tenha sido considerado antes, ou para enfatizar algum referente de discurso já mencionado, de maneira a fazê-lo dominar o discurso subsequente. Essa função pragmática tem sido chamada de 'função apresentacional' (Hetzron 1975; Franchi, Negrão & Viotti 1998). Em outras palavras, sentenças existenciais trazem uma instrução sobre o que o ouvinte deve levar em consideração no processo de interpretação da sentença, e sobre como fazer essa interpretação.⁵

⁵ Reuland (1987) sugere que as sentenças existenciais requerem condições diferentes para a avaliação de seu valor de verdade. Assim, para se computar o valor de verdade de uma sentença declarativa como (i),

Para muitos autores⁶, a função apresentacional das sentenças existenciais é o que exige que o sintagma nominal na posição pós-verbal dessas sentenças traga informação nova para o discurso. Como, em muitas línguas, informação nova é, em geral, marcada gramaticalmente por meio do artigo indefinido, explica-se, assim, o fato de que, em sentenças existenciais, predominam sintagmas nominais indefinidos na posição que segue imediatamente o verbo.

A conclusão dessa linha de raciocínio parece correta, mas o percurso para se chegar até ela, a meu ver, requer um pouco mais de elaboração. Como já dito, uma sentença existencial instrui o ouvinte a assumir, como parte do universo de interpretação, algum referente que não estava sendo considerado anteriormente, ou enfatiza algum referente já mencionado. Nada indica que esses referentes precisem, necessariamente, trazer informação nova. Como aponta Hetzron, a função apresentacional não exige que a coda⁷ de uma sentença existencial contenha algum constituinte que traga, em si, informação nova. A 'novidade' é inerente à conexão dos elementos que constituem a coda, ou, mais precisamente, a 'novidade' está no fato de que esses elementos foram colocados juntos.

Portanto, tratar o efeito de definitude como consequência direta e exclusiva da função pragmática das sentenças existenciais é contar apenas uma parte da história. Eu gostaria de sugerir que, para que se tenha a outra parte da história, se deva explo-

-
- (i) Algumas estrelas são amarelas.

deve-se acessar o conjunto das estrelas e determinar se algumas delas têm a propriedade de serem amarelas. Por outro lado, uma sentença existencial como (ii),

- (ii) Olha, tem/há uma estrela ali que é amarela.

não pode ter seu valor de verdade avaliado em relação a um modelo de interpretação que estava em vigor antes de a sentença ser enunciada. O que a enunciação de (ii) faz é fornecer uma instrução para o ouvinte para que ele substitua o velho modelo de interpretação, em que, presumivelmente não havia estrelas, por um novo modelo, em que há uma estrela, que tem a propriedade de ser amarela. Embora, à primeira vista, a explicação oferecida por Reuland pareça capturar a mesma idéia que estou sugerindo como função das sentenças existenciais, a meu ver, uma explicação sobre as sentenças existenciais em termos de condições de verdade parece muito constrangedora, no sentido de que ela não leva em consideração a relação entre a estrutura da informação e a forma sintática da sentença.

⁶ Ver as discussões em Prince (1981, 1992); Ward & Birner (1995), entre outros.

⁷ 'Coda' é o termo cunhado por Milsark (1974, 1977), para designar a parte de uma sentença existencial que segue o verbo.

rar a idéia de que o impacto que a função pragmática das sentenças existenciais tem sobre a definitude do sintagma nominal pós-verbal é mediado por sua estrutura sintática.

Como visto acima, sentenças existenciais são um meio de que os falantes de uma língua dispõem para organizar o discurso e para estabelecer como devem ser entendidas as condições de produção e interpretação discursivas. Mas as línguas têm outros meios para realizar essa função. Esses meios podem ter natureza puramente discursiva, podem envolver a prosódia, e assim por diante.⁸ Portanto, não se pode dizer que essa função seja exclusiva das sentenças existenciais. O que se pode dizer é que as sentenças existenciais são, sim, um exemplo da atuação da sintaxe como mecanismo de organização e explicitação, no nível da sentença, de alguns dos complexos relacionamentos entre as entidades introduzidas no discurso.

Nas sentenças existenciais de grande parte das línguas SVO, a posição de sujeito é ocupada por um expletivo como *there* (Inglês), *il* (Francês), ou por uma categoria vazia sem conteúdo semântico (Português,⁹ Espanhol), como mostram os exemplos a seguir:

- (15) a. There was a friend of mine in the audience.
- b. Il y avait un ami à moi au publique.
- c. Ø Tinha um amigo meu na platéia.
- d. Ø Habia un amigo mío en la platea.

A estrutura sintática das sentenças existenciais se mostra, portanto, altamente marcada, quando comparada com a estrutura sintática de sentenças declarativas simples – comumente chamada de ‘tópico-comentário’, em que o ‘tópico’ corresponde ao sujeito e o ‘comentário’ corresponde ao predicado (o verbo, seus complementos e adjuntos). Supondo-se que a relação entre tópico e sujeito esteja pelo menos parcialmente correta, o fato de elas não terem sujeito é uma forte sugestão de que elas não têm ‘tópico’.¹⁰

⁸ Para maiores detalhes, ver Franchi, Negrão & Viotti (1998) e Viotti (1999), (2001).

⁹ Em Viotti (1999), seguindo os termos do Programa Minimalista (*cf.* Chomsky 1995), propus que, em Português Brasileiro, não é necessário postular-se um expletivo nulo. Nas sentenças existenciais, a posição de sujeito nem precisa ser projetada.

¹⁰ Lambrecht (1994) observa que uma das possibilidades de definição de tópico é aquilo a que se refere a sentença ou proposição. Nesse sentido, a definição de tópico fica

Como se sabe, a literatura sobre a noção de ‘tópico’ é bastante extensa e analisa a questão sob diferentes pontos de vista, muitas vezes conflitantes. Não posso me deter sobre essas questões neste trabalho. Assumo, sem maiores discussões, o tratamento dado ao assunto por Givón (1979, 1983), que se baseia na noção de continuidade discursiva. Para Givón, a continuidade está intimamente ligada às noções de predizibilidade e de processabilidade. Em outras palavras, continuidade relaciona-se a graus de pressuposicionalidade e a graus de acessibilidade. Simplificadamente, pode-se dizer que o que é contínuo é mais predizível, por ter alto grau de participação no conjunto de pressuposições que vem sendo construído no discurso. O que é contínuo é também mais fácil de ser processado, porque é mais acessível ao ouvinte, justamente por ter alto grau de pressuposicionalidade.

Para Givón, qualquer referente do discurso é considerado um tópico. Entretanto, os vários tópicos se diferenciam pela maior ou menor continuidade que eles têm no discurso. Portanto, de acordo com Givón, não se pode a priori correlacionar o tópico com um ou outro constituinte de uma sentença. Entretanto, possivelmente por questões de processamento, em línguas SVO, o constituinte que aparece no início da sentença tende a ser um constituinte com um alto grau de continuidade discursiva. Conseqüentemente, nesse tipo de língua, o sintagma que ocupa a posição de sujeito tende a denotar o referente que tem maior continuidade discursiva.

Uma observação importante se faz necessária. Grande parte da literatura sobre o assunto, diferentemente de Givón, só chama de ‘tópico’ o referente de discurso que, em um determinado contexto, tem o maior grau de continuidade. Ou seja, o ‘tópico’ é, em geral, correlacionado com um único referente de discurso que é o referente mais predizível e acessível para o ouvinte. De maneira geral, esse referente é aquele que traz informação velha ou pressuposta. Seguindo essa corrente, daqui em diante, eu passo a chamar de ‘tópico’ (entre aspas) o referente com maior grau de continuidade discursiva.

muito parecida com a definição tradicional de sujeito. Entretanto, tópicos não são necessariamente sujeitos gramaticais, nem sujeitos gramaticais são necessariamente tópicos, pelo menos em grande parte das línguas SVO. Uma das evidências usadas por Lambrecht vem de uma sentença como *My car broke down*, em que o NP *my car* recebe o acento primário da sentença. Nesse caso, o sujeito é o foco da sentença, e não o tópico. Ver Lambrecht (1994:137)-143, para mais exemplos de sujeitos que não são tópicos.

Dando continuidade ao que vinha sendo dito sobre a tendência de o 'tópico' aparecer na posição mais à esquerda de uma sentença, o que se pode assumir é que, em línguas SVO, a posição de sujeito é a posição *default* para a realização sintática da informação mais contínua, ou do 'tópico'. Ou, como Lambrecht (1994:132) sugere, em inglês e outras línguas SVO, sujeitos podem ser considerados 'tópicos não-marcados'.¹¹

Uma evidência para essa idéia pode ser encontrada na maneira como sentenças cujas estruturas sintáticas não são marcadas com relação à estrutura da informação são interpretadas na ausência de um contexto. Lambrecht comenta que, quando falantes de uma língua SVO ouvem ou lêem uma sentença na ordem canônica SVO isoladamente, eles tendem a interpretá-la como uma sentença do tipo tópico-comentário. Imaginemos que ouçamos uma sentença como (16) fora de contexto:

(16) Nazistas rasgam pôsteres contra a guerra.

A primeira interpretação que vem à mente é a interpretação genérica. Por essa interpretação, o referente do sujeito é considerado o elemento sobre o qual a proposição expressa uma verdade aceita genericamente, qual seja a de que nazistas são pessoas que geralmente rasgam ou destroem pôsteres contra a guerra. Entretanto, se ficarmos sabendo que essa sentença foi escrita à mão sobre um pôster contra a guerra na América Central em reação a um atentado para remover um desses pôsteres, essa primeira interpretação não-marcada é rejeitada. O ouvinte ou leitor passa, então, a interpretar o referente do sujeito como uma expressão de foco, e a sentença passa a ser lida como 'pessoas que destroem pôsteres contra a guerra são nazistas', ou 'só nazistas rasgam pôsteres contra a guerra'. Para Lambrecht, o fato de, sem um contexto, tendermos, em um primeiro momento, a interpretar a sentença (16) como uma proposição a respeito dos nazistas mostra que referentes

¹¹ É importante observar que o fato de se fazer uma correlação entre 'tópico' e a posição estrutural de sujeito (SpecTP) não significa que essa seja a única posição inicial da sentença que é ocupada por referentes de discurso com maior grau de continuidade. Existem os 'tópicos da periferia esquerda', que ocupam uma posição dentro de uma projeção A-barra, como TopP, sugerida por Rizzi (1997). Tanto quanto os 'tópicos' em posição de SpecTP, em termos de organização discursiva, os 'tópicos da periferia esquerda' da sentença têm sido considerados como referentes de discurso aos quais foi dada uma considerável continuidade.

que ocupam a posição sintática de sujeito tendem a ser interpretados como tópicos, em línguas SVO.

Passemos, agora, às sentenças existenciais de línguas SVO, apresentadas nos exemplos em (15). Como visto, nessas sentenças a posição de sujeito ou aparece vazia, ou é preenchida por um expletivo sem conteúdo semântico. Considerando-se

- (i) que existe uma correlação forte entre ‘tópico’ e posição de sujeito;
- (ii) que ‘tópico’ é um referente de discurso com alto grau de continuidade; e
- (iii) que as sentenças existenciais não têm sua posição de sujeito preenchida por nenhum referente,

pode-se pensar que o que essa estrutura sintática faz é causar uma descontinuidade no discurso ou uma quebra no fluxo normal de informação.

A continuidade discursiva é um fator-chave para a organização das entidades do discurso e para o estabelecimento de relações entre elas. É por meio de certas marcas de continuidade que o falante mostra o que ele está assumindo ser informação que o ouvinte já conhece, ou que ele acredita que o ouvinte está pronto para assumir como já conhecida¹². Ao mesmo tempo, é pelo contraste com esse tipo de informação, que o falante marca, e o ouvinte processa, aquilo que deve ser entendido como informação nova. Portanto, a estratégia-padrão de organização e processamento de discurso se baseia no jogo de contraste que se faz entre informação contínua e informação não-contínua.

Tanto quanto Lambrecht, para quem a posição de sujeito é a posição não-marcada do ‘tópico’, Givón (1979) sugere que a posição de sujeito de uma sentença declarativa neutra tende a ser o ‘ponto de continuidade’ (*the continuity point*) ou o fio pelo qual são feitas as asserções nos discursos naturais. Portanto, quando uma sentença é construída sem sujeito, como uma sentença existencial, o falante mostra que ele está se afastando da estratégia-padrão de organização discursiva, e quebrando as expectativas que o ouvinte tem sobre o fluxo normal de informação. Mais especificamente,

¹² Lambrecht 1994:52 define esse estado de coisas como ‘pressuposição pragmática’: “*The set of propositions lexicogrammatically evoked in a sentence which the speaker assumes the bearer already knows or is ready to take for granted at the time the sentence is uttered*”. Para uma discussão a respeito da conceituação de pressuposição, ver Abbott (2000).

o falante está rompendo a continuidade. Com isso, ele está sinalizando para o ouvinte que aquilo que vai ser dito na sentença existencial e a relação entre os referentes lá contidos devem ser interpretados como uma contribuição nova ao discurso.¹³

Ao optar por uma estrutura sintática marcada pela inexistência de um sujeito com conteúdo semântico, o falante está também sinalizando para o ouvinte que ele não está assumindo que os sintagmas nominais na posição pós-verbal dessa sentença sejam considerados como contínuos pelo ouvinte, de modo a que sua referência possa ser buscada no contexto de discurso precedente.

Como consequência da quebra de continuidade discursiva, marcada sintaticamente pela falta de um sujeito com conteúdo semântico, as sentenças existenciais apresentam as seguintes características:

- (i) sua distribuição mais freqüente é em posição inicial de discurso, o que indica que elas são usadas, em geral, em contextos discursivos em que o falante assume um grau mínimo de conhecimento compartilhado entre ele e seu interlocutor (Givón 1979:72);
- (ii) o uso de sintagmas nominais indefinidos na posição pós-verbal de sentenças existenciais é altamente preferível a sintagmas definidos, justamente porque o falante tende a não assumir nada sobre a familiaridade do ouvinte com o referente desse sintagma nominal. Para Givón (1979:66), no que diz respeito à pressuposicionalidade discursiva, as sentenças existenciais são o tipo de sentença menos marcado.

¹³ Como já dito a propósito da noção de Hetzron sobre a função apresentacional, não é necessário que os referentes discursivos contidos em uma sentença existencial sejam, por si só, novos em relação ao discurso, ou novos em relação ao ouvinte. A novidade da asserção está no fato de que alguma relação nova, ou não esperada, foi estabelecida entre referentes discursivos.

3.1 Conclusão da Parte 2

Sentenças existenciais têm como função pragmática instruir o ouvinte a levar em consideração algumas entidades ou estados de coisa que não estavam sendo considerados anteriormente. Para que elas façam isso, elas apresentam uma sintaxe marcada, em que a posição de sujeito não é ocupada por um constituinte com conteúdo semântico. Como a posição de sujeito é a posição 'não-marcada' de tópico ou 'ponto de continuidade', a falta de um constituinte semanticamente pleno nessa posição causa uma descontinuidade no discurso e uma quebra no fluxo de informação. Isso traz duas conseqüências. Primeiro, sentenças existenciais tendem a ocorrer em início de discurso. Segundo, quando não em início de discurso, o acesso à informação que vinha sendo construída antes de sua enunciação é dificultado. Vê-se, assim, como o sintagma nominal definido em posição pós-verbal de uma sentença existencial tem mais dificuldade para acessar a informação do discurso anterior, que poderia lhe servir ou como um conjunto de conhecimento compartilhado para que sua referência fosse estabelecida, ou como fichas que pudessem ser usadas para acomodar a violação da condição de novidade-familiaridade causada pela introdução de uma descrição definida nova-no-discurso.

PARTE 3

4. A combinação das exigências sobre a definitude e a função pragmática das sentenças existenciais

4.1 A teoria de definitude de Hawkins e as sentenças existenciais

A teoria de Hawkins é relevante para a análise de sentenças existenciais que apresentam um sintagma nominal definido como complemento do verbo porque mostra que, para que descrições definidas estabeleçam uma referência, elas precisam satisfazer certas exigências independentemente do contexto sintático em que elas aparecem. Uma dessas exigências é a necessidade de que haja um conjunto de conhecimento compartilhado entre falante e ouvinte, e que o falante coloque o referente da descrição definida dentro desse conjunto. Assim, como primeira menção, um NP definido em uma sentença declarativa simples como (17) não pode receber uma interpretação porque não existe um conjunto de

conhecimento compartilhado entre falante e ouvinte no qual a descrição definida por ser localizada:

(17) O livro apresenta pontos interessantes de uma nova teoria gramatical.

Imaginemos, agora, que no discurso anterior, o falante tivesse dito algo como:

(18) Eu comprei um livro novo ontem.

Nesse caso, e sendo (17) enunciada na seqüência da enunciação de (18), o NP definido de (17) poderia receber uma interpretação, porque o discurso anterior criou o conjunto de conhecimento compartilhado necessário para que a descrição definida seja propriamente localizada, e para que sua referência seja determinada.

Lembrem-se, agora, de que, na Parte 2, foi visto que sentenças existenciais quebram a continuidade discursiva. Desse modo, a informação introduzida pelo sintagma nominal pós-verbal é, de certa forma, isolada das informações contidas no discurso corrente. Em conseqüência, seu grau de pressuposicionalidade discursiva é muito baixo. Portanto, para que os sintagmas nominais complemento do verbo de existenciais sejam interpretados, o ouvinte tende a recorrer exclusivamente à informação contida na própria sentença existencial, não acessando, de maneira geral, a informação do discurso anterior.

Um sintagma nominal indefinido é sempre compatível com essa exigência. Lembrem-se de que um indefinido pode ser localizado em um conjunto compartilhado, mas essa não é uma condição necessária para sua interpretação. No caso dos nomes definidos, a situação é diferente. Se não houver um conjunto compartilhado, vai ser impossível estabelecer-se a referência do NP definido. Entretanto, como visto, o discurso anterior não é a única possibilidade de se estabelecer um conjunto de conhecimento compartilhado entre falante e ouvinte. A situação da enunciação, o conhecimento geral, e conjuntos associativos podem ser usados para esse fim.

Imaginemos, por exemplo, uma situação de enunciação em que alguém está procurando, em um dicionário antigo, uma palavra recentemente criada, obviamente sem sucesso. Notando isso, alguém pode dizer uma sentença como (19):

- (19) Tem o dicionário novo na prateleira de cima! Por que você tá usando o velho?

Nesse caso, a situação imediata da enunciação é suficiente para que um conjunto de conhecimento compartilhado seja estabelecido. O referente do NP *o novo dicionário* é localizado dentro desse conjunto compartilhado, e a descrição definida pode ser apropriadamente interpretada no contexto de uma sentença existencial.

Mas a maioria dos casos que ilustram o uso de NPs definidos em sentenças existenciais apresentam um conjunto de conhecimento compartilhado estabelecido dentro do próprio NP, como no caso das sentenças (6)-(10) acima. Observem-se os exemplos em (20):

- (20) a. Tem o contorno de um rosto humano por trás dessa pintura.
b. Tem o homem perfeito para a Ciça na minha turma de pós-graduação.
c. Tinha o ator de que a Ana gosta naquele filme.
d. Tinha as mesmas pessoas de sempre na minha festa.

Nessas sentenças existenciais, o próprio sintagma nominal fornece informação que serve como conjunto de conhecimento compartilhado para que a referência da descrição definida se estabeleça.

Em conclusão, nenhuma regra especial da gramática é necessária para descartar descrições definidas da posição pós-verbal de sentenças existenciais. Os casos inaceitáveis se verificam pela convergência de dois fatores independentes: sintagmas definidos precisam de um conjunto de conhecimento compartilhado entre falante e ouvinte para que sua referência seja estabelecida; e sentenças existenciais, por sua sintaxe, quebram a continuidade do discurso, de tal modo que o acesso ao discurso anterior à enunciação da sentença existencial fica dificultado, impossibilitando, em geral, que esse discurso anterior sirva como conjunto de conhecimento compartilhado para o estabelecimento da referência do sintagma definido.

4.2 A teoria de definitude de Heim e as sentenças existenciais

Relembrando o que foi visto na Parte 2 acima, a distribuição mais freqüente de sentenças existenciais é em posição inicial de discurso. Em termos de uma semântica de *file-change*, isso significa que a enunciação de uma sentença existencial vai causar a abertura de um novo arquivo. Tomemos uma sentença como (21):

(21) Tem um homem assistindo a um jogo de futebol.

Antes da enunciação da existencial, o estado inicial do arquivo era F_0 . Com a enunciação da sentença existencial, duas fichas são inseridas no arquivo. Na Ficha 1, há a seguinte informação: “é um homem e está assistindo a 2”. Da Ficha 2, consta a seguinte informação: “é um jogo de futebol e está sendo assistido por 1”.

No caso da enunciação de (21), a mudança do arquivo acontece naturalmente, já que a sentença contém apenas sintagmas indefinidos. Como visto na Parte 1, quando um sintagma indefinido é enunciado, a simples inclusão de uma ficha nova satisfaz a condição de novidade-familiaridade estabelecida na Definição 4. Com sintagmas definidos, a situação é diferente. Considere-se a sentença (22):

(22) Tem o homem assistindo ao jogo de futebol.¹⁴

Dentro do modelo de Heim, essa sentença é infeliz porque ela não satisfaz os requerimentos da condição de novidade-familiaridade. Lembrem-se de que, de acordo com essa condição, um NP definido só pode receber uma interpretação feliz se ele é entendido como parte de um arquivo que já existia antes da enunciação. Como se trata de uma sentença existencial, esse arquivo não existe, e o NP definido não pode ter uma interpretação feliz. Será que o mecanismo de acomodação pode salvar essa enunciação? A possibilidade que eu vejo é a de começar pela interpretação do NP_p, ligando a nova ficha que contém a descrição do NP diretamente à situação de enunciação (ou a uma ficha que contenha a sua descrição). Desse modo, teríamos

¹⁴ Apesar de essa sentença parecer mal-formada à primeira vista, parece-me que ela pode ser bem aceita em um contexto em que uma mulher está procurando alguém para ajudá-la a carregar algo pesado. Alguém pode dizer para ela: “Tem o homem assistindo ao jogo de futebol. Por que você não pede ajuda pra ele?”.

uma ficha 2 do arquivo criado pela enunciação da sentença existencial, contendo a seguinte informação: “é um jogo de futebol e está acontecendo neste momento”. A interpretação do NP, pode agora ser conectada à informação da ficha 2. Uma ficha de número 1 seria inserida no arquivo para representar esse NP, contendo a seguinte informação: “é um homem e está assistindo ao jogo de futebol (ficha 2)”. Com isso, a referência dos dois NPs definidos da sentença (21) pode ser estabelecida por acomodação, e a infelicidade causada pela introdução de sintagmas definidos pela primeira vez em um discurso é remediada.

No caso de uma sentença como (19), repetida aqui por conveniência, novamente a acomodação poderia ser feita pela conexão com a situação de enunciação, ou com uma ficha que contivesse sua descrição:

(23) Tem dicionário novo na prateleira de cima! Por que é que você tá usando o velho?

Lembrem-se da situação que foi criada para se dar conta de uma sentença como (23): alguém está procurando uma palavra recém-criada em um dicionário muito antigo sem sucesso. Ao notar isso, alguém pode enunciar uma sentença como (23). A adição de uma ficha com a descrição do sintagma definido o dicionário novo viola a condição de novidade-familiaridade, fazendo com que a sentença seja infeliz. Entretanto, por acomodação, essa sentença pode se tornar feliz. Basta que a nova ficha seja conectada à situação de enunciação ou a uma ficha que contenha sua descrição. Nesse caso, a ficha correspondente ao NP definido o dicionário novo traria a seguinte informação: “é um dicionário, é novo, e está na prateleira de cima da estante aqui presente”.

Em conclusão, pode-se dizer que a enunciação de uma sentença existencial geralmente leva à abertura de um novo arquivo, pelo fato de ela aparecer, na maioria dos casos, em início de discurso. Conseqüentemente, para cada sintagma nominal introduzido por uma sentença existencial, uma nova ficha vai precisar ser adicionada ao arquivo. Quando o sintagma nominal é indefinido, a adição de uma nova ficha não viola a condição de novidade-familiaridade, e a enunciação sempre vai ser feliz. Diferentemente, quando um sintagma nominal é definido, essa condição de novidade-familiaridade vai ser violada, causando a infelicidade da sentença. Entretanto, um mecanismo de acomodação pode ser usado para ajustar o arquivo, adicionando informação suficiente para que a infelicidade seja remediada.

5. Os dados do português

Como visto, sentenças existenciais construídas com um sintagma nominal definido em posição pós-verbal violam a condição de felicidade chamada por Heim de condição de novidade/familiaridade, e que foi apresentada na Definição (4). Quando essa violação acontece, é necessário fazer-se uma acomodação no arquivo, procurando ligar a nova descrição definida a alguma outra ficha, que corresponda ao contexto da enunciação, ao conhecimento geral compartilhado, a descrições associadas, etc. Portanto, não é tão fácil aceitar-se uma sentença existencial com sintagma definido como complemento do verbo. E, quando se pede um julgamento de gramaticalidade sobre esse tipo de sentença, em geral, os falantes optam pela agramaticalidade.¹⁵ E isso acontece justamente porque elas só podem ser aceitas, em geral, se fizermos uma acomodação no arquivo para que a referência do sintagma definido em posição pós-verbal seja estabelecida.

Em português brasileiro, sentenças existenciais com sintagmas definidos em posição pós-verbal são razoavelmente produtivas. Levantamento de *corpus* parcial do Projeto NURC (português brasileiro falado) feito por Carlos Franchi, para embasar o trabalho publicado como Franchi, Negrão & Viotti (1998), atesta que 21,73% das sentenças existenciais construídas com ter e 16% das construídas com haver apresentam um sintagma definido ou fortemente quantificado em posição pós-verbal.

A seguir, estão alguns exemplos de sentenças existenciais construídas com sintagma definido em posição pós-verbal encontradas no *corpus* do Projeto NURC:

(24) Dez para as seis horas, eu estou ouvindo o noticiário da Tupi. Eles dão... E tem as mães também, né? Aquela previsão infalível. Sua mãe, né? “Leva guarda-chuva, vai chover, olha ó céu como é que está” (PB, NURC-SP, 62)

(25) Em Pádova tinha a língua de Santo Antônio, que era tão bom, tão bom, que ele nunca falou mal de ninguém; então...sobrou-lhe a língua. (PB, NURC-PA, 37)

¹⁵ Tecnicamente, se as propostas de Heim e Hawkins estiverem corretas, essas sentenças não deveriam ser consideradas agramaticais, mas sim infelizes.

(26) *Bom, tinha os cara lá que matavam dois mil bruxos, né (PB, NURC-SP, 343)*

Na sentença (23), o uso do definido pode ser explicado, nos termos de Hawkins, porque existe um conjunto compartilhado de conhecimento geral em que o referente do sintagma definido pode ser localizado. Na semântica de *file-change* de Heim, a explicação que se pode dar é a de que, a princípio, a inclusão de nova ficha incluindo informação sobre o sintagma definido gerou uma violação da condição de novidade/familiaridade. Mas essa violação pôde ser anulada pela aplicação de um mecanismo de acomodação, ligando a informação nova trazida pelo definido ao contexto global – ou a uma ficha que contenha as informações descritivas desse contexto – do qual faça parte a figura universal da mãe como fonte eterna e segura de previsão do tempo.

Na sentença (24), o uso do definido se justifica porque um conjunto compartilhado entre falante e ouvinte é estabelecido pela informação contida no complemento do nome (de Santo Antônio). No sistema de Heim, a acomodação da violação da condição de novidade/familiaridade causada pelo uso de um definido novo se faz por referência cruzada com fichas que contenham a informação trazida pelo complemento do nome e que permitam ao ouvinte estabelecer a referência do sintagma nominal definido.

O mesmo acontece com a sentença (25). A introdução de um sintagma definido novo no discurso viola, em princípio, a condição de novidade-familiaridade, causando uma infelicidade. Entretanto, a sentença relativa que modifica o nome, nos termos de Hawkins, é suficiente para criar um conjunto de conhecimento compartilhado entre falante e ouvinte, de modo que a referência do sintagma nominal definido seja estabelecida. Nos termos de Heim, a infelicidade é remediada pela acomodação da informação contida no arquivo, permitida pela adição da informação introduzida pela oração relativa.

6. Conclusão

Neste trabalho, mostro que, em português, sentenças existenciais construídas com um sintagma nominal definido em posição pós-verbal são possíveis, e não podem ser consideradas agramaticais. A estranheza sentida pelos falantes ao se depararem com uma sentença existencial que apresenta um definido como complemento

do verbo, e que é julgada como agramaticalidade, deve ser antes consequência da violação de uma condição de felicidade, como a sugerida por Heim, do que propriamente uma violação de um princípio de natureza sintática ou semântica. Por causa da função pragmática das sentenças existenciais, realizada formalmente por sua estrutura sintática marcada, sentenças existenciais tendem a aparecer em início de discurso. Assim sendo, sintagmas nominais indefinidos são os candidatos naturais para a posição pós-verbal da coda existencial, por não violarem a condição de novidade-familiaridade. Sintagmas definidos, por outro lado, não são candidatos naturais para ocupar essa posição. Eles violam a condição de novidade-familiaridade. Entretanto, essa violação pode ser remediada por um sistema de acomodação montado por conexões de referência cruzada com outras fichas do arquivo, tornando feliz o uso de definidos na posição pós-verbal de sentenças existenciais.

Referências

- ABBOTT, B. 1993. "A Pragmatic Account of the Definiteness Effect in Existential Sentences." *Journal of Pragmatics* 19: 39-55.
- _____. 2000. "Presuppositions as Non-assertions". *Journal of Pragmatics* 32: 1419-1437.
- Barwise, J. & R. Cooper 1981. "Generalized Quantifiers and Natural Language." *Linguistics and Philosophy* 4: 159-219.
- BELLETTI, A. 1988. "The case of Unaccusatives." *Linguistic Inquiry* 19: 1. 1-34.
- Chesterman, A. 1991. "On Definiteness". *A Study with Special Reference to English and Finnish*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ENC, M. 1991. "The Semantics of Specificity." *Linguistic Inquiry* 22: 1. 1-25.
- Franchi, C., E. V. Negrão, e E. Viotti. 1998. "Sobre a Gramática das Sentenças Impessoais com TER/HAVER". *DELTA* 14: 105-131.
- GIVÓN, T. 1979. *On Understanding Grammar*. New York: Academic Press
- _____. 1983. *Topic Continuity in Discourse: A Quantitative Cross-Language Study*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins
- HAWKINS, J.A. 1978. *Definiteness and Indefiniteness. A Study in Reference and Grammaticality Prediction*. London: Croom Helm.
- Heim, I. 1982. *The Semantics of Definite and Indefinite Noun Phrases*. [Tese de Doutorado]. University of Massachusetts, Amherst.

- _____. 1983. "File Change Semantics and the Familiarity Theory of Definiteness". *Meaning, Use and Interpretation of Language*, ed. por Bäuerle, Schwartze & Stechow, 164-189. Berlin/ NY: Walter de Gruyter.
- HETZRON, R. 1975. "The Presentative Movement, or Why the Ideal Word Order is V.S.O.P.". *Word Order and Word Order Change*, ed. por Li, 1976. Austin: University of Texas Press.
- KARTTUNEN, L. 1976. "Discourse Referents". *Syntax and Semantics*, vol. 7, ed. por McCawley, 363-385. New York/ San Francisco/ Londres: Academic Press.
- KEENAN, E. 1987. "A Semantic Definition of 'Indefinite NP'". *The Representation of (In)definiteness*, ed. por Reuland e Meulen. Cambridge, MA: MIT Press.
- LAMBRECHT, K. 1994. *Information Structure and Sentence Form*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LI, C. 1976. *Subject and Topic*. New York: Academic Press.
- Lumsden, M. 1988. *Existential Sentences: Their Structure and Meaning*. London: Routledge.
- LYONS, C. 1999. *Definiteness*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MCNALLY, L. 1997. *A Semantics for the English Existential Construction*. New York: Garland.
- MILSARK, G. 1974. *Existential Sentences in English*. [Tese de Doutorado]. Cambridge: Department of Linguistics, MIT.
- _____. 1977. "Toward an Explanation of Certain Peculiarities of the Existential Construction in English." *Linguistic Analysis* 3: 1. 1-29.
- REULAND, E. J. s/d. "On the Syntax and Semantics of Existential Sentences". Rijksuniversiteit Groningen. [Manuscritos].
- SAFIR, K. 1982. *Syntactic Chains and the Definiteness Effect*. [Tese de Doutorado]. Cambridge: Department of Linguistics, MIT.
- _____. 1987. "What Explains the Definiteness Effect?" *The Representation of (In)definiteness*, ed. por Reuland e Meulen. Cambridge, MA: MIT Press.
- Viotti, E. 1999. *A Sintaxe das Sentenças Existenciais do Português do Brasil*. [Tese de Doutorado]. São Paulo: Departamento de Lingüística da USP.
- _____. 2000a. "Definiteness and Existentials". [Trabalho apresentado no 1o. Workshop de Semântica do Português do Brasil]. São Paulo: Departamento de Lingüística da USP.
- _____. 2000b. "Sentenças Existenciais Construídas com Sintagmas Nominais Introduzidos pelo Artigo Definido." *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística*, 759-770. Coimbra: Universidade de Coimbra.

- _____. 2001. "Definites in Existential Sentences". [Trabalho apresentado na 7a. *Conferência Internacional de Linguística Cognitiva*]. Universidade da Califórnia, Santa Bárbara, Estados Unidos.
- _____. 2002. "A Estrutura Sintática das Sentenças Existenciais e o Efeito de Definitude: Semelhanças e Diferenças entre o Inglês e o Português do Brasil". *Revista LETRAS*. Universidade Federal do Paraná, [no prelo].
- WARD, G. & B. Birner 1995. "Definiteness and the English existential." *Language* 71(4): 722-742.

O ADVOGADO DO DIABO



Carlos Franchi em 1978, durante o *XIX Seminário do GEL*, na Univ. de Mogi das Cruzes. Fonte: CEDAE-IEL/UNICAMP.

The reanalysis of unaccusative constructions as existentials in Brazilian Portuguese*

Mary Aizawa Kato
(IEL-UNICAMP)

Abstract: In English, unaccusative constructions with presentative verbs and existential constructions exhibit similar behavior with regard to agreement: the verb agrees with the postverbal nominal. In French, unaccusatives and existentials also behave alike, but differently from English, the verb agrees with the expletive 'il'. In Romance Null-Subject languages, there is an asymmetry regarding agreement behavior: in unaccusative constructions, agreement holds between the verb and the postverbal nominal; in existentials, there is no agreement between the verb and the postverbal DP/NP. Brazilian Portuguese unaccusative constructions show a unified behavior with existentials where agreement is concerned. In this respect, it contrasts with European Portuguese and other Romance Null-Subject languages, which uniformly and obligatorily exhibit agreement between the verb and the postverbal nominal. The objective of this paper is to analyse these and other cross-linguistic differences and language internal contrasts regarding unaccusative and existential constructions.

Key words: *existential constructions, unaccusative constructions, agreement, Case.*

* A shorter and less technical version of this paper appeared in Portuguese (cf Kato 2000b). I thank Evani Viotti for her careful reading of the first draft of the present version. I also had the privilege of discussing some of the ideas I defend here with Carlos Franchi, who played brilliantly the role of the devil's advocate.

Resumo: Em inglês, construções inacusativas com verbos presentativos e construções existenciais comportam-se de forma semelhante no que diz respeito à concordância: o verbo concorda com o elemento nominal pós-verbal. Em francês, inacusativos e existências também têm comportamento semelhante, mas, diferentemente do inglês, o verbo concorda com o expletivo 'il'. Nas línguas românicas de sujeito-nulo, há uma assimetria no que concerne a concordância: em construções inacusativas, a concordância se dá entre o verbo e o nome pós-verbal (DP/NP). As construções inacusativas do português brasileiro têm um comportamento único quanto à concordância. Neste item, o PB contrasta com o PE e com outras línguas românicas de sujeito-nulo, que, de maneira uniforme e obrigatória fazem a concordância entre o verbo e o nominal pós-verbal. O objetivo deste texto é analisar essas e outras diferenças interlingüísticas e os contrastes lingüísticos internos, nas construções inacusativas e existenciais.

1. The aims of this chapter

English unaccusative constructions with presentative verbs (*arrive, appear, etc*) and existential constructions exhibit similar behavior with regard to agreement: the inflected verb agrees with the postverbal nominal.

- [1] a. There **are** cats under the table.
b. There **have** arrived many letters.

French unaccusatives and existentials also exhibit a similar behavior where agreement is concerned, but, contrary to English, there is no agreement relation between the verb and the postverbal nominal. What the verb agrees with is the expletive *il*.

- [2] a. Il y a des chats sous la table.
b. Il est arrivé plusieurs des lettres.¹

¹ French has the locative clitic *y* only in the existential sentence. The auxiliary is also different: *avoir* (=have) for the existential and *être* (=be) for the unaccusative. We will discuss these facts later.

Romance NS languages, in their turn, present an asymmetry in agreement behavior: the unaccusatives are more like English, with agreement holding between the verb and the postverbal nominal, and the existentials are more like French, without agreement between the verb and the postverbal NP/DP.

- [3] a. **Hay** gatos debajo de la mesa.
has cats under the table
b. **Llegaron** muchas cartas.
arrived+3P many letters

Unaccusative constructions in NS languages form with inergatives a more natural set than with existentials, not only regarding agreement, but also regarding lack of definiteness effect:

- [4] b. **Han** llegado muchas cartas/ las cartas.
have+ 3P arrived many letters/ the letters
[5] a. **Han** telefonado muchos amigos/los amigos.
have+3P telephoned many friends/os amigos

European Portuguese (EP) and earlier phases of BP² behave exactly like Spanish:

- [6] a. Há gatos em baixo da mesa.
has cats under the table
b. Chegaram muitas cartas/as cartas.
arrived+3P many letters/ the letters
c. Telefonaram muitos amigos/ os amigos.
telephoned+3P many friends/the friends

EP

We will now see what we have in present day BP³:

² We will label both European Portuguese and earlier phases of BP as EP.

³ We will leave the inergative constructions aside.

- [7] a. Tem gatos em baixo da mesa.
has cats under the table
b. Chegou muitas cartas.
arrived+3pS many letters

BP

Today BP unaccusative constructions exhibit a unified behavior with existentials where agreement is concerned.⁴ In this respect, it contrasts not only with EP, but also with other Romance null subject languages, which uniformly and obligatorily exhibit agreement between the inflected unaccusative verb and the post-verbal nominal.

Roberts's (1993b) compares the changes that are occurring in BP with those that occurred in Old French, namely loss of null subjects and VS order. Here we detect another similarity: the unaccusative VS in BP has also become similar to the unaccusative construction in French in that both lack agreement. There is, however, a noticeable difference between the two: French has an overt expletive *il*, and BP a null subject.⁵ French has a locative clitic *y*, but BP does not. French has the auxiliary *être* with the unaccusative verb and the verb *avoir* with the existential, as can be seen in [2] repeated here as [8]. BP uses *ter* as the existential verb and also as the auxiliary in periphrastic forms, as can be seen in [9] repeated here as [11].⁶

- [8] a. Il y a des chats sous la table.
b. Il est arrivé plusieurs des lettres.⁷

- [9] a. Tem gatos debaixo da mesa.
b. Tem chegado muitas cartas.
has arrived many letters

⁴ Franchi et al (1998) show that even in data taken from interviews with educated Brazilians, agreement may be absent.

⁵ See arguments against expletive *pro* in Borer (1986) and more recently in Picallo (1998).

⁶ Franchi et al (1998) show that *ter*, compared to *haver* and *existir* is by far the most frequent (50% of the total).

⁷ French has the locative clitic *y* only in the existential sentence. The auxiliary is also different: *avoir* (=have) for the existential and *être* (=be) for the unaccusative. We will discuss these facts later.

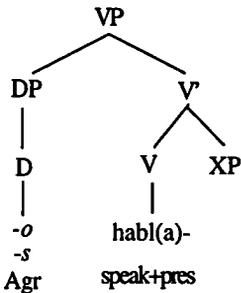
Auxiliary selection is an important aspect of existential constructions as it may, according to Nunes (1995), account for the case of the postverbal nominal as we will see later.

What is behind these cross-linguistic differences and language internal contrasts is the problem that will be focused in the present paper.

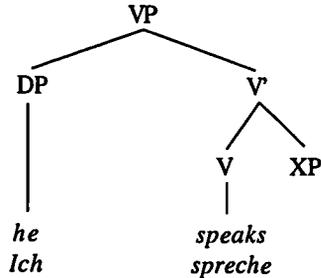
2. A theory of the NS parameter and its account of Romance inversion (Kato 1999)

Before proposing a new theory of unaccusative constructions, I will present Kato's (1999) account of the null subject properties, more specifically the nature of the so-called *pro* and free inversion. Kato considers agreement affixes of prodrop languages to be a D category, like clitics and free pronouns, thus appearing as independent items in the numeration.⁸ They would merge as arguments of VP, constituting a defective D.⁹ Compare the first stage of the derivation of a language that has pronominal agreement (Fig [10] a) with languages that have free weak subject pronouns like English and German (Fig [10] b) and languages that have subject clitics like Trentino (Fig [10] c):

[10] a. Spec of VP in Spanish pronouns



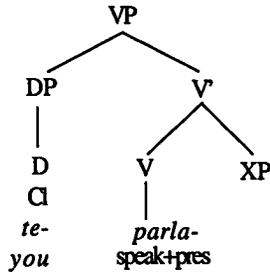
b. Spec of VP in languages with free weak pronouns



⁸ See Rohrbacher (1992), Galves (1993) and Speas (1994), who place Agr in the head of AGRP but also entertain the hypothesis that Agreement morpheme is an independent and interpretable item in the derivation. In Kato's (1999, 2000a) analysis, however, it merges as the V argument, as head of D.

⁹ Affixes do not project complements like sometimes clitics and pronouns can.

c. Spec of VP of languages with clitic subjects like Trentino and Fiorentino

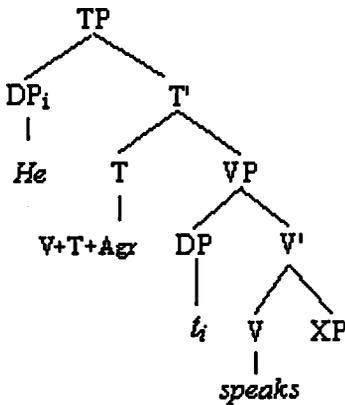


Kato (1999) also claims that, like free weak pronouns and clitics, these affixes have Case and ϕ -features. If T has strong V-features, it attracts the tensed V or the Auxiliary in order to have its features checked. If T has strong D-features, it will attract the weak pronoun, the clitic or the Affix. Pronouns move as XPs, and clitics and affixes, which are minimal and maximal, move as heads. Spec of T is projected in the former case, but not in the latter case.

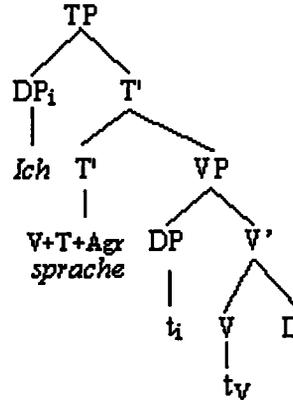
Thus, in English and German the free weak pronoun raises to the D in [Spec,TP] as in [11]. The difference between the two languages is overt V-to-T movement in German and covert movement (or movement of only the Formal Features) in English.

[11] Languages with free weak pronouns

Type a. English

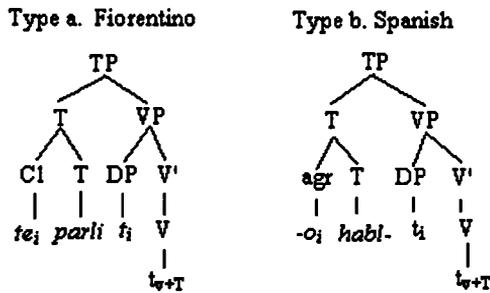


Type b. German



In NS languages like Spanish ([10] b) and Trentino ([10] a), the pronominal affixes and the subject clitics are attracted to T. The subject clitics or the agreement affixes are adjoined to T. T has its nominative case eliminated after checking. However, the ϕ -features of the agreement affix are retained as with free weak pronouns. Spec of T is not projected. The difference between clitics and affixes lies only in the direction they appear at spell-out.

[12] Languages with subject clitics and with pronominal Agr



The Agr chain and the Clitic chain, with their heads in INFL and tails in SPEC of VP, are interpreted at LF as the subject of the clause. The same holds for clitic subjects.

As for lexical pronouns in NS languages, following many Romanists (cf., for instance Soriano 1989; Raposo 1994; Barbosa 1997), Kato considers them strong pronouns, and places them in a projection above TP. Kato (1999) proposes that strong pronouns can double any weak ϕ -feature form: weak pronouns, clitics or even Agreement affixes when these are [+pronominal]. Thus subject doubling in NS languages is not a phenomenon that involves a silent *pro*, but the Agreement affix itself. Thus, while French doubles the subject clitic and English the weak pronoun, Spanish doubles the Agreement itself.

[13] a. MOI_i, je_i, ...

 b. ME_i, I_i

[14] YO_i, V+ Agr_i

Comparing the three, Kato (1999) proposes that the case of the strong pronoun is not assigned or checked: it is a *default* case, the nominative being the *default* in Romance NS languages. But recall that for Kato (1999) NS languages have two types

of nominative: the unchecked *default* nominative and the nominative feature of pronominal Agreement, which has to be checked along with its ϕ -features against those of T. Checking eliminates all non-interpretable features, which means that in [14] only the ϕ -features in the verb agreement is retained. This is possible because Agreement entered as a pronominal with interpretable features.

Kato (1999) assumes that in NS languages both lexical pronouns and ordinary DPs are in Spec of Σ , where they are nominative by *default* and are interpreted as subjects of a categorical sentence.¹⁰

- [15] a. Yo lo comi
 I it ate.+1pS ('I ate it')
 b. Juan lo comió.
 Juan it ate+3pS ('Juan ate it')

- [16] a. Lo comi yo.
 it ate+1pS I ('I ate it')
 b. Lo comió Juan.
 it ate+3pS Juan ('Juan ate it')

- [15] a'. [_{Σ P} Yo [_{TP} lo comi [_{VP}]]]
 b'. [_{Σ P} Juan [_{TP} lo comió [_{VP}]]]

In order to get VS order, TP is moved upwards adjoining to $\Sigma\Pi$.

- [16] a'' [_{Σ P} [_{TP} lo comi [_{VP}] [_{Σ P} Yo t_{TP}]]
 b'' [_{Σ P} [_{TP} lo comió [_{VP}] [_{Σ P} Juan t_{TP}]]

¹⁰ The thetic *vs.* categorical judgement of classical philosophy was used in Kuroda (1976) to distinguish sentences with *-wa* and *-ga* in Japanese. Franchi et al, (1998) and Nascimento (1984) use the terms predicational and presentational for the same dichotomy. I follow here Martins (1996) analysis for European Portuguese and Britto's (2000) for BP. For the latter, SVO in EP is the categorical sentence and VS, the thetic one. For BP, Britto proposes that SVO is the thetic sentence and Top, SVO the categorical one.

Thus, free inversion raises the maximal projection TP to a position above Σ P, a prosodically motivated movement in the sense of Zubizarreta (1998)¹¹, so that the nuclear stress falls on Spec of Σ , as it becomes the rightmost element, or the deepest in Cinque's (1993) terms. The DP in Spec of Σ remains *in-situ* and encodes the *default* nominative case. Inspired by earlier work by Chomsky (1971) and Jackendoff (1972) Zubizarreta postulates the Focus Prosody Correspondence Principle (FPCP), which states that "the focuses constituent (or F-marked constituent) of a phrase must contain the intonation nucleus of that phrase" (p. 38).

Now consider non-NS languages like English. Such languages have weak lexical pronouns occupying the position of Spec of TP. Other DPs can also appear there for checking purposes. Kato shows that in order to raise the inflected verb phrase leftwards to yield the free inversion pattern ([[VX] S]), such languages would have to perform an illegal operation, namely move an X' category:

- [17] a. John can speak Tagalog.
b. *Can speak Tagalog John.

- [17] a' [TP John [T' can [VP speak Tagalog]]]
b' T' [can speak Tagalog]_i [TP John [T' t_i.]]

This does not mean that English cannot have the subject focalized. Zubizarreta (1998) shows that English focalizes the subject *in-situ*, and this is possible because in Germanic languages defocalized and anaphoric elements are metrically invisible for the NSR.

As for what happened in Brazilian Portuguese, Kato claims that its referential agreement system lost its pronominal status and today BP is more like English than Spanish in that it has both strong and weak subject pronouns. To have weak nominative pronouns means that Spec of TP is projected and subject focalization cannot be obtained by subject inversion. Instead, what we have is the process found in English and Germanic languages: focalization *in-situ*, which is only allowed in Spanish and Italian in contrastive focus constructions.

¹¹ According to Zubizarreta, since checking necessity does not motivate movement, it is not constrained by economy principles like greed. Thus if VP raises in order for the DP to get the focal stress, it would be a case of greed violation.

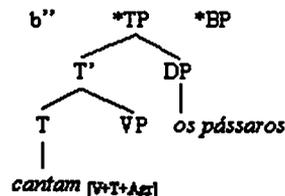
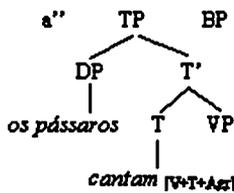
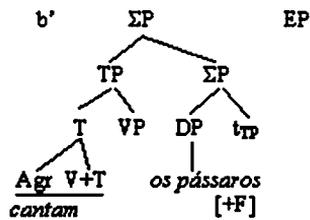
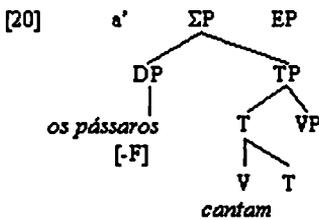
- [18] a. JOHN ate an apple.
 b. O JOÃO comeu uma maçã.
 c. *JUAN comió una manzana.
 d. *GIANNI a mangiato una mela.

The dissimilarity with English is in the fact that strong and weak pronouns in BP are quasi-homophonous. Moreover, the *default* case in English is accusative, while in BP it is nominative.

- [19] a. O João, ele é meu amigo.
 the John he is my friend ("John, he is my friend")
 b. Você, cê é meu amigo.
 you you are my friend

We can see now why BP has lost its inversion with agreement. As its referential agreement system ceased to be pronominal, the agreement affixes can no longer appear as independent items in the numeration. They are part of the verb entry and have no case or ϕ -features of their own. What merges with the verb is a free pronoun or a full DP in spec of T. Consider [20]a and b and their representation:

- [20] a. Os pássaros cantam Ok EP Ok BP
 b. Cantam os passaros. Ok EP *BP



Notice that the SV order in EP and BP has a different representation. In EP, since Agreement is pronominal, it is an affixal argument, which adjoins to T to check the nominative feature. As the verb that raises to T has only tense features, the agreement features are retained in Agr, as they are interpretable features. The lexical subject is only merged in topic position. Spec of T is not projected and movement of TP is possible. In BP Agreement is not pronominal and is part of the verb inflection in the numeration. What is merged as the argument of the verb is the DP *os pássaros*, which raises to Spec of T to check its nominative and ϕ -features. The nominative case of the lexical DP here is not a *default* case as in EP and needs checking. The inflected verb raises to T to check its strong V-features. The constituent that needs movement to yield the VS order is not a maximal projection in this case, and, therefore, VS order is ruled out.

In the next section we will see that unaccusative VS constructions in Romance null subject languages can be derived in a parallel fashion.

3. Unaccusative constructions as free inversion in null subject languages

In general, the unaccusative construction in NS languages in Romance

a) can have its only argument null as in [21]a.

b) like VS with inergatives, does not exhibit definiteness effect, admitting both [21]b. and c.

c) like VS with inergatives, exhibits agreement between the inflected verb and the postverbal nominal.

[21] a. Llegaron.

arrived+3P ("They arrived")

b. Llegaron ellos.

arrived+3P they

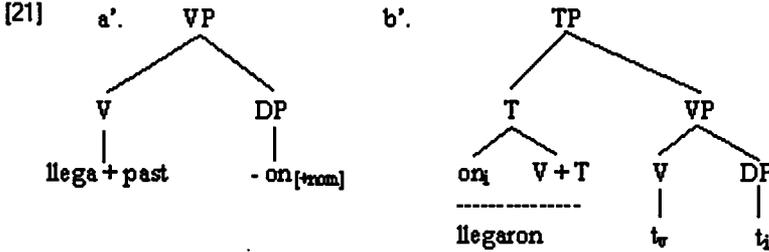
d. Llegaron muchas cartas.

arrived+3P many letters

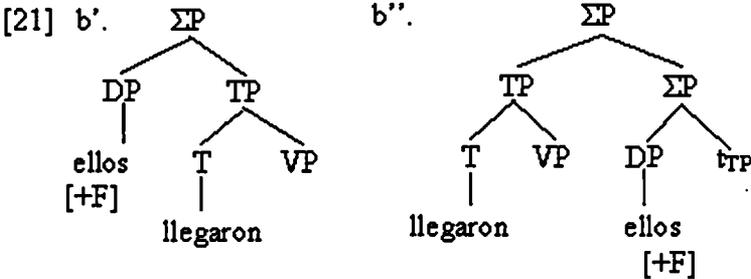
We will show that unaccusative constructions in Romance NS languages results from the same sort of derivation proposed in the previous section for free inversion.

As unaccusative verbs are mono-argumental verbs, their derivation does not differ from that of inergatives.

Taking [21]a, the derivation starts with the pronominal agreement affix as the internal argument of the verb. This pronominal Agr has nominative case and ϕ -features and moves to T to check its nominative feature. This is enough to derive [21] a.

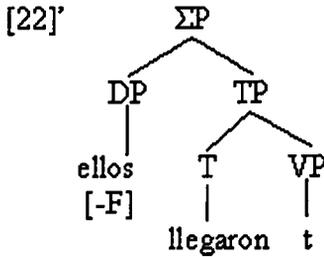


The derivation of [21] b. requires that after [21] b' TP merges with the strong pronoun *ellos* projecting $\Sigma\Pi$. *Ellos* has a [+F] (=focus) feature, TP moves upward to yield a sentence where *ellos* is the rightmost element. The result is a sentence that codifies thetic judgement.



If *ellos* is [-F] no movement is necessary, as what gets stressed is the verb, the rightmost element. The result is the categorical sentence [22], with [22]' as its representation.

[22] *Ellos llegaron.*



In the theory of ΣP projection we are using here, its Spec is not a case checking position and not restricted to topic-like elements. Both definite and indefinite DPs, as well as specific and non-specific nominals can fill it. If the Nominal is a quantified QP, the pronominal agreement has the status of a bound pronoun. That is the case of [22] d., in which a QP merges with TP and then if QP is [+F], TP moves upward adjoining to ΣP . In all these cases, the DP in Spec of Σ has the *default* nominative case.

This section provided an explanation as to why VS with unaccusative verbs behave as they do, namely why they agree with the postverbal nominal and why definiteness effect is inoperative. They are analyzed as mere cases of free inversion and as such derive this order from the movement of TP to a position above Spec of Σ . Nominals in Spec of Σ have a *default* nominative case, can be definite or indefinite and are interpreted at LF as the subject of the sentence.

BP lost such movement and, therefore, lost free inversion. It exhibits, however, unaccusative VS more like the NS language existentials, namely with the verb no longer holding agreement with the postverbal nominal. In the next section we will analyze existential sentences, first crosslinguistically and then narrowing down to Brazilian Portuguese.

4. Existential constructions

4.1. Agreement in existential constructions

Existential sentences and unaccusative VS in non-NS languages like English and French were shown above to be similar constructions. In English both the existential **be** and the unaccusative **arrive** behave alike, agreeing with the postverbal nominal. In French *avoir* and *être* also present the same behavior agreeing with the expletive *il* and not with the expletive associate.

Contrary to the unaccusatives, the existential constructions in NS languages are similar to the French constructions in [4], as there is no agreement between the verb and the postverbal nominal.

French is different from NS languages, however, because, being a non-NS language, it requires, as expected, the expletive *il*. French exhibits another peculiarity absent in NS languages: the locative clitic *y*. English also exhibits a locative-like element: the expletive *there*. If they are locative items, the analyses that claim they have no interpretation at LF has to be reconsidered. This is the line of reasoning followed in this paper following previous work (Nascimento & Kato 1995), which will be discussed in this paper. Before we do so, some controversial aspects of these constructions will be reviewed.

4.2. The case of the postverbal nominal in existentials

The behavior of complements of impersonal constructions with *there*, *il*, and other types of expletives has been intriguing linguists since Perlmutter's (1978) seminal work on this type of verbs. The puzzling points are: a. the possibility or impossibility of assignment of accusative case to these complements, b. their functional status (object or subject) and c. their definiteness restriction.

Nominative has been correlated with definiteness (Belletti 1988), for whom definite NPs are nominative and indefinite NPs may be optionally assigned partitive case. But nominative has also been correlated with agreement (Chomsky 1981, Jaeggli 1982, Borer 1986). Borer argues against the partitive case, showing that indefinite NPs in Hebrew are nominative, agreeing with the verb, and definite NPs are accusative and do not hold agreement with the verb. Following this reasoning, she assumes that the postverbal nominal in French is accusative, since it does not exhibit agreement with the verb.

There-constructions have been receiving special attention in generative work. It motivated a different type of chain – the expletive chain – which resulted from a covert operation of adjunction of the postverbal NP to the expletive, in order to satisfy the case requirements of the former (Chomsky 1986, 1991). The assumption was that the verb *be* was not a case assigner and, therefore, the postverbal nominal was caseless.

Nascimento and Kato (1995), hereafter N&K, also assume that the postverbal nominal is caseless, but their line of reasoning is different. The essential points in N&K are the following:

- a) lexical expletive *there* in English and the clitic *y* in French existentials have a locative semantic content. NS languages have a null locative clitic or expletive;¹²
- b) the existential and unaccusative verbs have a small clause as complement in which the locative is the subject and the NP its predicate.¹³ As a predicate the NP has no case. The locative *there* raises and gets nominative by agreement. In French as the locative is a clitic, it adjoins to INFL and a pure expletive *il* is inserted to satisfy EPP.

- [23] a. There are cats (under the table).
b. Il y a des chats (sous la table).

- [23] a'. [there_i are+T' [_{DP} t_i cats]]
b' [il y_i+a+T' [_{DP} t_i des chats]]

However, N&K's paper does not account for agreement facts in English and in NS languages.¹⁴

- c) if there is a locative PP, it is doubling the *y*-clitic or of the weak *there*.

- [23] a''. [_{IP} there_i are [t_i cats] [under the table].]]
b''. [_{IP} il y_i-a [[_{NP} t_i des chats] [sous la table].]]

Lasnik (1995a) argues against *be* as a non-case-assigner, presenting an alternative analysis using Chomsky's own propositions in the Minimalist frame. He argues that the N feature of T, responsible for nominative checking, is no longer present at LF when the associate adjoins to the expletive. He argues that the strong N feature would

¹² One of the arguments used was that *there* and *it* are not interchangeable.

¹³ Similar ideas are defended in Moro (1991).

¹⁴ We could say, following Lasnik (1995b), that the associate adjoins to the expletive in English to check only the ϕ -features of T, since *there* had already checked its nominative feature. However, quoting Chomsky (1995) Boskowitz (1997) says "whenever the operation Move F affects a formal feature, it carries all formal features of the relevant element and not just one particular feature."(p.93).

have already been checked by the expletive and, therefore, erased. He proposes, instead, that *be* assigns partitive case, following Belletti (1988). He retains the adjunction operation of the associate, not because of the inadequacy of the associate, but due to the inadequacy of the target, the expletive, which has no ϕ -features. So it is only these features that move. In Lasnik's analysis movement benefits the target, which goes against Greed.¹⁵

Lasnik's theory that assigns case is supported by Boskovic's (1997) analysis of infinitival complements of verbs that cannot exceptionally case-mark lexical NPs. He observes the contrast between [24] a. and b:

- [24] a. *He alleged stolen documents to be in the drawer.
b. He alleged there to be stolen documents in the drawer.

If 'stolen documents' in the embedded infinitival clause has no case, and [24] b. is grammatical, then *there* must be licensed by the raising of the FF-features of the associate. If *be* does not assign Case to the associate, there is no explanation for the grammaticality of [24] b. These empirical facts seem to eliminate any theory based on the assumption that *there* has case-features to check and supports the claim that the associate has case.¹⁶ But if *there* cannot check the nominative features of *are+T* in [23a], we have to assume, contra Lasnik, that the associate has nominative case and not partitive and that by raising its formal features (FF) to T the nominative and ϕ -features of *are+T* are eliminated. This is proposed in Chomsky (1995): the verb agrees with the associate if the expletive lacks Case and ϕ -features (*there* in English, *pro* in Italian), but not if the expletive has its own case and ϕ -features (*il* in French). In the case of English, since the expletive has no case and ϕ -features, the features of the verbal complex adjoined to T is checked by the features of the associate. But we are left with the question about *there*: if all features are checked by the FF of the associate, why do we need *there*? It would be only to satisfy EPP, which in normal cases reduces to the checking of N features.

¹⁵ This makes the author propose a relaxed version of Greed called "enlightened self-interest".

¹⁶ However, in order to comply with Greed, Boskowitch proposes that instead of raising the FF features of the associate to benefit the expletive, it is the expletive that lowers, as an affix, in LF.

As *il* (+nominative, +3S) in French checks all the relevant features of the complex *is* +*T*, the case of the associate is understood to have accusative case. Recall that for Borer (1986), it is accusative because it does not exhibit agreement with the verb. Others support this claim (see for instance Roberts, 1987; Nunes, 1990, 1995; Kayne (1993), who claim that the case of the associate depends on the type of auxiliary: the *have*-type of auxiliary would assign/check accusative case.

As for NS languages, Chomsky considers that expletive *pro* does not have its own features. This being the case, the analysis of NS existentials should be the same as that of English, which is not. It is the unaccusatives in NS languages that behave more similarly to existentials and unaccusatives in English. In Chomsky's frame the FF of the associate would adjoin to the expletive *pro*, checking case and ϕ -features with the complex *llegaron* +*T*. The empty expletive *pro* would be necessary for EPP. In our analysis of unaccusative VS in Romance, what happens in LF in English happens before spell-out in NS languages. Instead of raising the abstract FFs, what is raised is the agreement morphology itself. EPP is satisfied, therefore, without projection of Spec of TP, allowing us to eliminate *pro*.

Existentials exhibit more definite restrictions than unaccusatives in general and definiteness was claimed to have bearing on matters of case. In the next section we will see that when existentials admit a definite argument, the case manifested goes against the postulations of case in indefinite or quantified NPs.

4.3. The definiteness effect (DE) and the case of definite postverbal nominals

We saw above that Belletti, who assigns partitive to indefinite associates and nominative to definite arguments, also correlated case with definiteness. Contra Belletti, Borer (1989) says that, in Hebrew, nominative correlates with indefinites and accusative with definite NPs.

Following Higginbotham (1987), Nascimento and Kato (1995) analyzed DE as a property of predicates. Higginbotham assumes that the relation between *there* and the post-copular NP in existentials is predicative. In fact, observe the partial similarity in the three blocks of sentences below:

- [25] a. The boy is a poet.
b. ?The boy is the poet.

- c. The boy is the poet that everybody loved.
 - d. The boy is the best student in my class.
- [26]
- a. Everybody considers the boy a poet.
 - b. *Everybody considers the boy the poet.
 - c. Everybody considers the boy the student that every teacher wants.
 - d. Everybody considers the boy the best poet in the group.
- [27]
- a. There is an actor in the room.
 - b. *There is the actor in the room.
 - c. *There is the actor that everybody loves.
 - d. *There is the best Broadway actor outside.

Though at first sight N&K's theory explains DE in an interesting manner, their analysis is inexplicit concerning aspects of cross-linguistic agreement facts both when the associate is indefinite and when it is definite. However, it will be shown that N&K's ideas are useful in the explanation of the distinct cases manifested when the existential argument is definite or a strong pronoun. Observe the following cross-linguistic contrasts:

- [28]
- a. There is ME.
 - b. Il y a MOI.
 - c. Tem EU.

The case forms that appear in the associate are unexpectedly distinct from what we have been assuming so far, namely nominative or partitive in English and accusative in French.¹⁷ The only correct prediction was for NS languages: nominative case.

¹⁷ These constructions are different from what Lakoff (1987) called deictic existentials, which in Portuguese would be expressed with the copula *estar*.

- (i) There/here 's Harry with his red hat on.
- (ii) Lá/ aqui está Harry com seu chapéu.

Notice that when the existential argument is definite, we have the contrastive *default* case,¹⁸ found by Kato (1999) to be the case of predicates and of left dislocated nominals.

- [29] a. It's ME.
b. C'est MOI.
c. Soy YO.
- [30] a. ME, I prefer a beer.
b. MOI, je préfère une bière.
c. YO, prefiro una cerveza.

If the strong pronoun is coordinated with a DP, the case of the latter must also be the *default*, which implies that if a DP appears alone in these contexts, the case has to be the *default*.

- [31] a. It's JOHN and ME.
b. C'est JEAN et MOI.
c. Somos JUAN y YO.
- [32] a. JOHN and ME, we prefer a beer.
b. JEAN et MOI, nous préférons une bière.
c. JUAN y YO, preferimos una cerveza.

Consider with Kato (1999) that the *default* case is the one manifested by predicates of the equative, or identificational copula. If the equative copula is analyzed as a transitive verb with two arguments as is done by Stowell (1989), we would have exceptionally a case of a transitive verb that does not 'assign' case. She considers instead that equative sentences derive from the copula + small clause like attributive predication. The difference would be in the fact that in the latter the subject of the SC is in Spec of the SC and in the former the subject is adjoined to a maximal projection.

¹⁸ See also Nunes (forth) who, with independent arguments, analyzes the accusative as the *default* case in English

- [33] a. He is John.
b. [is+T [_{DP} He [_{DP} John]]]

- [34] a. He is a poet.
b. [is+T [_{DP} He [_{DP} a poet?]]]

In [33] as both **he** and **John** are maximal projections, there is no Spec-head agreement. *He*, which is nominative and 3pS, raises to check the same Case and ϕ -features of *is+T* eliminating them. As a predicate, **John** is exempt from the Case filter, but it manifests the *default* case. Structural nominative case has always been linked to agreement. As can be seen below, the *default* case is independent of agreement.¹⁹

- [35] a. It is HIM.
b. It is THEM.

- [36] a. C'est MOI.
b. C'est NOUS.

In [34] **he** and **a poet** are in Spec-head relation. Though **a poet** does not require case because it is not an argument, it has uninterpretable case and ϕ -features. We can say that checking of these features occurs when **he** and **a poet** are merged, without need of movement.²⁰ Checking eliminates the features of *a poet*, which are non-interpretable. *He*, which has the [+interpretable] features, then raises to check case and ϕ -features in the main clause.²¹

What the examples of existentials with definite arguments show is that raising the FFs of the postverbal DP cannot check the case and ϕ -features of the copula. In English, the *default* case is accusative and therefore it would not check the nominative feature of copula+T. In NS languages the *default* case of the DP is nominative. As nominative implies agreement, if the FF of the DP is raised, we would expect agreement, but no agreement is exhibited. In French the *default* case is dative. Moreover, a real expletive *il* appears to check nominative and ϕ -features of

¹⁹ I thank Hagit Borer for pointing out this fact to me.

²⁰ We could say that nominal gender and number agreement could occur in the same fashion.

²¹ According to Chomsky (1995) [+interpretable] features can enter into more than one operation of checking, and can also remain unchecked.

the *copula+T*. Thus, the analysis provided for indefinite existentials does not work for definite existentials.

The analysis that we propose here follows N&K initial assumption that *there* and *y* are weak locative pronouns instead of expletives and that NS languages have a null locative (\emptyset -loc). Here we propose, in addition, that for definite existentials the three types of languages have the same type of derivation:

Let us start with N&K's proposal that existentials derive from a copula taking a small clause complement, which would have the adjunction structure of an equative predication. Thus, for definite existentials in [28], repeated here as [37] we have the derivation shown below:

- [37] a. There is ME.
- b. Il y a MOI.
- c. Tem EU.

- [37] a'. [is +T [_{DP} [_{DP}there] [_{DP}ME]]]
- b'. [a+T [_{DP} [_{DP}y] [_{DP}MOI]]]
- c'. [tem+T [_{DP} [_{DP} \emptyset -loc] [_{DP}EU]]]

What is proposed now is that the locative elements are all clitics and adjoin to T.²²

- [37] a''. [there+is +T [_{DP} t_{there} [ME]]]
- b''. [y+ a+T [_{DP} t_y [MOI]]]
- c''. [\emptyset -loc+tem+T [_{DP} t _{\emptyset} [EU]]]

In order to check the nominative feature and the 3pS features of the complex in T, an expletive is inserted: *il* in French and *pro* in English and the NS languages. In English *pro* is actually the expletive *it*, which like the expletive *es* in German can be null

²² Chomsky (1993), Lasnik (1995a) consider *there* an affix at LF. Though their arguments to propose this are different and mine is different from theirs, there is a common ground: that there is morphologically dependent: an affix for them, a clitic for me.

when the V2 pattern is met. Since phonologically there occupies position 1, it is erased at spell-out.²³ Other contexts where the expletive is erased are:

- [38] a. That he came is true.
 b. Under the bed is the best place for it.

In NS languages, *pro* is simply the zero-agreement of third person singular. When the subject is referential the agreement morphemes merge as arguments. In the expletive case, merge is assumed to occur for checking purposes only and therefore occurs at TP.

- [37] a'''[(it) [there+is +T [_{DP} t_{there} [ME]]]
 b'''[il. [y+ a+T [_{DP} t_y [MOI]]]
 c'''.[-Ø [Ø-loc+tem+T [_{DP} t_Ø [EU]]]

4.4. *The indefinite existentials*

We will assume, as in the previous section, that *there* and *y* are locative clitics, and that NS languages have a null locative clitic. In the definite existentials these locatives were adjoined to a maximal projection, and, therefore, they were minimal and maximal. Contrary to N&K, who propose for indefinite existential a SC with the DP as the predicate, what we propose here is that locatives are D heads and the postverbal nominals start as their internal argument. Thus, in an unorthodox manner, we are saying that definite DPs are predicates (of equative sentences) and that indefinite nominals are internal arguments of a locative predicate. The logical reason why the indefinite nominal is rejected as the predicate is in the fact that these nominals can be quantified, what is not allowed in predicates.

- [39] a. There are some good TV guides.
 b. *?They are some good TV guides.
 c. *I consider them some good TV guides.

²³ We may assume that since the expletive has no referential role, its features can be erased after checking.

If they are not predicates, they must be arguments. We claim that they are complements of a category D (=locative). Following the trend, we can say that auxiliaries assign case, that the *have* -type assigns accusative, and the *be*-type the nominative.

- [40] a. [are+T [DP there [NP cats _[+nom]]]
 b. [a+T [DP y [NP des chats _[+accus]]]
 c. [hay+T [DP Ø-loc [NP gatos _[+accus]]]]

The locatives cliticize to copula+T, possibly to check the locative features of the existential auxiliary. The infinitival existential complement of *wager/allege*-type verbs does not need any further operation after the raising of the locative *there* to T as *be* has no features to check. *There* in [41]b' underwent head movement like in [40] a. The slot that it occupies is not the same as that of DP in [41]a., which explains why [41]a is ungrammatical and b is not.

- [41] a. *He alleged stolen documents to be in the drawer.
 b. He alleged there to be stolen documents in the drawer.

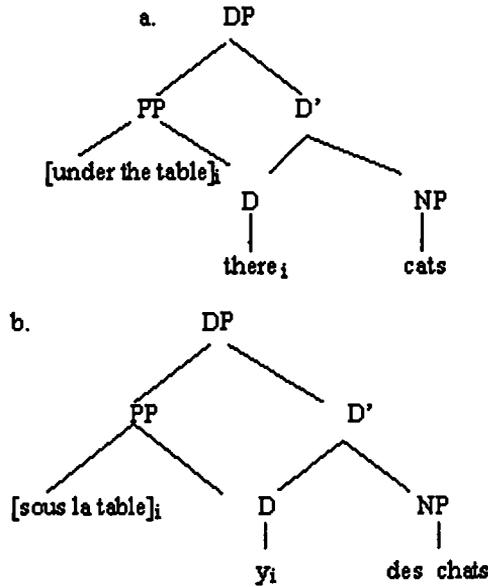
- [41] a' He alleged [_{TP} stolen documents [_T to [_{VP} be [_{DP} there {stolen documents in the drawer} _[+nom]]]]]
 b' He alleged [_{TP} [_T there + to [_{VP} be [_{DP} there {stolen documents in the drawer} _[+nom]]]]]

French and the NS languages cannot move the associate because its case-feature is accusative. They have to use an item from the numeration to check the features in copula+ : the item is *il* in French and the agreement suffix -Ø for the NS languages. English, on the other hand, can move 'cats' because it has nominative and the proper f features to check.²⁴

- [42] a. [_{TP} cats _[+nom,+φ] [there+are+T [DP there [NP cats]]
 b. [_{TP} il _[+nom,+φ] [y+a+T [DP y [des chats]]]
 c. [_{TP} Ø _[+nom,+φ] + Ø-loc+ hay+T [DP Ø-loc [gatos]]]

²⁴ We are using Nunes (1995) copy theory of movement, according to which Move is not a single operation. It consists of four operations: Copy, Merge, Form Chain and Chain Reduction.

[43]



If PP has [+F] feature, it may stay *in-situ* after everything raises. If it has no focal features, it raises to Spec of Σ .

5. Conclusion

This paper showed that, with the loss of VS constructions, BP unaccusative VS was reanalyzed as an existential construction. The paper has also shown that there are two types of existentials: a) the existentials with a definite argument and b) the existentials with an indefinite argument. Different analyses were proposed for the two types. In the latter, Case was claimed to be assigned by the auxiliary – nominative by *be*- and accusative by *have*-type auxiliary. Existential verbs were claimed to have a small clause complement. The SC in the definite existential is claimed to be an equative predication clause where the locative element (**there**, **y**, \emptyset) is the predicate and the nominal its subject, with a *default* case. The indefinite existential was also claimed to have a SC as complement, but the locative is analyzed as the predicate and the associate its subject, assigned Case by the auxiliary.

References

- BARBOSA, P. 1997. "Subject Position in the Null Subject Languages". *Seminários de Linguística* 1:39-63. Faro: Universidade de Alçares.
- BELLETTI, A. 1988. "The Case of Unaccusatives". *Linguistic Inquiry* 19: 1. 1-34.
- BORER, H. 1986. "I-subjects". *Linguistic Inquiry* 17:375-415.
- _____. 1989. "Anaphoric AGR". (Eds). *The Null Subject Parameter*. ed. por O. Jaeggli & K. Safir, 69-110. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- BOSKOVIC, Z. 1997. *The Syntax of Non-finite Complementatio: an Economy Approach*. Cambridge: MIT Press.
- BRITTO, H. 2000. "The Syntactic Codification of Categorical and Thetic Judgements in Brazilian Portuguese". *The Null Subject Parameter in Brazilian Portuguese*, ed. por Kato & Negrão, 195-222. Frankfurt: Vervuert-IberoAmericana.
- CHOMSKY, N. 1971. "Deep Structure, Surface Structure and Semantic Interpretation". *Semantics: an Interdisciplinary Reader in Philosophy, Linguistics and Psychology*, ed. por D. Steinberg & L. Jakobovits. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. 1981. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht:Foris.
- _____. 1993. "A Minimalist Program for Linguistic Theory". *The View from Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvain Bromberger*, ed. por K. Hale & S. J. Keyser, 1-52. Cambridge: MIT Press.
- _____. 1995. *The Minimalist Program*. Cambridge: MIT Press.
- CINQUE, G. 1993 "A Null Theory of Phrase and Compound Stress". *Linguistic Inquiry* 24: 239-298.
- FRANCHI, C.; E. NEGRÃO, V. & VIOTTI, E. 1998. "Sobre a Gramática das Orações Impessoais com *Ter/Haver*". *D.E.L.T.A.* 14: 105-132.
- GALVES, C. 1993. "O Enfraquecimento da Concordância no Português Brasileiro". *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica (Homenagem a Fernando Tarallo)* ed. por I. Roberts & Mary Kato, 387-408. Campinas: Editora da UNICAMP.
- HIGGINBOTHAN, J. 1987. "Indefiniteness and Predication". *The Representation of (In)definiteness*, ed. por E. J. Reuland e A.G.B. Ter Meulen, 47-70. Cambridge: MIT Press.
- JACKENDOFF, R. 1972. *Semantic Interpretation in Generative Grammar*. Cambridge: MIT Press.
- JAEGGLI, O. 1982. *Topics in Romance Syntax*. Dordrecht: Foris.

- KATO, M. 1999. "Strong Pronouns, Weak Pronominals and the Null Subject Parameter" *PROBUS* 11: 1. 1-37.
- _____. 2000a. The Partial Prodrop Nature and the Restricted VS Order in Brazilian Portuguese. *The Null Subject Parameter in Brazilian Portuguese*, ed. por M. Kato & E.V. Negrão. Frankfurt: Vervuert-LatinoAmericana, p. 223-258.
- _____. 2000b. A Restrição de Mono-argumentalidade da Ordem VS no Português do Brasil. *Fórum Lingüístico* 2: 1. 97-127.
- KATO, M. & E. V. Negrão. (Eds). 2000. *The Null Subject Parameter in Brazilian Portuguese*. Frankfurt: Vervuert-IberoAmericana.
- KAYNE, R. 1993. "Toward a Modular Theory of Auxiliary Selection". *Studia Linguistics* 47:3-31.
- KURODA, S. Y. 1976. "The Concept of Subject in Grammar". 1976. *Syntax and Semantics: Japanese Generative Grammar*, ed. por M. Shibatani, 1-16. New York: Academic Press.
- LASNIK, H. 1995a. "Case and Expletive Revisited. On Greed and Other Human Failings". *Linguistic Inquiry* 26: 615-633.
- _____. 1995b. "Last resort". *Minimalism and Linguistic Theory*, ed. por S. Haraguch & M. Funaki. Tokyo: Hituzi Syobo.
- MARTINS, A. 1996. *Clíticos na História do Português*. [Tese de Doutorado]. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- MORO, A. 1991. "The Raising of Predicates: Copula, Expletives and Existence." *MITWPL*, ed. por Cheng, L. & H. Demirdache, 15: 119-181.
- NASCIMENTO, M. do. 1984. *Sur la Posposition du Sujet dans le Portugais du Brésil* [Doctoral Dissertation]. Université de Paris VIII.
- NASCIMENTO, M. do. & M. Kato 1995. "O Estatuto dos Nominais Pós-verbais dos Verbos Inacusativos". *Revista de Estudos da Linguagem* 4: 3. 31-74.
- NUNES, J. 1995. *The Copy Theory of Movement and Linearization of Chains in the Minimalist Program*. [Ph.D. Dissertation]. University of Maryland.
- PERLMUTTER, D. 1978. "Impersonal Passives and the Unaccusative Hypothesis". *BLS* 4: 157-89.
- PICALLO, M. 1998. "On the Extended Projection Principle and Null Expletive Subjects". *PROBUS* 10: 2. 219-214.
- RAPOSO, E. 1994. "Affective Operators and Clausal Structure in European Portuguese and European Spanish". Paper given at the *24th Linguistic Symposium on Romance Languages* UCLA/USC.
- ROBERTS, I. 1987. *The Representation of Implicit Dethematized Subjects*. Dordrecht: Foris.

- _____. 1993b. "Postfácio". 1993. *Português Brasileiro: uma Viagem Diacrônica (Homenagem a Fernando Tarallo)* ed. por I. Roberts & M. A. Kato, 409-421. Campinas: Editora da UNICAMP.
- ROHRBACHER, B. 1992. "English AUX⁺ NEG, Mainland Scandinavian NEG⁺ AUX and the Theory of V to I Raising". *Proceedings of the 22nd Western Conference on Linguistics*, 307-391.
- SORIANO, O. 1989. "Strong Pronouns in Null Subject Languages and the Avoid Pronoun Principle". *MIT Working Papers in Linguistics* Vol. 11: 228-239.
- SPEARS, M. 1994. "Null Arguments in a Theory of Economy of Projection". *Functional Projections*, ed. Benedicto, E. & J. Runner. UMOP, 17.
- STOWELL, T. 1989. Subjects, Specifiers, and X-bar Theory. *Alternative Conceptions of Phrase Structure*, ed. por M. Baltin & A. Kroch, 232-262. Chicago: The University of Chicago Press.
- ZUBIZARRETA, M. 1998. *Word Order, Prosody and Focus*. Cambridge: MIT Press.
- WARD, G. & BIRNER, B. 1995. "Definiteness and the English Existentials." *Language* 71: 4. 722-742.

Distributividade e genericidade nos sintagmas introduzidos por **cada** e **todo**

Esmeralda Vallati Negrão
(Universidade de São Paulo)

ABSTRACT: This paper offers an explanation for the distribution and interpretation of Quantifier Phrases introduced by *cada* 'each' and *todo* 'every'. Using the mechanisms proposed by the "Target Landing Site Theory of Scope" in order to derive the interpretations enforced by those Quantifier Phrases when they interact with other Quantifier Phrases in the same clause, it is showed that *cada* QPs are true Distributive Quantifier Phrases whereas *todo* QPs behave like indefinites in as much as they introduce a variable which ends up unselectively bound by sentential operators.

Key words: *Scope theory, quantifiers, Brazilian Portuguese*

RESUMO: Este trabalho oferece explicação para a distribuição e as interpretações de sentenças contendo sintagmas quantificados introduzidos por *cada* e *todo*. Usando os mecanismos propostos pela "Target Landing Site Theory of Scope" para derivar as interpretações associadas a sentenças contendo sintagmas quantificados interagindo em relações de escopo, mostra-se que, enquanto *cada* DQPs são verdadeiros sintagmas quantificados distributivos, os sintagmas *todo* NPs introduzem variáveis que acabam presas por operadores sentenciais de maneira não seletiva.

* Este trabalho apresenta resultados da pesquisa *Distributividade em PB e a Exigência de Quantificação sobre Eventos*, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, (Processo no 300654/97-9), a que agradeço o apoio recebido. Outras versões dele foram apresentadas em seminários na Universidade de São Paulo, na University of California, Los Angeles, e na University of Massachusetts, Amherst, a cujos participantes agradeço os comentários e sugestões.

1. Introdução

A Teoria Gerativa postula que a gramática das línguas naturais contém um nível de interface entre o sistema computacional e o sistema conceptivo-intencional, chamado de Forma Lógica (LF).¹ Uma das propriedades de LF é que as relações de escopo² entre sintagmas quantificados, ou entre operadores e sintagmas quantificados são definidas nesse nível. A propriedade mais marcante das sentenças contendo sintagmas quantificados é a de que, quando dois sintagmas quantificados interagem numa mesma sentença, a interpretação de um pode depender da interpretação do outro, uma decorrência do fato de a interpretação da sentença com sintagmas quantificados depender da atribuição da propriedade expressa pelo predicado da sentença à quantidade de indivíduos por eles denotada. A este fenômeno dá-se o nome de escopo relativo. Por isso, a interpretação associada a sentenças contendo sintagmas quantificados é comumente derivada por mecanismos que dão a um deles a possibilidade de ter escopo sobre o resto da sentença. Ou melhor, entendemos que um determinado sintagma quantificado tem escopo sobre outro quando a interpretação deste último depende da interpretação do primeiro.

Este trabalho tem dois objetivos. Em primeiro lugar, reforçar a posição, já assumida por pesquisas desenvolvidas dentro do modelo gerativo de gramática, de que dados lingüísticos exemplificadores da correlação entre a interpretação atribuída a sentenças contendo sintagmas quantificados e a posição por eles ocupada na estrutura sentencial são evidência para um tratamento sintático das relações de escopo.

Em segundo lugar, explicar a distribuição e as interpretações de sentenças contendo sintagmas quantificados distributivos do português brasileiro (PB). Os

¹ Seguindo a tradição, neste texto as siglas são introduzidas entre parênteses logo após a primeira aparição de sua forma desenvolvida. Uma vez introduzidas, as siglas são usadas sem sua contraparte desenvolvida ao longo de todo o texto. Optei, também, por usar as siglas correspondentes às expressões em inglês.

² Ilari & Gerdali 1987: 33 definem *escopo*, no âmbito da semântica, como “conjunto de conteúdos semânticos sobre os quais uma operação significativa atua”. Na Teoria Gerativa, *escopo* foi definido a partir da estrutura hierárquica dos constituintes da sentença. May (1985: 5) dá a seguinte definição: (i) *The scope of α is the set of nodes that α c-commands at LF;* (ii) *α c-commands β if the first branching node dominating α dominates β (and α does not dominate β).*

quantificadores com propriedades distributivas em PB são **todo** e **cada**. Como proposto por Gil (1995), esses quantificadores podem ser considerados universais distributivos em contraste com quantificadores universais não distributivos como **todos os**. Sentenças contendo sintagmas quantificados introduzidos por **cada** e **todo**, ocupando a posição de sujeito, apresentam uma assimetria em aceitabilidade, em contraste com as que os contêm ocupando a posição de objeto, como em:

- (1) a. Cada aluno leu alguns textos.
b. Cada homem ama uma mulher.
c. *Alguns alunos leram cada texto³
d. *Uma mulher ama cada homem.
- (2) a. Todo aluno leu alguns textos.
b. Todo homem ama uma mulher.
c. *Alguns alunos leram todo texto.
d. *Uma mulher ama todo homem.

A fim de caracterizar as diferenças nos padrões de escopo de sintagmas distributivos do PB, mais especificamente, as diferenças entre sintagmas introduzidos por **cada** e **todo**, este artigo foi organizado da seguinte maneira. Na seção 2, apresento os pressupostos teóricos do trabalho, detalhando as concepções da teoria *Target Landing Site Theory of Scope*, proposta por Beghelli (1995) e Beghelli & Stowell (1997), uma vez que ela possibilita não só um tratamento sintático das relações de escopo, mas, sobretudo, uma explicação para as leituras distributivas a elas associadas. Na seção 3, desenvolvo uma análise que explica a distribuição e a interpretação de sentenças contendo sintagmas quantificados distributivos introduzidos por **cada** e na seção 4, comparando a distribuição de sintagmas introduzidos por **todo** ao comportamento dos introduzidos por **cada**, concluo que os sintagmas introduzidos por **todo** não são verdadeiros sintagmas quantificados, mas sim indefinidos, introduzindo uma variável que acaba presa de maneira não seletiva, tal como proposto por Heim (1982).

³ O uso de asterisco e/ou uma ou mais interrogações na frente das sentenças deve ser lido como representando graus de estranheza das sentenças: o asterisco, o maior grau; um asterisco e uma interrogação, um grau um pouco menor de estranheza; só interrogações, um grau menor ainda, e, se o símbolo for apenas um ponto de interrogação, a sentença chega à beira da aceitabilidade.

2. Pressupostos Teóricos

Diferentes propostas foram feitas na literatura de tradição gerativista para dar conta do fenômeno do escopo relativo, todas elas compartilhando a idéia de que a estrutura hierárquica geradora das relações sintáticas desempenha papel fundamental no estabelecimento das relações de escopo. Para o tratamento sintático dos fenômenos envolvidos, parte-se da idéia de que o escopo de um sintagma quantificado é determinado pelo fato de esse sintagma mover-se, em LF, para uma posição fora da sentença, hierarquicamente superior, de onde ele c-comanda⁴ o domínio sobre o qual tem escopo.

A análise dos fatos do português brasileiro (PB) aqui feita será baseada na teoria *Target Landing Site Theory of Scope*, porque ela reconhece que os sintagmas quantificados (QPs) não formam uma classe homogênea, ou seja, os diferentes QPs comportam-se de maneira distinta com relação às propriedades de escopo que podem assumir e os dados empíricos do PB corroboram essas diferenças.

2.1 A Teoria de Escopo de Aterrissagem Seletiva (TLS)

Beghelli (1995), após uma investigação detalhada das possibilidades de interpretação associadas a sentenças contendo sintagmas quantificados, conclui que eles não constituem uma classe homogênea com relação aos padrões de escopo que exibem. Assimetrias nessas possibilidades são atestadas pelos seguintes dados:

- (3) a. Some student read every book
algum estudante leu todo livro
- b. Every student read some book
todo estudante leu algum livro
- c. Some student read more than five books
algum estudante leu mais de cinco livros
- d. Two students read three books
dois estudantes leram três livros

⁴ Para a definição de c-comando, rever nota 2.

À sentença (3a) podem ser associadas duas interpretações: “existe algum x, x estudante, x leu todo livro” e “para todo x, x livro, algum estudante leu x”. Diz-se, portanto, que (3a) é ambígua. A sentença (3b) também é ambígua. As interpretações: “para todo x, x estudante, x leu algum livro” e “existe algum livro, livro x, todo estudante leu x”, podem ser a ela associadas. Já a sentença (3c) não é ambígua. Ela não admite a interpretação: “para mais de cinco x, x livro, algum estudante leu x”. A análise das interpretações associadas às sentenças (3 a, b e c) mostra um comportamento diferente entre os sintagmas quantificados introduzidos por *every* e os introduzidos por *more than five*, qual seja, o de que o sintagma introduzido por *more than five*, quando em posição de objeto, não admite a leitura de escopo invertido.⁵ Por outro lado, embora a sentença (3d) também seja ambígua – o que significa que os sintagmas quantificados introduzidos por determinantes como *three*, quando em posição de objeto, podem exibir escopo invertido, mas a interpretação a eles associada é diferente da interpretação que assumem quando em posição de sujeito. Quando em posição de sujeito, eles podem desencadear a interpretação distributiva, ao passo que, quando em posição de objeto só admitem a interpretação de pressuposição de existência de um grupo. A interpretação: “existe um conjunto de três livros, tal que cada um dos dois estudantes leu esse conjunto de livros” é a possível, estando excluída a leitura: “para cada um dos três livros, há um conjunto diferente de dois estudantes que leu tal livro”.

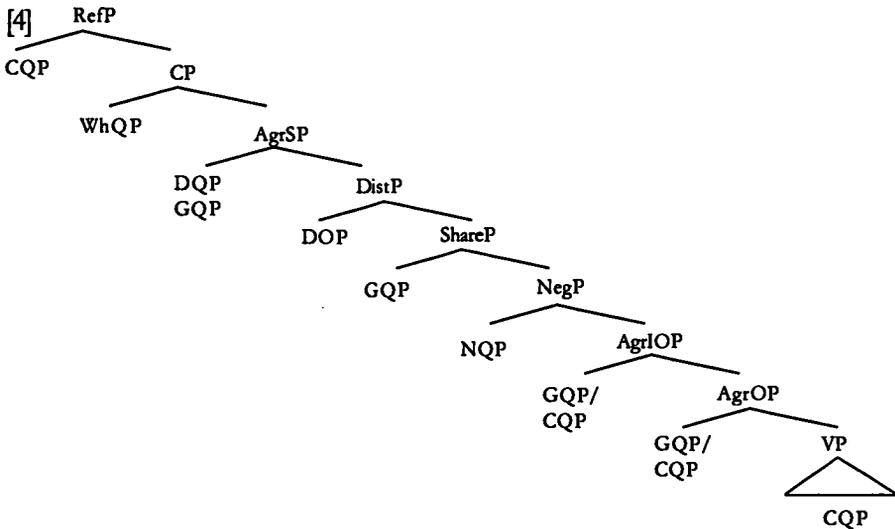
Ao constatar que sintagmas quantificados introduzidos por *every* podem ter a eles associada a leitura distributiva de escopo invertido, independentemente da posição sintática que ocupam na sentença; que sintagmas quantificados introduzidos por *more than five* não admitem a leitura de escopo invertido quando em posição de objeto; e que sintagmas introduzidos por *three*, embora admitam a possibilidade de escopo invertido quando em posição de objeto, não aceitam uma interpretação distributiva, diferentemente do que acontece quando estão na posição de sujeito, o autor conclui que cada um deles exemplifica um tipo diferente de sintagma quantificado e propõe uma tipologia.

⁵ Por **escopo invertido** entende-se que, em uma sentença em que sintagmas quantificados e/ou operadores interagem, o sintagma quantificado, ou operador, ocupando uma posição hierarquicamente inferior na sintaxe aberta é interpretado como se ocupasse uma posição hierárquica superior aos outros sintagmas quantificados, ou operadores contidos na sentença.

A tipologia de Beghelli & Stowell (B&S) compreende os seguintes sintagmas: QPs interrogativos (WhQPs); QPs negativos (NQPs); QPs distributivo-universais (DQPs), tais como os QPs introduzidos por *every* e *each*; os QPs de contagem (CQPs), incluindo expressões de cardinalidade; e os QPs denotadores de grupo (GQPs). Os GQPs compreendem quatro subtipos de QPs: (i) QPs indefinidos ou existenciais como *some students*; (ii) QPs numerais como *two students*; (iii) QPs definidos como *the students*, *those students*; e partitivos como *one of the men*, *two of the men*.

A *Teoria de Escopo de Aterrissagem Seletiva*, desenvolvida a partir dessa tipologia de quantificadores, compartilha com as demais teorias sobre escopo de quantificadores, dentro do modelo gerativo, a idéia de que o escopo de um sintagma quantificado deriva do movimento desse sintagma, em LF, para uma posição a partir da qual ele comanda o domínio sobre o qual tem escopo, isto é, a estrutura hierárquica geradora das relações sintáticas desempenha papel fundamental no estabelecimento das relações de escopo. Ela distancia-se das demais teorias no momento em que rejeita o pressuposto, adotado por praticamente todas as análises que têm por objetivo derivar as interpretações das sentenças contendo sintagmas quantificados, de que as relações de escopo estabelecem-se de maneira uniforme para todos os quantificadores.

Beghelli (1995) e Beghelli & Stowell (1997) derivam os padrões de escopo associados aos sintagmas quantificados postulando uma estrutura para a sentença em que uma série de projeções de categorias funcionais organizadas hierarquicamente oferecem sua posição de especificador como lugar de pouso para que cada um dos tipos de sintagmas quantificados possa mover-se para, numa relação de concordância, checar o traço semântico que lhe é peculiar. Em (4) apresento a estrutura sentencial por eles proposta:



Além das projeções funcionais normalmente assumidas na literatura gerativista, os autores propõem três novas projeções: O Sintagma Distributivo (DistP), em cujo núcleo reside o operador distributivo e para cuja posição de especificador o Sintagma Quantificado Distributivo se move a fim de checar o seu traço [+ distributivo]; o Sintagma Referencial, cuja posição de núcleo é ocupada pelo operador Existencial (*Existential Closure*) e para cuja posição de especificador, o Sintagma Quantificado Denotador de Grupo, funcionando como sujeito da predicação se move; e, finalmente, o Sintagma Parte (Share P), cujo núcleo é ocupado pelo operador Existencial correspondendo ao argumento evento do predicado e para cuja posição de especificador se move o constituinte que oferece um domínio sobre o qual o Sintagma Quantificado Distributivo possa distribuir.

2.2 A distributividade de acordo com a TLS

Seguindo Choe (1987), Beghelli (1995) considera a distributividade uma relação binária que requer um distribuidor, ou seja, um conjunto cujos elementos são pareados a elementos de um outro conjunto, considerado o distribuído (nos termos de Choe, *sorting key* e *distributed share*, respectivamente). Nas palavras de Beghelli (1995:147): “*I only consider as ‘distributive’ relations where the distributee co-varies depending on the distributor*”.

As leituras associadas a sentenças contendo QPs Distributivos (DQPs) são geradas a partir da postulação de uma projeção funcional, o Sintagma Distributivo (DistP), cujo núcleo Dist^o é ocupado pelo operador distributivo e para cuja posição de especificador o DQP funcionando como distribuidor move-se, em LF, a fim de checar o seu traço semântico [+ distribuidor]. Dist^o seleciona uma outra projeção funcional, o Sintagma Parte (Share P), cuja posição de especificador vai ser ocupada pelo argumento funcionando como domínio de distribuição. Esse papel pode ser desempenhado tanto por um Sintagma Quantificado Denotador de Grupo ou um Sintagma Quantificado de Contagem, quanto pelo argumento evento associado ao predicado, quantificado existencialmente. Seguindo a tradição iniciada por Davidson 1980, os autores assumem que todos os Sintagmas Verbais (VPs) contêm uma posição *theta* preenchida pelo argumento evento do predicado. A relação entre uma projeção DistP, que abriga o distribuidor, e uma projeção ShareP, que abriga o distribuído, capta a observação já feita por outros autores que estudaram a distributividade nas línguas naturais de que QPs distributivos necessitam de um domínio sobre o qual exerçam a distribuição.

2.3 Os Sintagmas Quantificados Distributivos: a derivação de suas interpretações

A sentença em (5), versão em inglês da sentença (1c), que é inaceitável no português brasileiro, contém um GQP na posição de sujeito e um DQP na posição de objeto. Uma vez que, em inglês, a ela associam-se duas interpretações diferentes, duas representações em LF são apresentadas em (6) e (7):

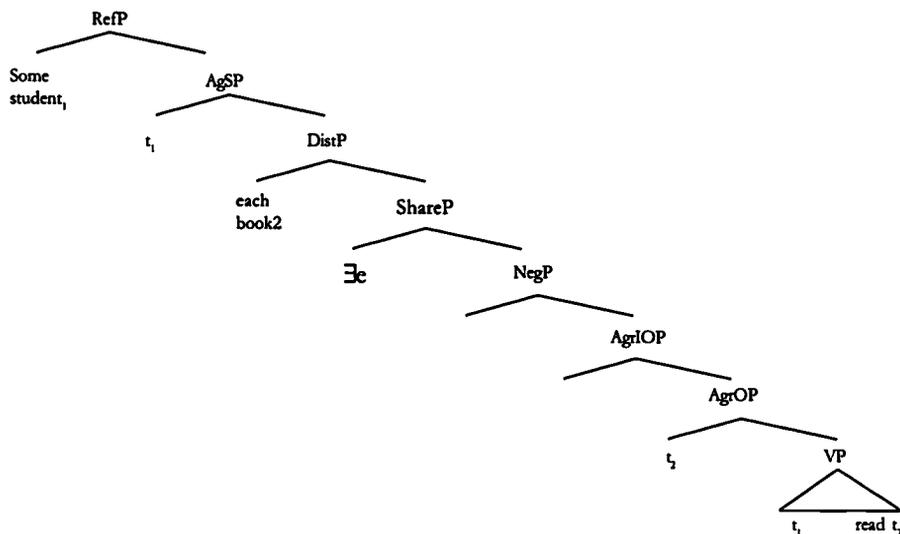
(5) *Some student read every book*

A estrutura (6) é a representação correspondente à leitura em que o GQP sujeito, *some student*, tem escopo largo com relação ao DQP, *each book*: “existe algum x, tal que x é estudante e x leu cada livro”. Nela, *some student* é gerado na posição de especificador de VP, sobe para a posição de especificador de AgrSP para checar caso nominativo na sintaxe aberta e, em LF, sobe para a posição de especificador de RefP para desempenhar o papel de sujeito da predicação. Por outro lado, o DQP *each book* sobe, em LF, para a posição de especificador de DistP a fim de checar seu traço [+distributivo] em relação de concordância com o operador distributivo ocupando a posição de núcleo da projeção DistP.

Como já dito, sintagmas quantificados distributivos necessitam de um domínio de distribuição. No caso da representação em (6), o sintagma *some student* não está disponível para funcionar como domínio de distribuição uma vez que, seguindo Szabolcsi 1997, Beghelli assume que reconstrução não pode desfazer um movimento semanticamente motivado. A consequência da adoção dessa postulação é que o sintagma *some student*, sujeito lógico da predicação, não pode reconstruir na posição de especificador de ShareP e, conseqüentemente, não pode funcionar como domínio de distribuição. Sendo assim, é o argumento evento do predicado, quantificado existencialmente, que desempenhará esse papel, acarretando a interpretação em que os membros do conjunto denotado por *each book* distribuem-se sobre eventos de leitura.

A estrutura em (7), por outro lado, representa a interpretação “para cada x, tal que x é um livro, há algum estudante que leu x”. Nela observamos alguns dos movimentos que também ocorreram em (6): o GQP *some student*, gerado na posição de especificador de VP, move-se para a posição de especificador de AgrSP, na sintaxe aberta, a fim de checar caso nominativo e o DQP *each book* move-se para a posição de especificador de DistP, em LF, a fim de checar o seu traço [+distributivo]. No entanto, neste caso, por ocupar a posição de especificador de AgrSP, o GQP *some student* pode reconstruir e ocupar a posição de especificador de ShareP. Portanto em (7), *some student* funciona como domínio de distribuição para o distribuidor *each book*, gerando a interpretação em que ‘livros’ co-variam com ‘alunos’.

[6] S>O English
 * S>O PB

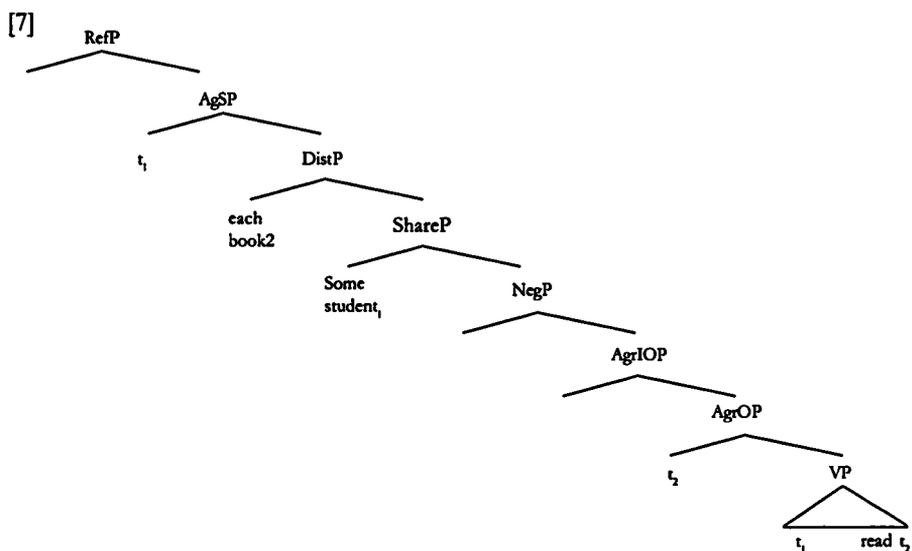


A derivação em (7) representa a leitura da sentença (5) em que *each book* tem escopo largo.

3. Os Sintagmas Quantificados introduzidos por **cada**: distribuição e interpretações associadas

Tendo detalhado o tratamento que a TLS dá aos sintagmas distributivos, podemos agora oferecer uma explicação para a assimetria em aceitabilidade entre sentenças contendo sintagmas quantificados introduzidos por *cada* ocupando a posição de sujeito, em contraste com os que ocupam a posição de objeto, exemplificado pelas sentenças (1a&b) versus (1c&d) apresentadas na introdução deste trabalho e aqui retomadas como 8(a-d):

- (8) a. Cada aluno leu alguns textos
 b. Cada homem ama uma mulher
 c. *Alguns alunos leram cada texto
 d. *Uma mulher ama cada homem



Em conformidade com a teoria LST, cada DQPs, (sintagmas quantificados distributivos), sempre se movem para a posição de especificador de DistP em LF. No caso de (8a), o objeto GQP **alguns alunos** sobe para a posição de especificador de ShareP e, assim, funciona como domínio de distribuição para o sintagma quantificado distributivo **cada aluno**. Por outro lado, a estranheza de (8c) é imputada à falta de um conjunto que lhe possa servir de domínio de distribuição.

É praticamente consensual na literatura sobre a sintaxe do português brasileiro que os seus sintagmas sujeitos ocupam uma posição hierárquica superior a IP, na periferia à esquerda de suas sentenças. Negrão (1999) e Negrão & Viotti (2000) argumentam que, por ser uma língua orientada para o discurso, em PB, a relação de predicação primária (noção usada para nomear a relação entre os dois constituintes maiores que formam uma sentença) pode ser estabelecida entre toda a sentença (toda a *Inflectional Phrase*, IP em nossos termos) e um sintagma determinante ou quantificado ocupando a posição de especificador de uma das projeções funcionais que integram o sistema CP. Portanto em (8c), o sintagma quantificado denotador de grupo **alguns alunos**, desempenhando a função de sujeito da predicação, move-se já na sintaxe aberta para a posição de especificador do sintagma referencial. Sendo esse um movimento semanticamente motivado, ele não pode ser desfeito. Portanto, o sintagma ‘alguns alunos’ não pode reconstruir para a posição de especificador de ShareP, tornando-se inacessível para desempenhar a função de domínio de distribuição para o sintagma quantificado **cada texto**.

B&S assumem que nesses casos, ou seja, quando outro QP não pode funcionar como domínio de distribuição, é o argumento evento do predicado quantificado existencialmente que vai satisfazer tal exigência. O fato de a sentença (8c) não ser aceitável pede uma investigação mais detalhada e profunda sobre o papel do argumento evento no licenciamento de leituras distributivas. Nesse contexto, o português brasileiro passa a ser uma língua interessante para essa investigação, já que sua gramática mostra-se mais sensível a este aspecto.

3.1 O papel do argumento 'evento' no licenciamento dos sintagmas distributivos

Conforme apresentado acima, B&S assumem que todos os sintagmas verbais contêm uma posição posição *theta* de evento preenchida pelo argumento evento do predicado e que, quando não há um sintagma quantificado disponível para preencher a posição de especificador de ShareP, e assim satisfazer as exigência de distribuição do sintagma quantificado distributivo, é o argumento evento do predicado, quantificado existencialmente, que desempenha tal papel.

Negrão (2001), também partindo da assimetria observada na distribuição de sintagmas distributivos introduzidos por cada, qual seja, de que sentenças em que tais sintagmas ocupam a posição de sujeito são perfeitas ao passo que, quando em posição de objeto, eles causam inaceitabilidade, tal como exemplificado em (8a – d), argumenta que, contrariamente à posição assumida por B&S, devemos concluir que o argumento evento não está presente na estrutura argumental de qualquer predicado. Os dados do português brasileiro são evidência de que não é sempre que o argumento evento está disponível para funcionar como domínio de distribuição.

A conclusão de que o argumento evento não está presente na estrutura argumental de qualquer predicado não é nova na literatura. Kratzer (1995) argumenta que a diferença entre os predicados chamados de *individual level predicates* e os chamados *stage-level predicates* advêm de uma diferença nas respectivas estruturas argumentais: *predicados stage-level* são davidsonianos, isto é, contêm uma posição extra para eventos em sua estrutura argumental, contrariamente aos predicados *individual-level*. Para não ter que assumir uma posição em relação à verdadeira natureza do argumento evento davidsoniano, Kratzer postula que ele seja simplesmente um argumento para localizações espaço-temporais. Se construirmos sentenças em que os exemplos clássicos da literatura para caracterizar a diferença entre um

predicado *individual level* e um *stage level* são predicados de sentenças contendo, em sua posição de sujeito, um sintagma quantificado distributivo introduzido por *cada*, somos levados a relativizar a generalização de que só quando em posição de objeto *cada* DQP causa inaceitabilidade:

- (9) a. *Cada homem é inteligente
b. *Cada funcionária está grávida

Os dados em (9) mostram que tanto sentenças em que *cada* DQP é o sujeito de um predicado *individual level*, quanto sentenças em que ele é sujeito de um predicado *stage level* são estranhas. No entanto, se o conteúdo do argumento para localizações espaço-temporais aparecer modificado de maneira explícita, imediatamente o contraste se torna aparente:

- (10) a. *Cada homem é inteligente num período do ano
b. Cada funcionária está grávida num período do ano

A sentença (10a) continua inaceitável porque, por ser uma sentença com predicado *individual level*, ela não contém, em sua estrutura argumental, uma posição extra para o argumento evento que possa ser modificado por um sintagma especificador da localização temporal. A sentença (10a) só é perfeita se ser inteligente for interpretado como uma propriedade temporária, ou seja, como um predicado *stage level*. Já na sentença (10b), o argumento evento do predicado *stage level* pode ser modificado e a sentença é perfeita. A conclusão a que se chega com esses dados é que, além da necessidade de ser sujeito de um predicado com uma posição extra na sua estrutura argumental para conter o argumento Davidsoniano de evento, em PB, os sintagmas quantificados distributivos introduzidos por *cada* exigem a modificação desse argumento para que possam funcionar como domínio de distribuição do sintagma distributivo.

As sentenças em (11) confirmam essa generalização. Elas contêm um predicado *stage level* no pretérito perfeito, portanto, um predicado cuja estrutura argumental contém um argumento evento. No entanto, enquanto a sentença (11a) é inaceitável, as sentenças (11b e c) são perfeitas. Em ambas, o veículo em que *cada* convidado chegará em (11b) e o sintagma denotador da localização temporal em (11c), modificadores do argumento evento, funcionam como domínio de distribuição para o sintagma quantificado distributivo.

- (11) a. *Cada convidado chegou
b. Cada convidado chegou num carro
c. Pouco a pouco cada convidado chegou

Se retomarmos agora o dado com o qual começamos este artigo, ou seja, sentenças em que o sintagma quantificado distributivo ocupa a posição de objeto, cuja inaceitabilidade buscamos explicar, percebemos que elas também se tornam aceitáveis se acompanhadas de um modificador para o argumento evento:

- (12) Pouco a pouco alguns alunos leram cada texto

Até agora, os modificadores introduzidos nos exemplos apresentados acrescentaram à localização espaço-temporal do argumento evento do predicado, a interpretação de uma seqüência temporal de subeventos que não se sobrepõem. Esse é o traço responsável pela aceitabilidade das sentenças. Observe o seguinte contraste:

- (13) a. Pouco a pouco cada convidado chegou
b. *Cada convidado chegou à noite

Mesmo com a presença de um modificador para o argumento evento do predicado, a sentença (13b) permanece inaceitável, em contraste com a sentença (11c), aqui retomada como (13a), em que o modificador introduz a interpretação de uma seqüência temporal de subeventos que não se sobrepõem.

Não só modificadores podem explicitar essa interpretação. Marcas aspectuais, ou mesmo verbos que já a trazem em seu próprio significado lexical, licenciam sintagmas quantificados distributivos, pois oferecem um domínio de distribuição, como pode ser constatado nos exemplos em (14):

- (14) a. Alguns alunos têm lido cada texto
b. Os alunos aplaudiram cada conferencista

Concluindo, sentenças contendo um sintagma quantificado distributivo introduzido por *cada*, um quantificador fortemente distributivo que requer um domínio de distribuição sobre o qual possa distribuir, precisam conter, também, ou um outro sintagma quantificado que possa estar sob o escopo do DQP, ou um argumento evento modificado. Em PB, tipo de predicado, localização espaço-temporal modifi-

cada ou marcas aspecto-temporais desempenham papel decisivo no licenciamento de sintagmas quantificados distributivos, na medida em que eles explicitam a interpretação, associada ao argumento evento do predicado, de uma seqüência temporal de subeventos que não se sobrepõem.

4. Sintagmas quantificados introduzidos por **cada** em contraste com os introduzidos por **todo**

À primeira vista, sintagmas quantificados introduzidos por **todo** parecem ter a mesma distribuição e a mesma interpretação dos sintagmas quantificados introduzidos por **cada**. Se analisarmos as sentenças em (1a – d), aqui repetidas como (15a – d), por conveniência, em comparação com as em (2a – d), aqui retomadas como (16a – d), constataremos que a mesma assimetria em aceitabilidade, explicada na seção anterior para as sentenças contendo o sintagma distributivo introduzido por **cada** (**cada** DQP), ocorre com as sentenças contendo o sintagma introduzido por **todo** (**todo** DQP). Mais ainda, (15a) e (16a) evidenciam que, tanto sentenças contendo **cada** DQPs, quanto sentenças contendo **todo** DQPs geram leituras distributivas.

- (15) a. Cada aluno leu alguns textos
b. Cada homem ama uma mulher
c. *Alguns alunos leram cada texto
d. *Uma mulher ama cada homem

- (16) a. Todo aluno leu alguns textos
b. Todo homem ama uma mulher
c. *Alguns alunos leram todo texto
d. *Uma mulher ama todo homem

A possibilidade de leituras distributivas com ambos os tipos de sintagmas quantificados é corroborada pelas sentenças em (17):

- (17) a. Cada aluno leu um texto
b. Todo aluno leu um texto

No entanto, essa semelhança em distribuição e interpretação é apenas aparente. Em primeiro lugar, as semelhanças entre sintagmas introduzidos por **todo** e **cada**

começam a se quebrar quando, em uma sentença, esses sintagmas ocupam a posição de sujeito e a posição de objeto é ocupada por um GQP definido, como em (18):

- (18) a. ?*Cada homem ama aquela mulher
b. Todo homem ama aquela mulher

Conforme discutido anteriormente, em (18a), as exigências distributivas de cada DQP não podem ser satisfeitas, uma vez que o papel de domínio de distribuição não é satisfeito, nem pelo outro sintagma da sentença que, por ser definido, não permanece sob o escopo do sintagma distributivo, nem pelo argumento evento do predicado: o predicado *amar* no presente genérico não explicita a interpretação de uma seqüência temporal de subeventos, associada ao argumento evento do predicado, ou nem mesmo projeta o argumento evento. Por outro lado, a ocorrência de **todo** DQPs em contextos genéricos não causa problemas em aceitabilidade, muito pelo contrário.

Em segundo lugar, enquanto sentenças tendo cada DQP como sujeito de um predicado *individual level* são inaceitáveis, sentenças em que essa posição é ocupada por **todo** DQP são perfeitas, como se pode constatar no paradigma em (19):

- (19) a. *Cada homem é inteligente
b. Todo homem é inteligente

Mas não é só a semelhança em distribuição que é quebrada no paradigma em (19). A interpretação também não é a mesma. Enquanto a (19a), se superarmos a estranheza, associamos uma interpretação em que a propriedade de ser inteligente covaria com os integrantes do grupo denotado pelo sintagma **cada homem**, a (19b) não se consegue associar uma interpretação distributiva. Como em (18b), em (19b) **todo** DQP não estranha a genericidade do predicado.

Em terceiro lugar, **todo** DQPs não sustentam leituras de escopo invertido, ou seja, não têm escopo largo quando ocupando outras posições que não a de sujeito. Comparando-se (20a) a (20b), percebemos que (20a) é uma sentença aceitável com a interpretação em que pacientes distribuem-se sobre eventos de exame, leitura possível somente se o sintagma quantificado **cada paciente** tiver escopo sobre o predicado examinar. A agramaticalidade da sentença (20b), por sua vez, evidencia que o sintagma **todo paciente** acaba preso no interior do sintagma verbal. A introdução de um modificador que acrescenta à localização espaço-temporal do argumento evento do predicado, a interpretação de uma seqüência temporal de subeventos que não se

sobrepõem, torna a sentença com *cada* DQP em posição de objeto perfeita, cf. (20c), ao passo que em *nada* altera a agramaticalidade da sentença com *todo* DQP (cf. 20d).

- (20) a. ??Aquele médico examinou *cada* paciente
- b. *Aquele médico examinou *todo* paciente
- c. Aquele médico examinou *cada* paciente num horário
- d. *Aquele médico examinou *todo* paciente num horário

O padrão de distribuição de DQPs, interagindo com GQPs em sentenças passivas, é mais uma evidência da dificuldade dos sintagmas introduzidos por *todo* assumirem escopo largo. As sentenças em (21) são exemplos de DQPs em posição de sujeito e GQPs em sintagmas introduzidos pela preposição 'por' satisfazendo o papel de agente em sentenças passivas. Adotarei a terminologia tradicional de agente da passiva para me referir a esse sintagma com mais facilidade.

- (21) a. ?*Cada* texto foi lido por alguns alunos
- b. ?*Cada* homem foi amado por uma mulher
- c. ?*Todo* texto foi lido por alguns alunos
- d. ?*Todo* homem foi amado por uma mulher

As sentenças em (21) merecem uma discussão muito cuidadosa, uma vez que as intuições com respeito a sua aceitabilidade são muito sutis. Todavia, como o ponto de interrogação registra, elas são quase perfeitas, às vezes até perfeitas. Começamos com as sentenças nas quais *cada*-DQPs estão na posição de sujeito de sentenças passivas, isto é, sentenças (21a) e (21b). Conforme a análise proposta anteriormente, para que a sentença seja perfeita, é necessário que, ou outro sintagma, ou o argumento evento estejam na posição de especificador de ShareP para funcionar como domínio de distribuição para o sintagma quantificado distributivo introduzido por *cada*. As sentenças (21a) e (21b) são aceitáveis na interpretação segundo a qual *cada texto* e *cada homem* distribuem sobre *alguns alunos* e *uma mulher*, respectivamente, e sua estranheza vem do fato de que os QPs contidos nos sintagmas agente da passiva têm, como leitura preferencial, aquela em que estão fora do escopo de *cada* DQP.

Como evidência em favor dessa intuição, pode-se usar o teste de Beghelli, segundo o qual a possibilidade da leitura distributiva do sintagma [um diferente NP] atesta estar ele sob o escopo do sintagma distributivo. O fato de (22), uma

sentença perfeita, ter como leitura proeminente (e talvez a única) a leitura distributiva, dá apoio às considerações feitas a respeito das sentenças (21a) e (21b). ‘Diferente’ em (22) facilita o trabalho de co-variação, resultante da distribuição, entre o grupo de textos lidos e o grupo de alunos:

(22) Cada texto foi lido por um aluno diferente

Se **todo** DQPs e **cada** DQPs tivessem distribuição e interpretação semelhantes, poderíamos recorrer ao uso do sintagma [um diferente NP] para facilitar a distribuição e tornar as sentenças (21c e d) perfeitas.

(23) a. ???Todo texto foi lido por um aluno diferente

b. ???Todo homem foi amado por uma mulher diferente

As sentenças em (23) não têm uma interpretação distributiva. A introdução do sintagma [um diferente NP], ao invés de facilitar a distribuição, tornou as sentenças ainda mais estranhas, pois nelas ‘diferente’ pode significar ‘fora do comum’. Isso porque os sintagmas quantificados introduzidos por **todo**, mesmo na posição de sujeito da sentença passiva, não conseguem ter escopo sobre os sintagmas agente da passiva.

O mecanismo pelo qual podemos transformar a sentença (21d) de modo a torná-la plenamente aceitável consiste em mudar o tempo da sentença para a forma de presente do indicativo, o que a torna uma sentença genérica como:

(24) Todo homem é amado por uma mulher

A interpretação genérica associada à sentença (24) reforça a generalização de que sintagmas introduzidos por **todo** não têm restrições para ocorrer em sentenças genéricas.

Um exemplo de Gomes (2000) comprova, definitivamente, a impossibilidade de **todo** DQPs sustentarem leituras de escopo invertido, contrariamente a **cada** DQPs:

(25) a. Maria tem um vestido para cada ocasião

b. Maria tem um vestido para toda ocasião

Na sentença (25a), o sintagma quantificado introduzido por **cada**, ocupando uma posição de adjunto, move-se em LF para uma posição hierarquicamente supe-

rior (em nossa análise para a posição de especificador de DistP) ao sintagma ocupando a posição de objeto, pois assim satisfaz sua exigência de distribuição ao tomar o sintagma objeto como domínio de distribuição. A interpretação resultante é que o número de vestidos depende do número de ocasiões. Já na sentença (25b), a interpretação é que Maria possui um único vestido, embora o número de ocasiões seja maior do que um. Essa interpretação mostra que o sintagma introduzido por **todo**, em posição de adjunto, não consegue mover-se para uma posição a partir da qual possa ter o sintagma objeto sob seu escopo.

Os fatos empíricos analisados nesta seção comprovam que sintagmas quantificados introduzidos por **cada** têm distribuição e interpretação muito diferentes dos introduzidos por **todo**. **Cada** DQPs são sintagmas quantificados fortemente distributivos, uma vez que acarretam leituras distributivas independentemente da posição sintática que ocupam na sintaxe aberta. A impossibilidade de terem escopo largo sobre um outro sintagma quantificado ou sobre o argumento evento do predicado, leva à agramaticalidade das sentenças que os contêm.

Por outro lado, **todo** DQPs podem acarretar leituras distributivas só quando ocupam a posição de sujeito de sentenças ativas, mas a ausência de um conjunto que possa servir-lhes de domínio de distribuição não acarreta a inaceitabilidade das sentenças que os contêm. Em posições que não a de sujeito, não conseguem ter escopo largo sobre outros sintagmas quantificados, ou seja, não conseguem mover-se para uma posição hierárquica superior a partir da qual possam ter outros sintagmas sob seu domínio. Não têm restrições em participar de sentenças genéricas, muito pelo contrário. Sentenças com **todo** DQPs em posição de objeto são inaceitáveis a não ser que a sentença seja genérica.

Para explicar o comportamento camaleônico de **todo** DQPs, ora participando de leituras distributivas, ora de sentenças genéricas, adotarei a proposta de B&S, segundo a qual eles não são verdadeiros sintagmas quantificados, mas são indefinidos no sentido que lhes deu Heim (1982). Sendo assim, introduzem uma variável que acaba presa de maneira não seletiva por operadores atuando na sentença: o operador genérico das sentenças genéricas ou o operador distributivo, se a posição for acionada para que o **todo** DQP chegue à posição de sujeito. Os operadores prendendo a variável introduzida pelo **todo** DQP precisam ter significado compatível com o traço [+ universal] de **todo**. É por isso que, quando em posição de objeto de um VP quantificado existencialmente, a sentença torna-se inaceitável.

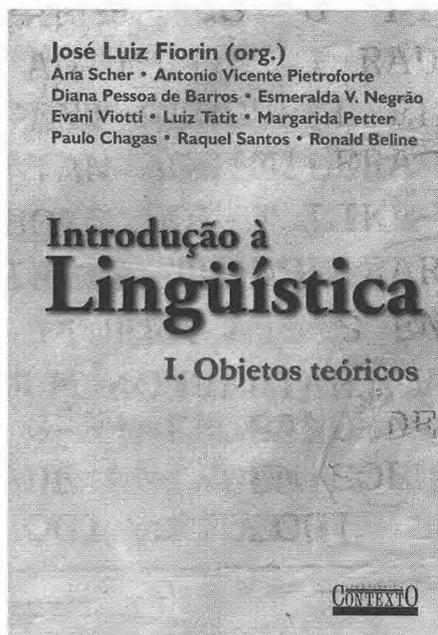
5. Conclusão

Os fatos empíricos analisados neste trabalho sustentam a proposta de que, em PB, enquanto cada DQPs são verdadeiros sintagmas quantificados distributivos, os sintagmas todo NPs introduzem variáveis que acabam presas por operadores sentenciais de maneira não seletiva.

Referências

- BEGHELLI, F. 1995. *The Phrase Structure of Quantifier Scopepe*. [Ph.D. Dissertation]. Los Angeles: University of California.
- BEGHELLI, F. & Stowell. 1997. "Distributivity and Negation: the Syntax of EACH and EVERY". *Ways of Scope Taking*, ed por A. Szabolcsi, 71-109. Dordrecht: Kluwer.
- CHOE, J. 1987. *Anti-Quantifiers and a Theory of Distributivity*. [Ph.D. Dissertation]. University of Massachusetts.
- DAVIDSON, D. 1980. "The Logical Form of action sentences". *Essays on Action and Events*, 105-148. Oxford: Clarendon Press, p. 105-148.
- GIL, D. 1995. "Universal Quantifiers and Distributivity". *Quantification in Natural Languages*, ed. por E. Bach; E. Jelinek; A. Kratzer & B. H. Partee, 321-362. Netherlands: Kluwer.
- GOMES, A. 2000. *Os Quantificadores CADA e TODO na Sintaxe da Distributividade em PB*. [Relatório Final de Bolsa do PIBIC/USP-CNPq]. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- HEIM, I.R. 1982. *The Semantics of Definite and Indefinite Noun Phrases*. [Ph.D. Dissertation]. Amherst: University of Massachusetts.
- ILARI, R. & Gerald, J.W. 1987. *Semântica*. São Paulo: Ática.
- KRATZER, A. 1995. "Stage-Level and Individual-Level Predicates". *The Generic Book*, ed. por G. Carlson & F. Pelletier, 125-175. Chicago/London: The University of Chicago Press.
- MAY, R. 1985. *Logical Form. Its Structure and Derivation*. Cambridge: MIT Press.
- NEGRÃO, E. 1999. *O Português Brasileiro: uma Língua Voltada para o Discurso*. [Tese de Livre docência]. São Paulo: Universidade de São Paulo.

- NEGRÃO, E. & E. Viotti. 2000. "Brazilian Portuguese as a Discourse-oriented Language". *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*, M. Kato & E. Negrão, 97-116. Frankfurt: Editorial Vervuert/Iberoamericana.
- _____. 2001. "The Scopal Properties of Distributive Quantifier Phrases in Brazilian Portuguese". *The Proceedings of SULA: The Semantics of Under-Represented Languages in the Americas*. ed. por J-K. Kim & A. Werle, 25: 81-85. *University of Massachusetts Occasional Papers in Linguistics*.
- SZABOLCSI, A. 1997. "Strategies for scope taking". *Ways of Scope Taking*, ed. por A. Szabolcsi, 109-147. Dordrecht: Kluwer.



228 páginas

Introdução à Lingüística

José Luiz Fiorin (org.)

Obra pensada e concebida por algumas das personalidades mais importantes da lingüística brasileira contemporânea, todos os seus artigos foram escritos por professores da Universidade de São Paulo. O livro traz para os interessados na compreensão da linguagem humana um repertório vastíssimo, que segue desde uma explicação do que é a Lingüística, de como se processa a comunicação humana, até chegar a uma apresentação minuciosa de seus cinco principais objetos teóricos criados nos séculos XIX e XX (langue, competência, variação, mudança e uso).

Procure os livros da **EDITORA CONTEXTO**
na livraria de sua preferência: caso não encontre,
peça diretamente à Editora Contexto:
Rua Acopiara, 199 - Alto da Lapa
São Paulo - CEP: 05083-110
Tel./fax: (11) 3832-5838
contexto@editoracontexto.com.br

visite nosso site: www.editoracontexto.com.br

CADASTRO PARA MALA DIRETA E CORREIO ELETRÔNICO

ENVIE ESTE POR CORREIO OU FAX OU CADASTRE-SE
DIRETAMENTE EM NOSSO SITE:

www.editoracontexto.com.br

FAVOR PREENCHER TODOS OS CAMPOS

Por e-mail você é
informado das novidades
em primeira mão

NOME COMPLETO (Não abreviar) _____ ANIVERSÁRIO _____ / _____

DIA MÊS

ENDEREÇO RESIDENCIAL _____ BAIRRO _____

CIDADE _____ UF _____ CEP _____

TEL. () _____ E-MAIL _____ @ _____

INSTITUIÇÃO (caso seja professor) _____

CARGO / FUNÇÃO _____ CURSO _____

OBS _____

ÁREAS DE INTERESSE

HISTÓRIA GEOGRAFIA EDUCAÇÃO LÍNGUA PORTUGUESA

ECONOMIA TURISMO OUTRAS

EDITORIA
CONTEXT**O**

Rua Acopiara, 199 Alto da Lapa
CEP 05083-110 São Paulo SP
Tel.: (11) 3832-5838 Fax: (11)3832-1043
contexto@editoracontexto.com.br
www.editoracontexto.com.br

Sumário

<i>Apresentação</i>	7
Cristina Altman e Mercedes Hacherott <i>GEL & Franchi: 30 anos juntos</i>	11
CARLOS FRANCHI, POR CARLOS FRANCHI	
Cristina Altman <i>Depoimento em 'primeira pessoa do singular'</i>	23
Carlos Franchi <i>Linguagem – atividade constitutiva</i>	37
O LINGÜISTA, O PROFESSOR E O AMIGO	
Ataliba T. de Castilho <i>Carlos Franchi (1932-2001)</i>	77
Rodolfo Ilari <i>Humildade na pesquisa para construir o futuro</i>	83
Esmeralda V. Negrão <i>A atuação de Carlos Franchi no Departamento de Lingüística da USP</i>	87
FRANCHI: O ORIENTADOR À REVELIA	
Márcia Caçado <i>Uma aplicação da teoria generalizada dos papéis temáticos: Verbos psicológicos</i>	93
Evani Viotti <i>Sobre o efeito de definitude nas sentenças existenciais</i>	129
O ADVOGADO DO DIABO	
Mary Kato <i>The reanalysis of unaccusative constructions as existentials in Brazilian Portuguese</i>	157
Esmeralda V. Negrão <i>Distributividade e genericidade nos sintagmas introduzidos por cada e todo</i>	187